RODRIGO DUGULIN DE CASTRO

A MIGRAÇÃO SAZONAL DO VALE DO JEQUITINHONHA NO SÉC. XIX: MEIOS DE VIDA, TRANSLOCALIDADE E FLUXOS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA

MINAS GERAIS - BRASIL

2014

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T
C355m
2014

Castro, Rodrigo Dugulin de, 1981-
A migração sazonal do Vale do Jequitinhonha no séc. XIX : meios de vida, translocalidade e fluxos / Rodrigo Dugulin de Castro. – Viçosa, MG, 2014.
vii,102f : il. ; 29 cm.

Orientador: Maria Izabel Vieira Botelho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.99-102.

1. Migração interna. 2. Camponeses. 3. Sazonalidade. 4. Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. 5. Século XIX. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 304.8

RODRIGO DUGULIN DE CASTRO

A MIGRAÇÃO SAZONAL DO VALE DO JEQUITINHONHA NO SÉC. XIX: MEIOS DE VIDA, TRANSLOCALIDADE E FLUXOS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de junho de 2014.

Rennan Lanna Martins Mafra
(Coorientador)

Fabrício Roberto Costa Oliveira

Maria Izabel Vieira Botelho
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo aos camponeses do Vale do Jequitinhonha, especialmente aqueles de Tabuleiro Grande, comunidade que me recebeu e abriu as portas de suas casas, dividindo suas histórias de vida e que possibilitaram a existência desta pesquisa. Agradeço especialmente a Seu Cido, que agora se tornou um amigo que levo para o resto da vida; um amigo de luta e um exemplo de liderança ativa e conectada com aqueles que o reconhecem como tal.

A minha orientadora, Maria Izabel, com a qual divido o carinho e admiração pelos camponeses do Vale e o respeito pela história de luta daquele povo. Obrigado, Izabel, pelo aprendizado, nas longas conversas de orientação e principalmente pela paciência e pela sabedoria. Pela postura ética e profissional, e pela amizade e dedicação, passa a ser um exemplo que carregarei comigo.

A minha família, que esteve sempre ao meu lado, apoiando. Minha mãe, Lessy, que sempre respeitou minhas escolhas e as apoiou sem nunca impor ou reprimir. Minha irmã, Letícia, com seu bom humor e com sua força. E o meu filho Lucas, que me deixa orgulhoso e sabe demonstrar carinho e apoio. E meu pai que, com seu exemplo pedagógico, continua vivo através de todos nós. Agradeço ainda à minha linda companheira Leila, que mesmo de longe sabe estar sempre perto.

Aos companheiros de luta do Vale, que dedicam o seu dia a dia em buscar condições melhores de vida para toda aquela gente. Um agradecimento especial às companheiras da Pastoral do Migrante de Araçuaí, principalmente à Teka, que me recebeu ajudou a deixar mais leva o trabalho de campo com sua alegria e bom humor. E aos companheiros de Jenipapo de Minas: Eva, Fanny e Karine.

Devo também um agradecimento especial ao professor e amigo Daniel Ferreira da Silva, que deste a graduação em Diamantina foi, e é, o grande incentivador para que eu fizesse o mestrado. Ele é o grande culpado por eu ter seguido este caminho. Muito obrigado!

Agradeço também aos funcionários do DER, especialmente à Carminha e ao Romildo, que sempre estiveram prontos para resolver todos os tipos de “pepinos” que apareciam e pela paciência em ensinar os caminhos da burocracia, dos documentos e dos cadastros necessários. Agradeço ainda a todos os professores do programa de Pós Graduação em Extensão Rural do DER/UFV, que direta ou indiretamente contribuíram para esta pesquisa. Um agradecimento

especial ao prof. Rennan Lanna Martins Mafra pelas contribuições ao projeto e pelos conselhos para o trabalho de campo.

Agradeço ainda ao Grupo Aranã de Agroecologia de Diamantina ao qual sempre me sentirei parte. Devo ao grupo Aranã a grande paixão pelo Vale do Jequitinhonha e por seu povo e sua história. Espero que ele continue existindo e despertando paixões por muitos e muitos anos. Aos irmão que fiz ali: Muito Obrigado!

Aos amigos que fiz em Viçosa. Aos colegas de mestrado, especialmente ao Álvaro e à Renata, "companheiros para toda obra", pela companhia, camaradagem, conselhos e discussões. Aos companheiros de luta, Karl e Carol, Alan, Iara, Let, Binho, Jean, Lucas, Ícaro, Zeonir...

Ao Breno Carvalho e sua família por me receberem e tornarem a minha chegada em Viçosa mais tranquilo e mais confortável. E ao Breno e ao Carlos Marques por me apresentarem ao Musical Box e por tornarem as minhas noites de quinta muito mais agradáveis ao som da boa música.

Agradeço, ainda, ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos que tornou a minha estadia e dedicação à pesquisa possíveis.

RESUMO

CASTRO, Rodrigo Dugulin de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2014. **A migração sazonal do Vale do Jequitinhonha no Séc. XIX: meios de vida, translocalidade e fluxos.** Orientadora: Maria Izabel Vieira Botelho. Coorientador: Rennan Lanna Martins Mafra.

A migração sazonal continua sendo um fato social marcante na realidade do Vale do Jequitinhonha-MG. Este processo que se intensificou nas décadas de 1960 e 1970 em decorrência do modelo de desenvolvimento adotado pelo país – conhecido como modernização conservadora – provoca transformações tanto naqueles que migram quanto naqueles que ficam, ou seja, no local de origem. Partindo de uma abordagem qualitativa e descritiva, esta pesquisa buscou identificar quais fatores influenciam a migração sazonal no século XXI. O trabalho de campo foi realizado na comunidade de Tabuleiro Grande, no município de Francisco Badaró, microrregião do Médio Jequitinhonha. A partir de uma reconstrução histórica da formação dos meios de vida e das transformações neles provocadas pela implantação do modelo de desenvolvimento, buscou-se mostrar como algumas estratégias perderam importância, enquanto outras passaram a se configurar como condição para a própria reprodução social do grupo, como a migração. Ainda, outras estratégias surgiram nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 2000, como o programa Bolsa Família. O olhar mais atento para a migração através da perspectiva de translocalidade permitiu percebeu a importância que os diversos fluxos, que surgem para além dos deslocamentos físicos de pessoas, assumem para a continuidade do processo migratório, mas também para as transformações na sociabilidade e na identidade camponesa. Destacam-se os fluxos de informações e de mercadorias, que significam novos conhecimentos, novos comportamentos e novos padrões da necessidade socialmente estabelecida de consumo e bem estar da família. Percebeu-se, também, que é no espaço social da migração que estas transformações devem ser entendidas, evitando, assim, visões acerca do fenômeno da migração como um processo de ruptura dos sujeitos com a sociabilidade camponesa.

ABSTRACT

CASTRO, Rodrigo Dugulin de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, june 2014. **The seasonal migration of Vale do Jequitinhonha in the nineteenth century:. livelihoods, translocality and flows.** Adviser: Maria Izabel Vieira Botelho. Co-adviser: Rennan Lanna Martins Mafra.

The seasonal migration remains a remarkable social fact in reality of Vale do Jequitinhonha-MG. This process that intensified in the 1960s and 1970s as a result of the development model adopted by the country - known as conservative modernization - causes changes both to those who migrate as to those who don´t in their place of origin. From a qualitative and descriptive approach, this study sought to identify which factors influence the seasonal migration in the twenty-first century. Fieldwork was conducted at Tabuleiro Grande Community, in the municipality of Francisco Badaró, micro Médio Jequitinhonha region. From a historical reconstruction of the formation of livelihoods strategies and the changes brought by the implementation of the development model, we tried to show how some strategies have become less important, while others began to set as a condition for the social reproduction of the group itself, as migration. Still, other strategies have emerged in recent decades, especially since the 2000s, such as Bolsa Familia program. The closer look at migration through the perspective of translocality allowed realized the importance that the various flows that arise beyond the physical displacement of people, to assume the continuity of the migration process, but also to the changes in sociability and peasant identit. Noteworthy are the flows of information and goods, which means new skills, new behaviors and new patterns of social need of established consumer and family welfare. It was noticed, too, that it is in the social space of migration that these changes must be understood, thus avoiding views on the phenomenon of migration as a process of rupture of the subjects with the peasant sociability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1 UNIVERSO DA PESQUISA 8

1.1 Procedimentos Metodológicos 8

1.2 O Vale do Jequitinhonha 10

1.3 A região da migração 12

1.4 O município de Francisco Badaró 13

1.5 A comunidade de Tabuleiro Grande 15

2 Os Meios de Vida dos Camponeses do Vale do Jequitinhonha 17

2.1 Introdução 17

2.2A constituição do campesinato do Vale do Jequitinhonha e a conformação dos meios de vida 21

2.3 Mudança nos Meios de Vida 35

2.4 Meios de Vida atuais 43

2.5 Considerações Finais 56

3 A migração: meios de vida, redes e fluxos de informação e mercadorias 58

3.1 Introdução 58

3.2 Migração e migração sazonal 61

3.3 Histórico da migração em Francisco Badaró 74

3.4 Migração Sazonal em Tabuleiro Grande 78

3.5 A busca por "ganhame": entre o retorno financeiro e a ausência 79

3.6 As Redes de sociabilidade e ajuda mútua 83

3.7 Das cartas ao celular: os fluxos de informação 85

3.8 Os fluxos de mercadorias 88

3. 9 Considerações Finais.....92

EPÍLOGO.....95

Referências Bibliográficas 99

INTRODUÇÃO

"Vale da Miséria"! "Vale da Pobreza"! "A região mais pobre do estado de Minas Gerais e uma das mais pobres do Brasil"! Essas são formas comumente encontradas de visões acerca do Vale do Jequitinhonha, localizado na região nordeste do estado de Minas Gerais. As condições climáticas, especificamente o regime de chuvas da região, a colocam como integrante do semiárido brasileiro, o que contribui para a construção da visão de "Vale da Miséria". Grandes períodos de seca fazem parte da história das populações que ali vivem e ajudam a entender a organização e as dinâmicas sociais, constituintes dos *meios de vidas*[1]. Especialmente, ajuda a entender o movimento de migração sazonal, presente ao longo da história de ocupação do Vale (BOTELHO, 1999; MAIA, 2004).

A migração sazonal é um fato marcante na vida dos camponeses do Vale do Jequitinhonha-MG. Todos os anos, ao final do mês de fevereiro, milhares de camponeses deixam suas casas, suas famílias, suas comunidades, dirigindo-se para o interior de São Paulo, Sul de Minas Gerais, Triângulo Mineiro, Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul e Paraná. O destino é o assalariamento nas colheitas da laranja, do café, na construção civil e, principalmente, no corte da cana de açúcar. E ali, nas usinas , nas grandes fazendas ou nas grandes cidades, permanecem trabalhando de 6 a 9 meses, sendo remunerados, geralmente, por produção. Enquanto uns guardam o dinheiro para levarem consigo no retorno, outros vão enviando remessas ao longo dos meses. Nos meses de novembro e dezembro, retornam para suas casas, para suas comunidades, para seus lugares de origem.

Quem migra, na grande maioria, são os homens, os "pais de família", e os filhos mais velhos. A saída dos homens provoca, somente pela ausência física, um rearranjo das posições e das funções que cada integrante da família ocupa. As "roças" e as "criações" agora ficam a cargo das mulheres, que muitas vezes são chamadas de "viúvas de marido vivo". Outras mudanças ocorrem na vida daquelas pessoas devido à migração sazonal: a inserção em novas relações sociais no local de destino, pautadas por outros valores, diferentes daqueles nos quais os camponeses cresceram e construíram suas identidades; as novas relações de trabalho; as condições precárias de trabalho; as novas mercadorias, que trazem novas possibilidades: todos esses aspectos provocam mudanças no âmbito da sociabilidade, não só daqueles que migram, mas também para aqueles que ficam.

[1] *Meios de Vida*, a princípio, pode ser entendido aqui como o conjunto das estratégias que os sujeitos sociais determinados utilizam, ou lançam mão, para que tenham garantida a sua subsistência, ou ainda, suas condições de reprodução social. Esta noção será mais discutida no Capítulo 3 desta dissertação.

Podemos identificar dois momentos históricos que provocaram mudanças nas condições de vida das populações do Vale do Jequitinhonha. O primeiro é justamente nas décadas de 1960 e 1970, momento em que o setor agropecuário brasileiro passou por profundas mudanças na base tecnológica, intenso processo de modernização, que integrava um plano de desenvolvimento adotado pelo país, que foi conhecido como "modernização conservadora". Tal modelo de desenvolvimento, no setor agropecuário, privilegiava os latifundiários e os grandes produtores em detrimento dos pequenos e médios agricultores, camponeses e populações tradicionais. Os custos de adoção do pacote tecnológico e a exigência de uma racionalidade estritamente econômica para a implantação do modelo eram incompatíveis com as formas de vida das populações que acabaram sendo excluídas desse processo. No Vale do Jequitinhonha, esse momento concretiza-se com o fomento ao plantio de eucalipto na região, realizado por grandes empresas, concomitante aos incentivos para o aumento da área de plantações de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, principalmente para a produção de álcool combustível (Programa Pró-álcool), que demandava grande quantidade de mão de obra temporária nas épocas de safra. Os períodos de corte da cana coincidiam[2] com os períodos de seca no Vale do Jequitinhonha.

Para entender a confluência dos dois setores da agricultura e seus avanços nesse período como fatores de mudança nos meios de vida das populações do Vale é preciso, primeiro, compreender a forma de organização social, de ocupação e utilização das terras adotada pelos camponeses da região. Graziano e Graziano Neto (1983), no artigo intitulado "As condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha", apresentam a ideia do *Complexo Grota-Chapada*. Os autores identificaram as formas de organização social, ocupação e utilização do solo com as características do relevo, composto, alternadamente, por grotas (terras baixas, mais férteis, formadas ao longo dos leitos dos cursos d'água, nas quais se encontram a maioria das casas de morada e das comunidades e são utilizadas para cultivos das culturas anuais, como milho e feijão, mandioca, etc. e das hortas) e por chapadas (terras altas, planas, menos férteis, utilizadas como áreas de pastagem natural e de extrativismo de lenha, frutos silvestres, plantas medicinais, etc.). Estas eram utilizadas como áreas de uso comum pelas famílias da comunidade e, não raro, por mais de uma comunidade. Já as áreas de grota eram apropriadas de forma individual, ou, melhor dizendo, pelo núcleo doméstico.

[2] Com o melhoramento das variedades de cana, a adoção de novas tecnologias e o aumento constante das áreas plantadas, o período de corte da cana deixou de coincidir com o período de seca no Vale do Jequitinhonha com o passar dos anos, passando a sobrepor-se o tempo de corte da cana em relação ao tempo de plantio e colheita dos camponeses no Vale.

Silva (1999) entende que o avanço e a consolidação dos dois setores (sucroalcooleiro e eucalipto) significou uma dupla expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha. Primeiro, o processo de ocupação das áreas de chapada com plantação de eucalipto pelas grandes empresas do setor (seja para produção de carvão para as siderúrgicas, ou para a produção de celulose destinada à indústria papeleira) constituiu-se num processo de expropriação das terras dos camponeses. Na maioria dos casos, os camponeses não tinham documentação de posse das terras (de uso comum ou de uso privado), sendo tais terras oficialmente devolutas. Diversos estudos mostram como o processo de aquisição de tais terras pelas empresas foi fraudulento e violento (MOURA, 1988; SILVA, 1999; BOTELHO, 1999; MAIA, 2004), de tal forma que Silva (1999) identifica uma semelhança desse processo com a acumulação primitiva apontado por Karl Marx a partir dos seus estudos em vários países europeus, principalmente na Inglaterra, com a política do cercamento (*enclosures*), responsável pela expulsão de milhares de camponeses para as cidades. A entrada do eucalipto no Vale significou, portanto, a expropriação de parte das terras e a quebra do Complexo Grota-Chapada, alterando os meios de vida daquela população.

Com a saída dos camponeses para o corte da cana, principalmente no estado de São Paulo, aparece outra face da dupla expropriação: trata-se da expropriação da própria identidade de camponês. Ao se proletarizarem no corte da cana, os camponeses do Vale inserem-se em outros tipos de relações sociais, completamente distintas das construídas em suas regiões de origem. Os camponeses deixam de ser donos do próprio trabalho e tornam-se proletários. Deixam de ser trabalhadores para tornarem-se força de trabalho. Como afirma Silva (1999), deixam a condição camponesa para se tornarem a "mineirada", os "boias-frias", os "migrantes". O sistema passa do Complexo Grota-Chapada para o Lugar e Trecho (MAIA, 2004), espaço de "Experiência" e espaço de "Vivência" (BOTELHO, 2003).

O segundo momento que provocou mudanças nas condições de vida das populações do Vale do Jequitinhonha pode ser identificado com a criação, implantação e ampliação de diversas políticas públicas (federais e estaduais) e iniciativas de organizações da sociedade civil, a partir dos anos 2000. Desde as décadas de 1960 e 1970, com a visão de "Vale da Miséria", a região tem sido *lócus* de implantação de diversas políticas públicas que buscavam combater a pobreza e a seca. Mas foi na última década, que, concomitante com as mudanças nas condições de vida das populações mais pobres do Brasil de forma geral, as populações do Vale tiveram acesso a diversos bens e serviços públicos. Pode-se destacar os Programas

Territórios da Cidadania, Luz para Todos, Bolsa Família, Aposentadoria Rural e o Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (PROACESSO).

Foi nesse mesmo período também que, a partir das Organizações Não Governamentais (ONG's) e das organizações ligadas à Igreja Católica e dos espaços de articulação construídos por essas entidades (como o Fórum do Vale e a Articulação do Semiárido - ASA-Minas) passou-se a adotar a visão de que não se combate a seca, mas se *convive* com ela. Nesse bojo, foram desenvolvidas ações voltadas para a produção de base agroecológica, programas de capitação de água das chuvas com tecnologias que pudessem ser apropriadas pelas famílias, incentivos para a criação de Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) e apoio às que já existiam, apoio e fortalecimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), entre outras.

As ações desenvolvidas por essas organizações e as políticas públicas mencionadas buscavam (e buscam) melhoria nas condições de vida, além de construir alternativas de geração de renda em relação à migração sazonal. Contudo, apesar dos avanços conseguidos nesse sentido, a migração continua um fato social bastante relevante. De acordo com dados do Serviço Pastoral do Migrante (SPM) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de um terço da população total do Vale migra para os trabalhos temporários.

Há ainda que se destacar as condições de trabalho a que estão submetidos os camponeses-migrantes no contexto dos locais de destino. São recorrentes as denúncias em relação às condições de alojamento e alimentação, aos atrasos de pagamento, aos questionamentos referentes aos montantes recebidos, etc.. Na migração para as usinas sucroalcooleiras, por exemplo, Maria Aparecida Moraes e Silva e Francisco Alves, junto com a Pastoral do Migrante (SPM), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e sindicatos de assalariados rurais (de São Paulo e de Minas Gerais), vêm apontando semelhanças do trabalho no corte da cana atual com aquelas atividades realizadas pelos escravos no século XIX, tanto pelas condições de trabalho quanto pelo desgaste que ele causa ao trabalhador.

Diante deste breve contexto, buscamos ao longo desta pesquisa compreender melhor como os diversos fatores, estruturais ou no âmbito dos indivíduos e famílias, influenciam para a continuidade do fluxo migratório. Mais ainda, buscamos tentar compreender como, a partir da migração, e das mudanças ocorridas, a própria sociabilidade local, as relações sociais, a própria visão de mundo dos camponeses vai se transformando.

Procuramos, ao longo do trabalho, evitar o caminho de enxergar a dupla inserção daqueles camponeses, como camponeses propriamente ditos em seus locais de origem e como proletários nos locais de destino, como uma ruptura, ou ainda um embate entre duas

sociabilidades; embate no qual uma das sociabilidades, a camponesa, claro, aparece sempre condenada ao desaparecimento. Evitando este caminho, buscamos construir uma percepção de continuidade dos processos. Assim, as transformações no acesso à terra, que marcam as transformações ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, e a inserção paulatina ao longo dos anos até os dias atuais na sociedade capitalista foram vistos neste trabalho como um processo de continuidade na formação da sociabilidade daquela população. Contudo, isto não significa negar a violência (física e simbólica) e as contradições presentes em todo o processo histórico que ali ocorreu, ou que ainda ocorre. Mas, ao contrário, significa considerar as transformações pelas quais aquela população passou e está passando e as respostas que ela construiu socialmente para garantir a reprodução social.

Optamos por denominar o sujeito social desta pesquisa pelo termo *camponês* ou por *campesinato*, em detrimento de outras denominações mais comuns atualmente, tais como "pequeno produtor" ou "agricultor familiar". Diante do imenso debate teórico acerca da melhor denominação para este sujeito presente no rural brasileiro e que ali constrói sua vida, a utilização dos termos *camponês* e *campesinato* justifica-se por duas razões. Primeiro, estes termos, da forma como utilizamos aqui, nos remetem ao campesinato como "ordem moral", de acordo com Woortmann (1990a), ou seja, um conjunto de valores baseados na *honra*, *hierarquia* e *reciprocidade*, que orienta e organiza as relações sociais, as estratégias de reprodução social, a família e a organização do trabalho dentro e fora do grupo doméstico. Estes valores refletem-se na constituição de uma lógica econômica própria, que podem ou não estar em consonância com a lógica do mercado, ou ainda em uma racionalidade da produção camponesa que se afasta da racionalidade do lucro (GARCIA JR, 1989).

A outra razão para o uso, é que *camponês* e *campesinato* remete à toda bagagem histórica, social e política deste sujeito social, desde sua constituição, às margens das *plantation*, ou mesmo no interior delas, até as lutas pelo acesso à terra e por direitos de cidadania ao longo do século XX e atualmente. Assim, entendemos que estes termos conseguem dar certa unidade política e social para um sujeito social bastante diverso presente no rural brasileiro e que se constitui sob diversas denominações. Como afirma Martins (1986, p. 22-23)

> Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo, em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

Não se trata aqui de uma transposição automático da concepção de camponês de outras realidades históricas. O camponês brasileiro, da forma como entendemos aqui, possui

diferenças marcantes e singulares em relação ao camponês clássico europeu, diferenças estas oriundas da sua própria formação histórica e das relações sociais e políticas às quais esteve inserido ao longo desta mesma formação. Portanto, é preciso olhar para a realidade brasileira como ponto de partida para entender as relações e características desse sujeito social, tais como aconteceram (e acontecem) no Brasil.

Corroboramos com Marques (2008, p. 58) quando esta afirma que

> o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo.

Feitas estas considerações, procuramos em nossa análise primeiro fazer uma reconstrução histórica da constituição dos meios de vida dos camponeses do Vale do Jequitinhonha, ou ainda mais especificamente, da região de migração. Depois tentamos demonstrar como estes meios de vida foram alterados a partir do processo de expansão capitalista, levando ao aumento da importância de algumas estratégias, à adoção de novas, enquanto outras perderam importância para a reprodução social. Por fim, como a migração temporária constitui-se em uma das principais estratégias depois destas transformações, detivemo-nos numa análise das influências da migração no local de origem.

O primeiro capítulo descreve o universo da pesquisa. Começamos descrevendo procedimentos metodológicos e o caminho da pesquisa de campo. Em seguida, fizemos uma breve caracterização da região estudada, começando pela mesorregião do Vale do Jequitinhonha, depois do que chamamos aqui de região de migração, e, por fim, do Município de Francisco Badaró e da comunidade de Tabuleiro Grande, onde realizamos nosso trabalho de campo.

No segundo capítulo, procuramos fazer um resgate histórico da ocupação e formação do campesinato do Vale do Jequitinhonha, desde suas origens até às suas relações com outras classes dominantes. Mas, especialmente, buscamos demonstrar como os *meios de vida* desta população foi se constituído a partir da apropriação dos diferentes espaços do ambiente em que se encontravam e das situação históricas pelas quais passou a região, especificamente, de um determinado isolamento da região após o declínio do período da mineração. Após esta caracterização dos meios de vida, refletido na expressão *Complexo Grota-Chapada*, buscamos descrever os momentos de transformações por que passaram a região, com a "redescoberta" do Vale, representado pela expansão capitalista no campo e pelo projeto de desenvolvimento que ficou conhecido com a "modernização conservadora". Neste processo

de transformação, as formas anteriores de organização e utilização dos diferentes espaços tiveram suas condições modificadas, através das mudanças na relação com os grandes fazendeiros e pela ocupação das áreas de chapada pelas empresas plantadoras de eucalipto, acarretando na quebra do complexo grota-chapada.

A adoção da perspectiva de *meios de vida* nos ajudou a perceber a trajetória histórica daquele campesinato como um processo de continuidade e possibilitou perceber claramente como as transformações nas condições materiais e simbólicas da vida fizeram com que determinadas estratégias perdessem sua importância, enquanto outras ganharam relevância e novas estratégias foram adotadas.

Como a migração passou a constituir-se como uma das principais estratégias de reprodução social daqueles camponeses, no terceiro capítulo buscamos um olhar mais atento sobre este fenômeno social, mas principalmente, sobre seus desdobramentos no local de origem. Desta forma, buscamos nos apoiar nas ideias de Sayad (1998) acerca da migração, quando ele propõe que a migração seja vista como um "fato social total" e busca demonstrar a importância da análise das relações estabelecidas nos locais de origem. O autor, portanto, traz a dimensão do retorno e a figura do "emigrante" que existe antes do "imigrante". Tomando, portanto, estas considerações como ponto de partida, procuramos adotar a perspectiva de *translocalidade* para entender os migrantes, aqueles que ficam e a própria migração como processos em movimento constante de transformação, numa continuidade, através das diversas influências a que estão sujeitos devido aos fluxos que vão se criando e se consolidando com o deslocamento físico de pessoas. Assim, procuramos demonstrar como a migração, a partir dos fluxos de pessoas, de coisas e de informação vão, pouco a pouco, transformando os meios de vida e a percepção de mundo daqueles que estão inseridos neste processo.

1 UNIVERSO DA PESQUISA

1.1 Procedimentos Metodológicos

Para tentar compreender a realidade e a percepção dos camponeses do Vale do Jequitinhonha acerca da migração, optamos por construir uma abordagem qualitativa e descritiva. Procuramos ter claro, em todos os momentos, desde a incursão ao campo, nas análises das gravações, até a escrita e exposição dos resultados, de que é impossível para um pesquisador iniciar a investigação, despojado de seus princípios e de sua própria visão de mundo, como alerta Triviños (1987). Buscamos, portanto, sempre que possível cruzar as informações obtidas nas entrevistas e nas observações com os resultados obtidos por outras pesquisas feitas sobre o mesmo tema e em locais próximos. Buscamos também manter alguma flexibilidade na metodologia e na base teórica da pesquisa, possibilitando o surgimento de novas categorias e novas discussões a partir das próprias pesquisas realizadas. Desta forma, abrimos a possibilidade de que os próprios entrevistados nos apontassem para os temas que poderiam nos ajudar a compreender e descrever aquela realidade.

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de agosto e setembro de 2013, período que os migrantes sazonais estavam fora: os que tinham ido para o corte de cana estavam no meio da safra e os que tinham ido para a colheita do café já estavam próximos de retornar.

Inicialmente, procuramos entrar em contato com representantes do Serviço Pastoral do Migrante de Araçuaí (SPM-Araçuaí). Desta forma, conversamos com Cléia de Fátima Silva, a Teka, que estava, no período da pesquisa, responsável pelas ações da Pastoral. Esta conversa teve dois objetivos. O primeiro era tentar perceber as impressões da Pastoral sobre a migração no Vale, de forma mais geral, já que eles desenvolvem ações em diversas comunidades de vários municípios. Além da troca de informações mais atuais sobre a migração, queríamos confrontar o nosso ponto de partida, a hipótese e a base teórica do projeto de pesquisa, com a visão que a Pastoral estava tendo sobre a migração sazonal. O segundo era buscar contatos e referências em Francisco Badaró e nas comunidades rurais, para que pudéssemos alcançar as comunidades e abrir portas de entrada no município selecionado.

A partir da indicação de Teka, procuramos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Francisco Badaró, especialmente Seu Cido, um dos diretores do sindicato, e procuramos também o sr. Ademar, o Dema, ambos sempre envolvidos com as ações da SPM e também da CPT. Com os dois, obtivemos informações sobre a migração de forma geral no município e

começamos a mapear as comunidades rurais com grande número de migrantes. Foi a partir deste contato que definimos também a comunidade de Tabuleiro Grande como local para as entrevistas. Seu Cido, morador e liderança da comunidade, ofereceu-se para nos acompanhar e para apresentar os moradores da comunidade, abrindo-nos as portas. A partir das informações obtidas por esses dois informantes, utilizamos a metodologia da História Oral para fazer, também, um breve histórico da migração no município, identificando fluxos ao longo dos anos.

Buscamos selecionar, como unidade de análise, famílias que estavam envolvidas diretamente com o processo migratório, a partir de uma seleção intencional, procurando as mais diversas situações e experiências do processo migratório. Desta forma, sete famílias da comunidade foram selecionadas. Nesta amostra conseguimos abranger uma grande diversidade de situações, relacionadas ao número de vezes que migrou (membros da família que tinham saído pela primeira vez em 2013, até casos em que migravam a mais de 20 anos), à frequência de migração (alguns que migram todos os anos e outros com menor frequência), à idade do migrante (jovens de 20 anos e adultos de 38 anos), à atividade de destino (corte da cana, colheita do café, construção civil, outras atividades urbanas, etc.); sendo que na maioria dos casos, estas situações se sobrepunham umas as outras. Além das famílias, entrevistamos ainda três ex-migrantes e quatro jovens, dos quais três já estavam inseridos na migração.

A obtenção dos dados foi feita a partir da combinação de entrevistas semiestruturadas, observação livre e anotações de campo. As entrevistas partiam de algumas questões abertas relacionadas à família, à migração e às mercadorias adquiridas em decorrência da própria migração, de forma que permitissem algum grau de flexibilidade no desenvolvimento e no desencadeamento das ideias e questões e que possibilitasse o aprofundamento de determinados temas durante o transcorrer das próprias entrevistas. As entrevistas foram gravadas e transcritas para facilitar as análises e identificar categorias para o desenvolvimento do trabalho.

A observação livre constituiu-se num importante instrumento de coleta de dados durante nosso trabalho de campo. Esta técnica, que consiste em destacar determinados aspectos do conjunto do fenômeno social em estudo (TRIVIÑOS, 1987), nos ajudou a direcionar o olhar e a atenção para a presença das mercadorias, bem como, dos seus usos nas casas e no cotidiano, não somente durante as entrevistas, mas durante todo o tempo que permanecemos na comunidade e na região. Mesmo nas conversas com outras pessoas e outras famílias, nas

andanças pela comunidade, procuramos manter o olhar sempre atento para construir um quadro geral e conseguir perceber melhor os dados levantados dentro do seu contexto.

Por fim, as anotações de campo contribuíram para o registro das primeiras impressões e reflexões acerca das observações e entrevistas. Nestas anotações procuramos registrar tudo que nos chamava a atenção, desde as formas de expressão, sentimentos expressos que não foram verbalizados e pequenas ações cotidianas, seguidos sempre de análises prévias que contribuíram para construir a análise posterior.

Procuramos ainda estar atentos em todos os momentos e, desta forma, se constituíram como importantes fontes de dados as conversas com outras pessoas, fora das entrevistas. Todas as conversam foram sendo registradas nas anotações de campo. Assim, as conversas com as crianças, adolescentes e jovens, os encontros casuais com camponeses dentro e fora da comunidade ajudaram a compor o conjunto de informações coletadas[3], bem como a confrontar as informações obtidas através das famílias e pessoas entrevistadas.

A convivência com as pessoas na comunidade nos possibilitou a percepção da dinâmica social e dos relacionamentos que são estabelecidos, assim como os períodos de permanência na sede do município nos possibilitou melhor percepção da dinâmica local e as relações entre a sede urbana e os moradores das comunidades. Desta forma, pudemos construir o universo da análise e contextualizar melhor as dinâmicas estabelecidas pelas famílias e pessoas entrevistadas.

1.2 O Vale do Jequitinhonha

A mesorregião do Vale do Jequitinhonha está localizada na porção nordeste do Estado de Minas Gerais (Figura 1), numa região de transição entre três biomas brasileiros: caatinga, cerrado e mata atlântica. É constituída por 51 municípios, divididos entre Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha[4]. Faz divisa, ao norte com as bacias do rio Pardo e com o estado da Bahia; a leste e sul com as bacias dos rios Mucuri e Doce; e a oeste com a bacia do rio São Francisco.

A região é cortada no sentido oeste-leste pelo rio Jequitinhonha. A porção ocidental, onde nasce o rio, no Alto Jequitinhonha, está localizada sobre a Serra do Espinhaço e é

[3] É importante observar que neste trabalho só utilizamos como exemplos para análise os depoimentos que foram gravados. Estas conversas, portanto, contribuíram para uma maior imersão no ambiente social estudado e, consequentemente, para uma melhor contextualização do fenômeno da migração e das transformações na sociabilidade do local de origem.

[4] Para mais informações sobre os municípios e as subdivisões da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha, ver: www.mg.gov.br. Ver também: www.ibge.gov.br.

formada por terras altas e acidentadas. O Médio Jequitinhonha é formado pela alternância entre chapadas, terras altas e planas, e pelas grotas, terras baixas e algo acidentadas que seguem ao longo dos cursos dos córregos e rios. E o Baixo é formado por terras baixas e planas.

Figura 1: Divisão Mesorregional de Minas Gerais.

Fonte: IBGE (1997)

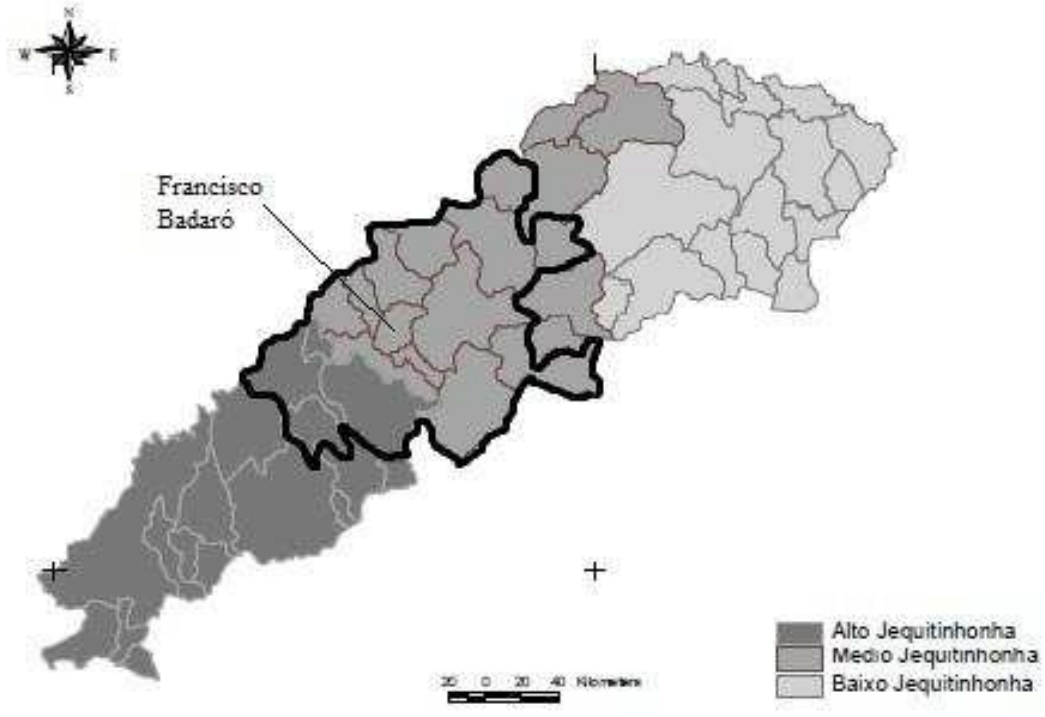
O Vale do Jequitinhonha se destaca pelas suas manifestações culturais e pelo seu patrimônio histórico e cultural, sendo bastante conhecido especialmente através do seu artesanato e pelos corais de lavadeiras. Também chamam a atenção o potencial turístico e as imensas fontes de recursos minerais do subsolo. Toda esta riqueza natural e sociocultural contrasta com a falta de estrutura e de dinamização econômica. A região apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado de Minas Gerais e um dos menores do país.

Devido ao regime de chuvas concentrado em poucos meses do ano, o clima da região é caracterizado como semi-árido, sendo que 31 municípios encontram-se na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

1.3 A região da migração

Segundo levantamento da Pastoral do Migrante[5] realizado junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), dezessete municípios possuem grande número de camponeses-migrantes, sendo alguns do Alto e, a maioria, do Médio Jequitinhonha (Figura 2). Estes municípios são: Araçuaí, Berilo, Caraí, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, Itaobim, Itinga, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Novo Cruzeiro, Turmalina, Veredinha e Virgem da Lapa.

Figura 2: Unidades geográficas da Mesorregião do Jequitinhonha (MG), com destaque para os 17 municípios com registro de migrantes sazonais e a localização do município de Francisco Badaró



Fonte: Elaboração do autor.

[5] SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE - SPM. Vozes do Eito. In: **Coletânea de depoimentos sobre a vivência cotidiana de migrantes temporários rurais.** Guarabira: eco.das.letras, 2009.

Esta *região de migração* possui, de acordo com dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população total de 264.131 habitantes, dos quais pouco mais de 51% residem na zona rural (ver Tabela 1, na página 22 desta dissertação). De acordo com os dados da pesquisa da SPM, quase 78 mil pessoas deixam suas casas e suas terras todos os anos para se inserirem no movimento de migração temporária, ou sazonal.

É preciso fazer duas considerações importantes acerca dos números apresentados. A primeira é que existe uma diferença de dois anos entre os dados do Censo e da Pastoral. A segunda é o fato de só podermos encarar os dados da Pastoral como uma referência aproximada da realidade, posto que o levantamento destes dados foi feito a partir de consultas aos STR's de cada município. Contudo, mesmo fazendo estas duas considerações, os números nos dão uma visão aproximada da realidade que serve de base, de ponto de partido, para começarmos a pensar aquela realidade. Neste sentido, pode-se perceber que cerca de 30% da população total da região de migração está inserida no processo de migração sazonal, ou seja, ficam fora do Vale, trabalhando em outras regiões e estados.

1.4 O município de Francisco Badaró

Dados os limites inerentes à própria dinâmica do mestrado, em relação ao tempo e aos recursos, como local de análise para seleção da amostra foi escolhido o município de Francisco Badaró. A escolha deveu-se ao número relativo de migrantes, à extensão do município, bem como à população total e população rural. Tomando também como referência ainda os dados da Pastoral do Migrante, pode-se perceber pela Tabela 1 que cerca de 44% da população do município está envolvida na migração temporária. Em termos relativos, o município só fica atrás, no número de migrantes temporários, dos municípios de Minas Novas e Virgem da Lapa. Outro fator relevante para a escolha é o fato de que, dos municípios da região de migração, Francisco Badaró é segundo em número de habitantes na zona rural, em termos relativos também.

O município de Francisco Badaró era conhecido como Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sucuriú. Fundada a vila no início do século XVIII, somente em 1948 ganhou o nome atual. Ainda no período da mineração, os bandeirantes Atanásio Couto e Antônio Farias estabeleceram-se na região depois de encontrarem ouro no leito do rio Sucuriú; rio de pequeno porte que passa pela atual sede urbano do município. Com o declínio da mineração, a

região ganhou notoriedade pela qualidade do algodão produzido. Como a Vila do Sucuriú fazia parte do Termo de Minas Novas àquela época, o algodão ganhou a alcunha de algodão de Minas Novas, mas é possível encontrar as referências às plantações e à produção das regiões que margeavam o rio Sucuriú em relatos de viajantes que passaram pela região, como Saint-Hilaire[6]. Em 1962, o distrito de Francisco Badaró emancipa-se, alcançando sua independência administrativa em relação a Minas Novas.

Tabela 1: Dados populacionais, número de migrantes e área do município de Francisco Badaró e do total dos 17 municípios da região de migração

Município	Nº de Hab.	Pop. Urbana	Pop. Rural	% Pop. Rural	Nº de Migrantes
Francisco Badaró	10.248*	3.191*	7.057*	68,86	4.517**
Total dos 17 municípios	264.131*	128.395*	135.736*	51,39	77.888**

*Dados do Censo 2010 do IBGE.
** Dado do levantamento da Pastoral do Migrante[7].

O município de Francisco Badaró está localizado, portanto, na microrregião do Médio Jequitinhonha, tendo como limítrofes os municípios de Chapada do Norte, Jenipapo de Minas, Araçuaí, Virgem da Lapa e Berilo. Está localizada na região de clima semiárido e faz parte da área de atuação da SUDENE em Minas Gerais. Além do rio Sucuriú, Francisco Badaró é margeado ainda pelos rios Araçuaí, de um lado, e pelo rio Setubal, de outro. De acordo com dados do IBGE, sua economia é baseada no setor de serviços e na agricultura, sendo que o primeiro foi responsável por 77,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2010. É interessante destacar ainda que o maior empregador é o setor público, ou especificamente, a administração municipal.

Outro fato relevante é que até 2012, o município não possuía acesso pavimentado. Somente em 2009 iniciou-se o asfaltamento da LMG-676, que liga Francisco Badaró a Araçuaí, cidade polo do Médio Jequitinhonha, finalizando a pavimentação da estrada no ano de 2012. Até então, para se chegar à sede urbana do município tinha-se que percorrer pelo menos 40km de estrada de terra.

[6] SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, 378p.
[7] SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE – SPM, *op. cit.*.

1.5 A comunidade de Tabuleiro Grande

A comunidade de Tabuleiro Grande dista cerca de 22km da sede urbana de Francisco Badaró e situa-se às margens do rio Setúbal. Atravessando o rio, encontra-se já o município de Araçuaí. Oficialmente, de acordo com a divisão e o reconhecimento feitos pela prefeitura, Tabuleiro Grande e Lagoa do Melado são vistas como uma única comunidade, constituindo uma única associação. Contudo, a divisão dos próprios moradores as concebe como comunidades separadas, cada uma possuindo sua própria igreja. Isto não significa que não exista laços de proximidade entre elas. Em uma das famílias selecionadas para o nosso trabalho, a esposa é de Lagoa do Melado, por exemplo.

A comunidade de Tabuleiro contava, à época da nossa incursão a campo, com pouco mais de 30 domicílios e quase 100 habitantes. Existem fortes laços de parentesco entre quase todos os moradores; a grande maioria dos moradores possuem algum grau de parentesco uns com os outros. A comunidade conta ainda com uma escola que possui até o 4º ano. Após esta série, os alunos são levados até a sede do município para continuarem estudando. Ainda encontra-se ali um estabelecimento comercial que funciona como bar e como uma pequena "venda", onde encontra-se itens básicos de alimentação (macarrão, açúcar, sal, óleo vegetal, etc.), de higiene (sabonetes, xampus, etc.) e produtos de limpeza. Vende-se ainda gás de cozinha. Em frente ao bar/venda encontra-se um campo de futebol, mais utilizado pelas crianças nos fins de tarde. Por fim, a igreja que foi construída pela própria comunidade.

Apesar de encontrar-se à beira do rio Setubal, Tabuleiro Grande também enfrenta problemas de abastecimento de água, como em quase todas as comunidade da região. Segundo relato dos moradores, depois da construção de uma barragem rio acima (no município de Jenipapo de Minas), a água do rio não é mais recomendada para o consumo humano direto. Portanto, mesmo sendo margeada por um rio perene, a comunidade conta com uma caixa d'água para abastecimentos das residências. Além disto, em todas as casas é possível encontrar as caixas de captação de água da chuva por meio dos telhados, com capacidade para 16 mil litros. Essas caixas d'água foram obtidas através de programas do poder público: as primeiras caixas foram feitas através da atuação do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE); depois novas caixas foram construídas a partir de recursos do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), vinculado ao Programa Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da Articulação do Semiárido (ASA) – financiadas por recursos do governo federal.

Durante a nossa estadia na comunidade, pudemos observar ainda uma intensa dinâmica social, com intenso convívio entre os moradores, mesmo considerando que no período que ali estivemos, muitas pessoas estavam fora, na migração sazonal.

2 OS MEIOS DE VIDA DOS CAMPONESES DO VALE DO JEQUITINHONHA

2.1 Introdução

O Vale do Jequitinhonha passou ao longo das décadas de 1960/70 por grandes transformações decorrentes principalmente do processo de modernização da agricultura brasileira. Este processo, marcado por grande violência física, moral e simbólica, significou tanto a perda de parte dos meios que garantiam a reprodução social, como também significou uma mudança na percepção do ambiente sobre a qual estavam alicerçadas as estratégias constituintes dos meios de vida (*livelihoods*) da população camponesa da região. Como Garcia Jr. (1989) constatou em suas pesquisas no nordeste brasileiro, as estratégias para garantir a reprodução social adotadas pelos camponeses do Vale do Jequitinhonha conjugavam uma grande diversidade de atividades, mesclando agricultura, pecuária, comércio, indústria doméstica, garimpo e migração, além das formas de organização, formas de ocupação dos diferentes espaços geográficos, orientadas pelo direito consuetudinário e pela reciprocidade.

Neste capítulo, fazemos uma discussão da transformação ocorrida nos meios de vida da população camponesa do Vale do Jequitinhonha desde uma perspectiva histórica, dando atenção especial para os fatores determinantes para tais, ocorridos nas décadas de 1960/70. Trata-se de fazer uma revisão bibliográfica das pesquisas sobre o campesinato no Vale do Jequitinhonha à luz da noção de meios de vida (*livelihoods*).

A noção de *meios de vida*, tradução para o português do termo *livelihoods*, começou a ganhar espaço entre os trabalhos de pesquisa em comunidades rurais a partir dos trabalhos de Chambers e Conway (1992). Para estes autores,

> Meios de vida compreendem as capacidades, ativos (estoques, recursos, direitos e acessos) e atividades necessárias para uma forma de viver: um meio de vida é sustentável quando pode lidar com estresses e perturbações, mantendo ou aumentando suas capacidades e ativos, e fornecendo oportunidades de meios de vida sustentável para as próximas gerações; e o qual contribui beneficamente com outros meios de vida no local ou global, em curto e longo prazo. (CHAMBERS e CONWAY, 1992, p. 6, tradução nossa)[8]

[8] "A livelihood comprises the capabilities, assets (store, resources, claims and acess) and activities required for a means living: a livelihood is sustainable which can cope with and recover from stress and shocks, maintain or enchance its capabilities and assets, and provide sustainable livelihood opportunities for the next generation; and

É importante destacar aqui que a noção de meios de vidas surge a partir de estudos voltados para compreender a pobreza rural, principalmente em países subdesenvolvidos, e fornecer elementos para elaborar políticas públicas mais eficientes. Esta abordagem surge, portanto, no bojo dos debates sobre desenvolvimento rural e desenvolvimento rural *sustentável*. É neste contexto que Chambers e Conway (1992) vinculam a noção de meios de vida à ideia de sustentabilidade. O termo capacidade utilizado pelos autores citados acima deriva da definição de Amartya Sen e refere-se à habilidade dos indivíduos para realizar seu potencial; àquilo que uma pessoa pode fazer e ser de acordo com suas características pessoais, econômicas e sociais[9]. Ellis (2000) ressalva que é preciso ter cuidado quando importamos termos e definições que foram elaboradas para outros contextos. O autor chama a atenção ainda para o fato de que as capacidades influenciam e são influenciadas pelos meios de vida o tempo todo.

Já em relação ao termo "ativos", Ellis (2000) destaca que em Chambers e Conway (1992) este engloba muitos componentes, alguns relacionados à diferentes tipos de capital, na esfera econômica, portanto, enquanto outros relacionados à dimensão social, como "direitos", por exemplo. Scoones (1998), seguindo a linha de Chambers e Conway (1992), identificou cinco tipos diferentes de capital: Capital Natural; Capital Físico; Capital Financeiro; Capital Humano; Capital Social.

Ellis (2000) utiliza a contribuição de Scoones (1998), referente à diferenciação dos ativos em seus cinco tipos de capitais, contudo, busca diferenciar-se de Chambers e Conway (1992) em relação á noção de "acessos", atribuindo maior relevância a esta noção e chamando a atenção para a importância dos impactos que as relações sociais e as instituições mediadoras exercem nas capacidades que um indivíduo ou família tem para atenderem suas demandas de consumo. Ellis (2000) destaca, portanto, a importância de se considerar fatores como gênero, família, classe social, casta, etnia, sistema de crenças, etc. O autor fala, portanto, na importância de se considerar as "instituições", seguindo a definição elaborada por North como

---

which contributes net benefits to other livelihood at the local and global levels and in the short and long term." (CHAMBERS e CONWAY, 1992, p. 6)

[9] SEN, Amartya K. (1993). Capability and Well-being. *In* Nussbaum and Amartya k. Sen (eds). **The Quality of Life**. Oxford: Clarendon Press, pp.30-53.

SEN, Amartya k. (1997) Editorial: Human Capital and Human Capability. Word Development, 25(12), 1959-61.

sendo as regras, ou constrangimentos e limitações socialmente construídos que moldam as ações e interações humanas[10].

Feitas essas considerações, Ellis (2000) define os meios de vida da seguinte forma:

> Meios de vida compreende os ativos (capital natural, físico, humano, financeiro e social), as atividades e o acesso a ambos (mediado pelas instituições e relações sociais), que juntos determinam os meios de vida de um indivíduo ou grupo famíliar. (ELLIS, 2000, p. 10, tradução nossa)[11]

O ponto de partida para a análise dos meios de vida adotado por Ellis (2000) é os ativos que a família tem acesso. Por "ativos" o autor entende os estoques de capital que podem ser utilizados diretamente, ou indiretamente, para gerar os meios de sobrevivência ou sustentar o bem-estar material da família. Como em Scoones (1998), para Ellis (2000) os ativos podem ser divididos em cinco categorias: capital natural, capital financeiro, capital físico, capital humano e capital social. Contudo, o autor reconhece que o acesso aos ativos que compõem o "portfólio" dos meios de vida é mediado pelos diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Tal mediação ocorre por meio das instituições, das organizações e das relações sociais nas quais os indivíduos, ou grupos domésticos, estão inseridos.

> Relações sociais, instituições e organização são os principais mediadores dos meios de vida porque eles envolvem as agências que inibem ou facilitam o exercício das capacidades e escolhas dos indivíduos ou das famílias. (ELLIS, 2000, p. 39, tradução nossa)[12]

As estratégias dos meios de vida são compostas por atividades. Estas geram os meios de sobrevivência e bem estar da família. Quanto maior a diversificação das estratégias, maiores serão as chances de se conseguir melhores padrões de vida para o grupo doméstico. Os processos de mediação junto a fatores exógenos (desastres climáticos, doenças, morte de membros da família, mudanças na lei, etc.) podem provocar a necessidade de adaptação e mudança nas estratégias dos meios de vida. As consequências das estratégias dos meios de vida adotadas podem acarretar em meios de vida mais estáveis e sustentáveis, ou não. Ellis (2000) divide as atividades em duas subcategorias: atividades baseadas em recursos naturais (extrativismo, agricultura, pecuária, etc.); e atividades não baseadas em recursos naturais (comércio, manufaturas, remessas externas em dinheiro a partir da migração, pensões e repasses de dinheiro público via políticas púbicas e direitos sociais, etc.).

---

[10] NORTH, Douglas C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

[11] "A livelihood comprises the assets (natural, physical, human, financial, and social capital), the activities, and the access to these (mediated by institutions and social relations) that together determine the living gained by the individual or household." (ELLIS, 2000, p. 10)

[12] "Social relations, institutions and organisations are critical mediating factors for livelioods because they encompass the agencies that inhibit or facilitate the exercise of capabilities and choices by individuals or households." (ELLIS, 2000, p. 39)

A noção de meios de vida, desde Chambers e Conway (1992), sempre reconheceu que é preciso considerar, em alguma medida, dimensões que extrapolam aspectos econômicos. Ellis (2000) trouxe uma grande contribuição neste sentido quando tenta atribuir maior peso em suas análises aos acessos que são necessariamente mediados por instituições e pelas relações sociais, dentro e fora da família. Este mesmo autor ainda alerta para o fato de que meios de vida não podem ser entendidos como sinônimo de renda, ou fontes de renda. Contudo, mesmo chamando a atenção para tais questões, o fato dos autores citados anteriormente utilizarem termo e conceitos como "ativos" e "capitais" acaba destinando aos aspectos econômicos uma importância maior, em detrimento dos aspectos sociais e políticos.

Neste sentido, Hebinck (2007) constrói uma concepção de meios de vida que extrapola a dimensão econômica. A construção do viver, ou das estratégias para garantir a reprodução social, envolve a habilidade de manipular uma diversidade de recursos ligados às relações sociais, acesso à terra, meio ambiente, trabalho e emprego, tecnologia, conhecimento, relação com mercados, etc.. Para o autor, as escolhas dos empreendimentos envolvem, portanto, uma série de questões, incluindo até mesmo a compreensão que as pessoas têm do mundo à sua volta.

Para tentar escapar da tendência à sobrevalorização dos aspectos econômicos, o autor utiliza o termo "recursos" ao invés de "capitais". Segundo o autor, a noção de capital dificulta a análise dos componentes dos meios de vida não materiais, tais como redes sociais e vizinhança, tendendo a ignorar a importância desses recursos não materiais para a construção e constituição dos meios de vida. Portanto, de acordo com Hebinck (2007), o termo *recursos* seria mais adequado para analisar os meios de vida por possibilitar compreender como estes são utilizados e quais significados são atribuídos a eles pelos atores sociais.

Hebinck (2007) destaca ainda, seguindo a contribuição de Ellis (2000), que meios de vida só pode ser compreendido quando é visto inserido em instituições, ou seja, em normas, regras e constrangimentos a que estão sujeitas as interações sociais numa determinada sociedade. Neste sentido, é muito importante combinar a análise das regras e normas com os padrões de utilização dos recursos disponíveis. A utilização de determinados recursos reflete e está condicionada ao acesso, ou ao direito, sobre os meios de consegui-los. Aqui estão envolvidas as relações de poder e de capacidade de decisão nas diversas instâncias dentro da própria família, mas também em esferas sociais mais amplas. Esta forma de ver nos permite perceber e analisar tanto na esfera da família, como o acesso dos mais jovens a um espaço para conduzir uma lavoura autônoma, ou não, quanto na esfera mais ampla, entendendo quais

as condições da família para acessar a terra (proprietário, arrendatário, posseiro, parceiro, etc.). Por fim, não se pode ignorar os aspectos culturais que definem os valores sociais, estilos de vida, identidade, formas de organização, etc..

É importante destacar ainda que vários autores insistem na afirmação de que a noção de meios de vida não pode ser entendida de forma estática. Ela deve ser sempre utilizada de forma contextualizada no espaço e no tempo, possibilitando a percepção das constantes mudanças (HEBINCK, 2007). Aqui reside uma das dificuldades de atribuir aos meios de vida uma definição mais delimitada. Ellis (2000) alerta para o risco de afixar uma definição, pois ela pode limitar a transmissão das mudanças e das diversas circunstâncias. Para o autor, a principal característica dos meios de vida rural nos países subdesenvolvidos é justamente sua capacidade de adaptação.

A concepção de Hebinck (2007), acima apontada, traz elementos novos aos meios de vida, especialmente quando ele ressalta a importância dos aspectos não materiais, tais como *percepção do mundo* e *significados* que os atores sociais atribuem aos diversos recursos a que têm acessos e que influenciam de forma determinante nas escolhas e representatividade dentro do conjunto das estratégias dos meios de vida de um determinado grupo social. Portanto, na análise a seguir, seguiremos especialmente a concepção de meios de vida desenhada por este autor.

2.2A constituição do campesinato do Vale do Jequitinhonha e a conformação dos meios de vida

O Vale do Jequitinhonha começou a ser ocupado[13] basicamente por dois movimentos. O primeiro, ainda nos primeiros anos de colonização portuguesa no século XVI, a região foi alvo de diversas expedições partindo principalmente da Bahia em busca de metais e pedras preciosas. Segundo Botelho (1999), as primeiras povoações da região provavelmente foram formadas a partir de integrantes dessas expedições que não retornavam, mas permaneciam no Vale. A autora ressalta ainda o fato de que mesmo antes da descoberta das minas de ouro e diamante no Vale, a região já havia sido quase toda vasculhada pelas expedições. Por outro lado, os bandeirantes paulistas tiveram importante participação no processo de ocupação da região. Estes eram chamados para ajudar nos conflitos constantes com tribos indígenas no sul

[13] Nos referimos aqui à ocupação promovida depois da colonização do Brasil por Portugal, pois antes das primeiras expedições dos portugueses para mapear a região e das bandeiras paulistas, a região do Vale Jequitinhonha já era ocupada por diversas tribos indígenas.

da Bahia. Destas bandeiras, muitos não retornavam, permanecendo na região e tornando-se criadores de gado. Assim, tem origem grandes propriedades dedicadas à pecuária que eram dadas aos bandeirantes como forma de pagamento aos serviços prestados à coroa, nas regiões Norte de Minas Gerais e no que hoje é conhecido como Baixo Jequitinhonha e uma parte do Médio Jequitinhonha. Aos camponeses restavam, portanto, formas de ocupação subordinadas às grandes propriedades. Tais expedições eram formadas exclusivamente por homens brancos que, no contato com tribos indígenas e mesmo com quilombos formados por escravos fugidos principalmente dos engenhos de açúcar da Bahia, começaram a ocorrer as primeiras miscigenações. Deste fato surgem características marcantes na população camponesa, que se constituiria mais tarde, advindas tanto da cultura indígena quanto da do negro, que se refletem na própria concepção da terra e nas manifestações culturais (BOTELHO, 1999).

Além da aquisição de terras como forma de pagamento aos serviços prestados à coroa, as propriedades continuaram a expandir-se através da concessão e da compra de cartas de sesmarias aos grandes proprietários. Botelho (1999), em consulta ao Arquivo Público Mineiro, pesquisou 115 cartas de sesmarias do século XVIII. A pesquisadora conclui que pelo conteúdo das cartas não é possível delinear um perfil dos requerentes em relação às posses e à condição social, o que a leva a inferir que a Lei de Sesmaria poderia beneficiar a todos, aparentemente. Contudo, como a própria autora ressalva, é preciso considerar que os custos envolvidos no processo de requisição de terras acabava por excluir os camponeses pobres do acesso formal à terra, posto que além dos custos do processo em si havia aqueles referentes ao deslocamento até os centros administrativos.

Com a descoberta dos recursos minerais, no século XVIII, houve uma intensa imigração para a região. A mineração passou a ser a principal atividade especialmente na porção mais ocidental, onde nasce o rio Jequitinhonha. Ao lado da mineração foi se estabelecendo uma agricultura de pequeno porte de cunho familiar responsável pela subsistência das próprias famílias e também pelo fornecimento de diversos produtos aos mercados locais, nas vilas, e às grandes propriedades. Por outro lado, a crescente população mineradora, o surgimento de novos povoados e o estabelecimento de áreas de lavras ao longo dos cursos d'água acabaram empurrando ainda mais a população camponesa para a periferia das zonas produtoras (BOTELHO, 1999). Assim, a população que se encontrava mais próxima das rotas dos tropeiros e dos povoamentos conseguiram garantir sua sobrevivência através da venda e troca da produção de bens oriundos da terra. Mas, segundo Botelho (1999), a população mais isolada permaneceu alheia a este processo e a agricultura de subsistência foi se espalhando

por todo o Vale do Jequitinhonha. Com a decadência da mineração, na virada do século XVIII para o século XIX, a população se dispersou pelo meio rural. Para os proprietários de escravos, uma saída encontrada foi a conversão da atividade mineradora para a criação de gado e lavouras, especialmente o algodão (GRAZIANO, 1986; BOTELHO, 1999).

Para a população pobre e livre restaram duas opções: conformar-se com a sujeição econômica das grandes fazendas, ou manter-se livre, mas afastado das áreas de interesse dos grandes proprietários (GRAZIANO, 1986). Na mesma linha, Botelho (1999) identificou duas formas de ocupação da terra pelos camponeses: a "posse consentida", quando os camponeses se instalavam dentro das terras das grandes propriedades, atendendo tanto à necessidade do camponês de acesso à terra para produção de sua subsistência quanto à necessidade do proprietário de realizar uma efetiva vigilância de seus domínios; e a "posse desassistida", quando os camponeses ocupavam terras não pertencentes ao domínio das grandes propriedades, mas sendo igualmente suscetíveis à apropriação de outros por não terem o registro. Este segundo grupo, para manter a autonomia de seu trabalho, tinha que se estabelecer em áreas afastadas daquelas que as grandes fazendas tinham interesse.

Surgiram assim duas frações distintas de camponeses: os *agregados* das grandes fazendas; e os *pequenos posseiros* livres e autônomos. Os agregados também foram se diferenciando ao longo do tempo em duas subcategorias: *agregados* (propriamente ditos) e *moradores de favor*. Aqui, *agregados* refere-se àqueles mais próximos e mais ligados às atividades cotidianas da fazenda. Já os *moradores de favor* eram aqueles residentes mais distantes, fisicamente e socialmente, da sede, do trabalho e da convivência na fazenda, mas exercendo alguns trabalhos específicos e não continuados, tais como jagunçagem, trabalhos coletivos (derrubada e destoca, reparo de estradas e construções, etc.), entre outros (GRAZIANO, 1986).

Os pequenos posseiros ocupavam as áreas não requeridas pelas fazendas, portanto mais afastadas. Procuravam criar os meios necessários à manutenção socioeconômica independentemente das grandes fazendas. Graziano (1986) identificou como principais atividades deste grupo social a agricultura (principalmente o cultivo de mandioca e alimentos em geral), a criação de pequenos animais, o artesanato[14] (tanto de artigos exclusivamente para

[14] Optou-se por utilizar aqui o termo *artesanato* por esta ser a forma utilizada por Graziano (1986). Contudo, as atividades a que o autor se refere como *artesanato* seriam melhor designadas por *indústria doméstica*, seguindo a discussão feita por Botelho (1999). Portanto, no presente trabalho, as atividades referentes à fabricação de objetos, sejam de utilidade imediata ou não e das mais diversas matérias-primas serão designadas por *indústria doméstica*.

adorno, quanto de objetos utilizados no dia a dia na casa e no trabalho) e garimpo (legado que permanece até os dias atuais do período de intensa mineração na região).

Ao longo de todo o processo de ocupação foi se constituindo um intenso conflito entre grandes fazendeiros e os camponeses relacionados ao domínio do meio de produção fundamental que é a terra. Esses conflitos eram gerados pelos interesses dos grandes fazendeiros em aumentar seus domínios territoriais. Tal interesse, contudo, não era motivado pela possibilidade de aumentar a produção, como veremos a seguir.

2.2.1 As condições de acesso à terra

O acesso à terra no Brasil historicamente foi por meio da ocupação e da posse. No sistema de sesmarias, primeiro ocupava-se a terra, estabelecia-se e depois se requeria a concessão de uso. As terras pertenciam de fato ao rei de Portugal e podiam cair em comisso, ou seja, voltar a ser de domínio público e cedida a outro requerente. Portanto, "a posse era a verdadeira forma de ocupação da terra" (GRAZIANO, 1986, p. 27-28). Com a Lei de Terras de 1850, institui-se no Brasil um mecanismo de mercantilização da terra, estabelecendo seu acesso somente a partir da compra.

> Porém, como de resto, para o Vale do Jequitinhonha tal transformação jurídica não se efetivou plenamente, criando um espaço aberto a manipulação pela classe dominante. A indefinição jurídica da propriedade fundiária que persiste até nossos dias, onde extensas áreas continuam devolutas e onde o sistema de posse assentado nas relações costumeiras permanecem ainda como principal forma de acesso a terra, tem realçado sobremaneira o processo de invasão e expulsão que atuam em desfavor do campesinato ali presente. (GRAZIANO, 1986, p. 28).

Foi, portanto, através da ocupação e da posse das terras dos camponeses que as grandes fazendas da região expandiam ou mesmo se formavam, mesmo depois da promulgação da Lei de Terras. Para Graziano (1986), esse processo constitui-se como uma alternativa à aquisição através da compra. De fato, com a chegada das empresas plantadoras de eucalipto na região nas décadas de 1960/70, este mesmo processo de expansão e aquisição de terras pode ser observado, como veremos mais adiante[15].

É importante destacar neste momento que após o período de mineração, a região do Vale do Jequitinhonha entrou em um período de estagnação econômica. Segundo Graziano (1986), a economia regional sofreu um crescente isolamento ao longo do século XIX, devido à mudança das rotas comerciais que ligavam o nordeste ao sul do Brasil. Este isolamento

[15] Sobre as formas utilizadas pelas classes dominantes no Vale do Jequitinhonha, nominalmente, os fazendeiros, para ampliarem suas terras, expulsarem os camponeses residentes e expropriarem as terras para serem englobadas às suas propriedades, especialmente nas décadas de 1960/1970, ver: MOURA, M. M. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 250p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

provocou uma série de dificuldades para as fazendas escravagistas formadas com o fim da mineração, impondo-lhes altos custos de transporte, dificuldades para exportação dos produtos (principalmente alimentícios e grãos que se deterioravam por causa das distâncias e condições de transporte), a elevação do preço dos escravos e a concorrência com outras regiões produtoras (especialmente para o caso do algodão e do gado). Esta estagnação inviabilizava a reprodução da grande propriedade, que foi levada a se adaptar às condições dadas regionalmente, pois além das dificuldades de cunho econômico não haviam na região as condições necessárias para a substituição da mão de obra escrava por trabalhadores livres, devido à grande disponibilidade de terras, baixo crescimento demográfico e a baixa densidade da exploração agropecuária (GRAZIANO, 1986).

A forma encontrada, portanto, pelas grandes propriedades diante das novas condições de reprodução foi a sujeição dos camponeses exercida por meio do controle de amplas extensões de terra. Dominar a terra significava dominar os homens que viviam nela; significava dominar o trabalho e dominar politicamente os camponeses. A expansão das grandes propriedades não refletia uma lógica econômica, mas se justificava por uma lógica político-social naquele contexto. Para Graziano (1986, p.32),

> o papel político destes grandes domínios – territorial, social e político – sobrepujou, com o tempo, para a área do Jequitinhonha mineiro, o seu caráter de empreendimento econômico *strictu sensu*. O cerne da dominação deixa de ser puramente econômico para assumir um papel notadamente político.

Para o autor, este argumento é reforçado pelo fato de que as grandes fazendas pecuaristas representavam rendimentos econômicos pequenos e que a produção comercial a partir destas propriedades não se expandia com a expansão dos domínios territoriais. Graziano (1986), também identificou entre os grandes proprietários, durante seu trabalho de campo já nos anos 1980, uma concepção da posse da terra baseada no regime de fundamento consuetudinário, o que demonstra a pouca efetivação da Lei de Terras na mudança da concepção de posse da terra ao longo dos séculos XIX e XX[16]. Contudo, é preciso ficar claro, a posse, fundada no direito consuetudinário, adquiriu concepções distintas para os diferentes segmentos sociais. Enquanto para os camponeses a posse da terra era dada pela lógica do trabalho humano (estabelecimento de um modo de vida), para os fazendeiros ela se baseava em um complexo econômico, político e ideológico associados à ideia de dominação (GRAZIANO, 1986).

[16] É claro que isto não exclui a recorrência dos grandes proprietários às forma de acesso à terra legalmente estabelecidas sempre que eram de seus interesses. Foi assim após a promulgação da Lei de Terras em 1850 e nas décadas de 1960/70, quando a terra passou a ter, efetivamente, um valor-mercadoria no Vale do Jequitinhonha.

2.2.2 Formação dos meios de vida

Os elementos pontuados anteriormente sobre os processos históricos de ocupação do Vale do Jequitinhonha (desde seu início com as expedições e as bandeiras, passando pelos conflitos com as tribos indígenas ali estabelecidas e com os quilombos, a mineração e o longo período de estagnação econômica e "isolamento" ao longo do século XIX e primeira metade do século XX) e a não definição jurídica da propriedade possibilitaram o desenvolvimento de uma concepção simbólica da terra, especialmente entre os camponeses. Para Botelho (1999, p.45) a concepção simbólica da terra pode ter sido construída a partir do momento em que ela se mostrou a estes ao mesmo tempo "acessível à produção da vida, mas inacessível à sua apropriação formal". Assim:

> à terra enquanto objeto delineável, repositora da vida camponesa, acrescenta-se uma dimensão que, necessariamente, irá fundir-se ao processo de constituição da produção de ideias, do pensamento. É a terra simbólica, que traz consigo a compreensão de mundo, que extrapola a sua natureza material – meio de produção, instrumento para realização do trabalho familiar e para a apropriação dos seus frutos – e alcança a dimensão indelével, introspectiva, do sagrado. A terra é, para o camponês, o meio através do qual retira a sua sobrevivência cotidiana, realizando os seus possíveis, materializando a sua vida e formulando as suas representações. Cria-se o elo inexorável homem-terra. A existência camponesa, intrinsecamente vinculada àquilo que da terra advém, engendra o sentimento de preservação e conservação daquilo que lhes dá a vida. Assim, a terra é algo que é, ao mesmo tempo, tocável e intocável, material e simbólica, natureza sagrada. Portanto, a terra, compreendida dessa maneira, não pode significar apenas a produção de víveres, visto que condensa uma dimensão que é vivida e representada e que não comporta a apenas a ideia de propriedade a ser trocada como mercadoria. (BOTELHO, 1999, p.45)

Esta concepção de terra simbólica que reflete a visão de mundo, a organização social, os valores, pode ser sintetizada na expressão *Complexo Grota Chapada*. A expressão utilizada por Graziano (1986) sugere, num primeiro momento, a forma de organização da produção e do acesso à terra constituído no Vale do Jequitinhonha considerando sua especificidade geográfica, formada alternadamente por duas formas de relevo que se destacam: as áreas de grota e as áreas de chapada. Mas num segundo momento, o *Complexo Grota-Chapada* passa também a expressar a relação simbólica dos camponeses com o meio, através das representações e significados atribuídos aos recursos que lhes oferecem as condições de reprodução. Desta forma, os meios de vida, sintetizados neste contexto no *Complexo Grota-Chapada*, foram constituídos a partir de uma perspectiva geográfica (determinada pelo relevo da região); de uma perspectiva histórica (determinada pela forma de ocupação e condições de acesso à terra); de um perspectiva social (determinada pela formação do campesinato da região); e de uma perspectiva política (determinada pelos conflitos em torno do domínio da

terra e pela instabilidade a qual o campesinato sempre esteve submetido em relação a sua posse). Foi neste imbricado e complexo conjunto de determinações que os camponeses desenvolveram diversas estratégias (atividades) que compõe seus meios de vida, destacando-se como principais a agricultura, pecuária, migração, indústria doméstica e comércio.

2.2.3 Os meios de vida anteriores às décadas de 1960/1970

Para descrever os meios de vida constituídos por aquela população, anteriores aos processos de mudanças inseridos em seu contexto a partir das décadas de 1960 e 1970, tomaremos como ponto inicial a terra: as formas de utilização e de organização dos espaços disponíveis para a família. Graziano (1986), em seu trabalho, traça um desenho das diversas atividades exercidas por uma família camponesa da região. Estas atividades, por sua vez, estavam relacionadas aos dois espaços que caracterizam a região, já mencionados anteriormente, a saber, as grotas e as chapadas, e às duas formas distintas de apropriação destes espaços.

O relevo do Vale do Jequitinhonha, principalmente na região que abrange o Médio Jequitinhonha e partes do Alto e do Baixo que lhe são confrontantes, é caracterizado pela presença das chapadas, que são extensas áreas elevadas e planas, semelhantes a pequenos planaltos, com vegetação tipicamente de cerrado e escassos recursos hídricos. Estas são intercaladas pelas grotas, como são chamados regionalmente, ou seja, terras baixas e acidentadas onde correm os rios e córregos e onde são encontradas as terras mais férteis. A apropriação destas duas áreas distintas também ocorre de formas distintas e complementares.

Nas áreas mais férteis, onde se encontram os recursos hídricos, tinha-se a apropriação privada da terra, nas quais as famílias estabeleciam suas moradias e suas “roças”. Tratava-se de pequenos lotes, cuja posse era legitimada pelo direito adquirido socialmente, independente de haver titulação ou não. Segundo Graziano (1986, p.52), a aquisição desses lotes ocorria através da compra, pela posse, ou por herança. Contudo, é importante destacar aqui que a aquisição por meio da compra não significava uma atribuição de valor-mercadoria à terra, mas sim uma forma de rearranjo da distribuição da terra dentro da própria família e/ou comunidade. Isto porque tais transações, quando ocorriam, respeitavam a uma série de critérios específicos de vendas preferenciais para parentes e amigos da própria comunidade. Assim como a herança que não necessariamente seguia o código civil vigente, elegendo-se

como herdeiro o filho ou filhos que desenvolvem-se aptidões para cultivar a terra (dependendo do tamanho da propriedade).

Estas pequenas parcelas de terra eram os locais onde as famílias camponesas se realizavam como unidade social. Era nestes locais que se definiam os papéis de cada membro, que se organizava a utilização dos espaços e do trabalho familiar. Ou seja, era na propriedade que se definia e se organizava a distribuição dos recursos de forma a maximar o trabalho e a produção, necessários à reprodução social do grupo doméstico. Assim, ao redor da casa, normalmente situada próxima à fonte de água, podia-se encontrar uma pequena área cercada, destinada ao plantio de hortaliças, bem como diversas árvores frutíferas e o algodão, utilizado na tecelagem doméstica. Um pouco mais afastado, encontrava-se um chiqueiro para a criação de porcos confinados e as galinhas eram criadas soltas pelo terreno. Os plantios de maior porte, chamados de "roças", eram feitos em áreas denominadas terras de cultura, que geralmente são áreas mais planas e úmidas. Nestas áreas, o plantio era feito de forma consorciada, utilizando-se três ou mais espécies, podendo-se destacar a mandioca, milho, feijão (diversas variedades), andu (guandu), algodão arbóreo, abóbora, melancia, batata doce, cana-de-açúcar, etc. A forma de plantio consorciado está mais relacionada com a maximização do trabalho disponível, já que o momento da realização dos tratos requeridos por uma determinada cultura é também aproveitado para outras. Ainda dentro das propriedades individuais, encontravam-se os espaços destinados à pastagem do gado e dos animais de trabalho. Estas áreas são chamadas na região de "mangas", localizando-se nas áreas menos úmidas, ou seja, no espaço da propriedade que não estiver sendo utilizado pelas outras atividades.

Já nas áreas de chapada, a apropriação se dava de forma comum. Por serem áreas menos propícias para as atividades agrícolas, exerciam funções complementares através do fornecimento de recursos naturais amplamente utilizados pelos camponeses da região. Nestas áreas também eram destinadas a atividades complementares como a criação do gado "à solta" nas épocas em que as mangas estavam esgotadas, ou no plantio de pequenas roças individuais, principalmente de mandioca (cultura que se adapta melhor às condições de baixa umidade e pouca fertilidades destes solos). Contudo, mesmo quando eram utilizadas por indivíduos isolados, estas terras eram concebidas como "não-propriedade". As chapadas não tinham dono, eram utilizadas por quaisquer pessoas, extrapolando, inclusive, a dimensão da comunidade. Os que moravam mais distantes e os que lhe eram extremantes possuem os mesmo direitos sobre seus "frutos". Como afirma Graziano (1986, p.61), em "decorrência

dessa prática cultural, o usufruto da chapada é coletivo e socializado". Todos os recursos oferecidos pelas chapadas poderiam ser apropriados por qualquer um que se dispusesse a coletá-los.

As atividades desenvolvidas nas chapadas envolviam a coleta de frutos, madeira para diversos fins, raízes e ervas para remédios, além da caça. As frutas coletadas exerciam importante papel na complementação alimentar das famílias, suprindo eventuais carências nas épocas de maior necessidade. Mesmo nos períodos de chuva, quando a disponibilidade de alimentos era maior, as frutas das chapadas eram muito apreciadas. Além da coleta para o autoconsumo, as frutas poderiam ser destinadas para a comercialização, principalmente nas feiras e mercados locais. A caça, junto com a criação de porcos e aves, fazia da carne a principal fonte de proteína para aquela população, embora não fosse parte da alimentação diária. As raízes e ervas, embora também fossem encontradas nos mercados, eram destinadas principalmente para o autoconsumo. Fato é que a população camponesa daquela região desenvolveu uma grande diversidade de receitas medicinais utilizando diversas plantas e diversas partes da mesma planta, de tal forma que quaisquer doenças eram tratadas quase exclusivamente com os remédios "naturais"[17]. A coleta de madeira, por sua vez, tornava-se imprescindível para as construções de casas e outras estruturas, como currais, cômodos destinados ao armazenamento de materiais de trabalho, para a confecção dos próprios materiais de trabalho e outros utensílios, além de ser fonte de energia nos fogões a lenha e nos fornos de barro.

É importante destacar ainda que mesmo para os grandes proprietários, as chapadas também exerciam um importante papel de complementaridade, tanto na criação do gado "à solta", quanto no fornecimento de frutos, madeira e remédios. Para Botelho (1999), neste sentido, a vida dos grandes proprietários não diferiam muito da dos camponeses e agregados. Aliás, aqui está um dos elementos históricos que contribuiu para a constituição da percepção da chapada como terra impassível de apropriação individual: a expansão das grandes fazendas raramente acontecia sobre as chapadas (GRAZIANO, 1986). De fato, se o domínio da terra representava, na verdade, o domínio sobre os homens, infere-se que tal expansão devia ocorrer sobre as terras onde haviam moradas dos pequenos posseiros. Como as chapadas raramente eram utilizadas como terra de morada, não havia sentido que os grandes fazendeiros exercessem o domínio sobre elas. Mantinha-se aberta, portanto, a possibilidade de

[17] Destaca-se aqui que existem, hoje em dia, diversas iniciativas para resgatar e preservar este conhecimento local. E que ainda hoje é possível encontrar raizeiros pela região, que são aquelas pessoas que dominam tal conhecimento, tanto da função de cada planta, quanto na confecção das receitas e a forma de utilização.

utilização comum de tais terras pelos pequenos posseiros que ainda conseguiram manter sua condição livre e autônoma.

Portanto, fica claro a complementaridade que existia entre os dois espaços (a grota e a chapada) no provimento dos recursos básicos, através da agricultura, da criação de animais e do extrativismo, que possibilitaram grande parte da reprodução social dos camponeses do Vale do Jequitinhonha. As técnicas de produção e a tecnologia empregada nas atividades agrícolas e extrativistas permitiram um determinado equilíbrio da relação homem-natureza, preservando as condições naturais necessárias para a manutenção dos meios de vida daqueles camponeses por mais de um século, ou seja, assegurou a sua reprodução socioeconômica e cultural. Contudo, mesmo tendo a chapada como uma forma de reduzir as limitações impostas tanto pelo tamanho das propriedades, quanto pelas condições edafoclimáticas (como baixa fertilidade dos solos e longos períodos de estiagem), era comum a busca por parcerias para a formação de roças (GRAZIANO, 1986). Estas parcerias eram feitas principalmente com grandes produtores na modalidade conhecida como "meias" ou "terças", nas quais os camponeses utilizavam as terras daqueles e pagavam com parte da produção. As parcerias constituíam-se, assim, em outra estratégia para garantir a produção agrícola necessária para atender as necessidades da família.

A produção agrícola e os produtos do extrativismo eram destinados tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização. Graziano (1986) identificou as mesmas relações em torno do destino da produção descritas por Garcia Jr (1989) para o contexto dos camponeses do nordeste brasileiro. Ou seja, o destino depende de uma complexa combinação entre agricultura e "negócio", que considera flutuação dos preços, condições técnicas de produção, consumo socialmente necessário para a reprodução da família, disponibilidade de força de trabalho do grupo doméstico, ano "bom" ou "ruim" (considerando a quantidade e distribuição das chuvas), etc. A combinação entre agricultura e negócio ajuda a minimizar duas questões centrais na economia camponesa: a sazonalidade da produção e, consequentemente, da intensidade do trabalho; e a variação da produtividade (GARCIA JR., 1989). Portanto, não se pode falar em culturas para subsistência e culturas para o mercado. Assim como não é correto afirmar que o camponês comercializa somente o seu excedente. A comercialização exerce ainda um papel importante dentro do conjunto das estratégias dos meios de vida, pois permite ganhos monetários necessários para a aquisição de produtos que não são obtidos no interior das propriedades, tais como querozene, sal, macarrão, roupas, etc.

Para Graziano (1986), apesar das transações mercantis fazerem parte do cotidiano das famílias, elas possuem algumas especificidades que as diferencia de transações tipicamente capitalistas. Em primeiro lugar, o autor destaca o fato de que a produção camponesa não tem um caráter propriamente comercial. Embora a comercialização nos mercados seja uma opção sempre presente como destino para os produtos, tal destinação, como mencionado anteriormente, irá depender de uma série de determinantes, não sendo, portanto, condicionada pela dinâmica comercial. Desta forma, a maior parte dos cultivos não é feita visando unicamente o mercado. E os camponeses procuram priorizar os cultivos que poderiam ser tanto consumidos pela família quanto serem objetos de transações comerciais. Outro fator importante é que os espaços de comercialização utilizados pelos camponeses, no geral, estão fora dos circuitos comerciais capitalistas, especialmente as feiras e as relações de troca entre e no interior das comunidades.

Outro componente fundamental para os meios de vida era a indústria doméstica. Ela está entre as manifestações culturais mais marcantes e presente em todo o Vale, que assegurava parte da reprodução dos grupos sociais. Eram trabalhos feitos a partir de couro, barro, taquara, fios de algodão e madeira. Nos relatos dos viajantes do início do século XIX é possível encontrar referências a diversas atividades de manufatura que esta população exercia (BOTELHO, 1999). Utilizando diversos tipos de matérias primas, a população camponesa desenvolveu uma intensa e variada indústria doméstica para a fabricação de objetos e estruturas necessárias para atender as demandas sociais necessárias para a reprodução da família. Com o couro, por exemplo, eram fabricados bainhas para facas e facões, chapéus, chicotes, alforges, acessórios para montaria e peças de roupas protetoras. Da madeira eram feitos os cabos de facas e facões, de enxadas, além de estruturas necessárias para a fabricação de rapadura e farinha de mandioca e utensílios domésticos como colheres de pau.

O algodão merece algum destaque, pois teve um papel importante na economia regional no início do século XIX, especialmente na região do Termo de Minas Novas. Parte da produção do algodão era destinada à fabricação de tecidos e cobertores, consumidos no local e exportados para o exterior. E parte era exportado para Bahia, Rio de Janeiro e outros lugares de Minas Gerais. O grande apreço pelo produto, tanto no Brasil quanto no exterior, advinha da qualidade do dos fios confeccionados, pois o próprio clima da região, mais seco, propiciava a feitura de fios mais resistentes, regulares, finos e cumpridos, embora, devido também ao clima, o produto adquiria frequentemente uma cor amarelada. “Os tecidos

rústicos, produzidos no interior das casas, eram as únicas vestimentas que protegiam os corpos das populações pobres dos meios rural e urbano" (BOTELHO, 1999, p. 137).

Junto com o algodão, merece destaque a indústria doméstica a partir do barro. A prática de trabalhar com o barro para a produção de objetos e para a sua utilização para outros fins tem sua origem nas práticas dos povos indígenas na região. De fato, em relatos dos viajantes do século XIX é possível encontrar entre os poucos móveis e objetos vistos na habitação daqueles povos os objetos feitos a partir do barro. Nas casas da população livre e pobre o mobiliário e os objetos não diferiam muito daqueles encontrados nas habitações indígenas. Botelho (1999), a partir da análise de diversos inventários, afirma que tal mobiliário não passava de apenas alguns poucos objetos, como potes e vasilhames de barro, tamboretes e mesas, caixas de madeira, jiraus, cestos de taquara, etc.. Trata-se, portanto, de mobílias e objetos simples de fabricação local, provenientes da indústria doméstica.

O barro ganha destaque pelas diversas utilizações, fazendo com que a terra ganhe importância para além das atividades de produção agropecuária. A terra está presente em diversas dimensões da existência camponesa (BOTELHO, 1999). Além da fabricação de objetos, como já referido acima, a terra está presente na construção das casas a partir do adobe, no revestimento de paredes com terra molhada e com a tabatinga – tipo de barro específico e esbranquiçado, e na construção de fogões e fornos à lenha. Dentre os objetos fabricados, são encontrados aqueles de utilização cotidiana, como os utensílios de cozinha que eram muito comuns e que também podiam ser comercializados na região. Desta forma, mesmo as famílias que não praticavam esta modalidade de indústria doméstica, tinham em suas casas os mesmo utensílios. Esta comercialização se dava também com as famílias urbanas na própria região. E mais recentemente, a partir das décadas de 1970 e 1980, estes objetos passaram também a ser comercializados nas lojas de artesanato nas cidades históricas do Vale do Jequitinhonha, como Diamantina e Serro, e nos grandes centros urbanos, como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (BOTELHO, 1999).

Contudo, outra parte da produção de objetos de cerâmica não tinha esse viés de utilidade imediata. Segundo Botelho (1999, p. 145),

> Um fato que chama a atenção no contexto da produção ceramista, no Vale, é que os objetos produzidos nem sempre estiveram vinculados às necessidades domésticas básicas cotidianas. A produção de peças de barro, nesse sentido, compreende outro significado proveniente da relação do homem com a natureza, impregnada de ritos e simbologia que transparecem nas peças e nos objetos.

Trata-se de peças que reproduzem cenas da natureza, partes do corpo humano, animais, pessoas, principalmente mulheres, com adereços e em situações cotidianas. Peças, portanto, que escapam à utilização imediata daqueles objetos de trabalho ou dos equipamentos

domésticos. Para Botelho (1999), são peças destinadas à satisfação do fazer e ao prazer do fazer o belo.

> Tem-se, portanto, a utilização de objetos que prescindem da necessidade cotidiana de subsistência, mas que são usados no sentido de informar e resguardar os costumes, as práticas culturais; com essa "utilização", garantem a sobrevivência do grupo. (BOTELHO, 1999, p. 148)

A grande variedade apontada acima demonstra a importância da atividade da indústria doméstica no conjunto das estratégias dos meios de vida. Junta-se à função de provedora de objetos de consumo que seriam inacessíveis através do mercado, a possibilidade de comercialização dos objetos fabricados, tornando a industria doméstica como uma eventual fonte de renda alternativa, seja através da troca dentro da própria comunidade, seja através de transações monetárias nas feiras e mercados locais.

Complementam ainda as atividades, aquelas que envolviam o trabalho fora da propriedade. Aqui podemos destacar a venda da força de trabalho para os grandes proprietários na região e o trabalho assalariado exercido através da migração para outras regiões. Na venda de mão de obra na própria região, os trabalhadores, chamados de "diaristas" ou "camaradas", são contratados por dia de trabalho ou por empreitada para realizar tarefas específicas dentro das grandes fazendas. Dentre as tarefas mais comuns encontram-se a "bateção" e plantio de pastos, desmatamento e a construção e conservação de estradas, cercas e outras estruturas. Nesta modalidade, o pagamento podia ser feito em dinheiro ou em produtos, o que, segundo Graziano (1986), era muito comum na região.

A inserção como assalariado em empreendimentos, urbanos e rurais, fora do Vale do Jequitinhonha demanda maior atenção na análise. Esta modalidade de trabalho constitui-se num dos fatores mais importantes no conjunto das estratégias dos meios de vida daquela população, especialmente após as mudanças ocorridas com a expansão capitalista na região nas décadas de 1960 e 1970. Contudo, nos relatos dos moradores mais antigos é apontado como marco para a migração sazonal a seca ocorrida no período de 1937 a 1939, que causou grandes dificuldades no provimento dos recursos básicos e forçando, principalmente, os chefes de família, a saírem para outras regiões em busca de trabalho. Mas há indício que apontam o início da migração em busca de trabalho antes mesmo deste período.

Tomando como referência o final da década de 1930, os camponeses mais velhos relatam que, devido às grandes dificuldades causadas pelo longo período de estiagem, muitas pessoas foram buscar trabalho fora do Vale, tendo como principais destinos o interior de São Paulo e o Mato Grosso, para trabalharem com a "abertura de mato no machado". Depois, começaram as migrações para a colheita do café e do algodão e, quando este último entrou em

declínio, apareceu a migração para a laranja e para a colheita da banana, na região de Santo-SP. Há também relatos que remetem a uma migração para áreas urbanas, já nos fins dos anos 1950 e início da década de 1960. Em nossa incursão a campo realizada em agosto de 2013, no relato de um antigo migrante, que foi trabalhar na colheita da banana na região santista na década de 1960, aparece a ajuda que ele recebeu de um parente que já residia na cidade de São Paulo.

De fato, muitos que foram neste processo de migração sazonal, acabaram estabelecendo-se nos locais de destino. Outros "pulavam" de uma atividade a outra, ficando ausente do Vale por anos. Estes casos aconteciam geralmente quando o migrante não era ainda "chefe" de família, ou seja, ainda não havia se casado e constituído sua própria unidade familiar. Aliás, muitos migravam justamente para acumular recursos que lhe dariam as condições para formar sua própria família. Graziano (1986) identificou também a migração como forma de evitar a divisão da terra da família, que já eram de pequenas extensões.

Até os anos 1970, a migração foi aumentando paulatinamente, ganhando relativa importância e diversificando cada vez mais os destinos. E nos anos de 1970 e 1980, a migração foi adquirindo mais volume, em termos de número de camponeses que se viam "obrigados" a lançar mão dessa estratégia para garantir a reprodução social. Não é coincidência que o momento de intensificação da migração sazonal tenha ocorrido junto com a expansão capitalista na região representa principalmente pela chegada das empresas plantadoras de eucalipto (processo este que será discutido na próxima seção deste capítulo).

Até meados dos anos de 1990, a migração sazonal ocorria justamente nos meses de estiagem no Vale do Jequitinhonha, coincidindo, assim, com os períodos de menor demanda de trabalho no interior das propriedades. Ou seja, a migração também era condicionada pela atividade da agricultura, sendo este outro fato que foi aos poucos se modificando com o tempo. Mas o que nos interessa demonstrar aqui é o fato de que a migração já estava incorporada como uma das atividades que compunham as estratégias dos meios de vida dos camponeses do Vale muito antes das transformações inseridas.

Buscamos demonstrar até aqui a importância das diversas atividades e estratégias dos meios de vida dos camponeses do Vale do Jequitinhonha. Mais do que manter uma diversidade de atividades, os camponeses construíram uma complexa relação de complementaridade entre elas. Acrescenta-se ainda nesta complexidade as relações sociais que possibilitavam a execução de todas estas atividades. As formas de organização da produção ganham um caráter singular, constituindo-se em verdadeiras instituições, no sentido

que North (1990) atribui a este termo, criando possibilidades de acesso ou não a determinados recursos. De fato,

> Os laços de caráter pessoal, que se manifestam através das práticas de ajuda mútua, das formas específicas de solidariedade familiar, de vizinhança, de reciprocidade, de compadrio, ao lado das práticas políticas, religiosas e festivas, constituem a maneira pela qual a comunidade ganha sentido e através das quais se faz presente. (GRAZIANO, 1986, p. 73)

Ou seja, são os *laços sociais*, pautados pela ajuda mútua, reciprocidade e compadrio, e as *práticas políticas*, *religiosas* e *festivas* que, juntas, estabelecem as regras e as normas do direito consuetudinário. Segundo Graziano (1986), a unidade familiar é a base para a ação política nas comunidades camponesas. Pois é a unidade familiar que organiza a produção, distribuição e o consumo. Enquanto que, ao contrário, na sociedade capitalista o elemento da ação social e política é o individuo.

Os vínculos sociais de comunidade, a reciprocidade, o compadrio e a importância da família como unidade social e política de ação estão presentes em todas as dimensões de produção e reprodução da vida. Em outras palavras, são um componente importante para a constituição dos meios de vida. Estão presentes na expressão da religiosidade, nas festas, na produção agrícola, na indústria doméstica, nas feiras e na comercialização e mesmo na migração.

2.3 Mudança nos Meios de Vida

> Pode-se dizer que a região [Vale do Jequitinhonha] esteve alheia ao modelo de desenvolvimento adotado em outras partes do país, sendo ‘descoberta’ no final dos anos sessenta, com o processo de ampliação do capitalismo, que incorporou diretamente novas regiões, visando a sua contínua reprodução. (BOTELHO, 1999, p. 101)

Como tentamos demonstrar anteriormente, o processo histórico de formação social do Vale do Jequitinhonha foi um fator importante para o desenvolvimento de uma série de estratégias que garantiam a produção e reprodução de uma forma de viver camponesa, que começa na relação com a terra e com seus frutos, passa pela organização da produção e utilização dos diferentes espaços e culmina na organização social. A relação dialética entre a relação com a terra, organização da produção e a organização social dá corpo aos meios de vida camponeses da região que podemos sintetizar na expressão *complexo grota-chapada*. Na década de 1960, as condições de produção e reprodução sociais começam a sofrer interferência de novos elementos inseridos naquele contexto, que provocaram mudanças nas três esferas mencionadas, ou seja, na dimensão da relação com a terra, na organização da produção e na dimensão sociocultural. Tais transformações não foram absolutas, no sentido

de que provocaram uma mudança radical e abrupta, mas aconteceram de forma paulatina ao longo dos últimos 50 anos, e ainda estão em curso. O gatilho para estas transformações, como nos diz o excerto acima, é a "chegada" do *capitalismo* na região, provocando mudanças nas condições de acesso à terra, nas relações de trabalho, no acesso a produtos e nas relações sociais.

Os processos que provocaram mudanças nos meios de vida daquela população camponesa inserem-se no bojo dos processos mais amplos ocorridos em todo o país conhecido como a modernização conservadora promovida pelos governos militares durante as décadas de 1960/1970. Trata-se da expansão capitalista no Brasil, especificamente no presente caso, na agricultura brasileira. Tal expansão, no Vale do Jequitinhonha, se concretiza com a instalação de empresas plantadoras de eucalipto nas áreas de chapada, concomitantemente com a expansão de empreendimentos agrícolas no interior do estado de São Paulo, destacadamente os relacionados às culturas da cana de açúcar, da laranja e do café, que demandavam mão de obra barata e pouco especializada. O Estado teve papel importante na consolidação das mudanças nas condições de vida daquela população através de programas de desenvolvimento socioeconômicos, incentivos fiscais para as empresas, legitimação de terras griladas e deslegitimação do direito daqueles que ocupavam imemorialmente estas mesmas terras. Portanto, o Estado foi um sujeito ativo tanto através do executivo quanto do judiciário.

O Estado brasileiro veio se constituindo como um Estado burguês particularmente a partir da década de 1930. Esta afirmação nos remete a entender as ações e intervenções do Estado na economia como a construção e geração de condições necessárias para o processo de acumulação de capital, especialmente no interior do país, através da construção de infraestrutura e de incentivos fiscais para os empreendimentos capitalistas. Dados os grandes desníveis provocados pelo próprio desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir da década de 1960 o Estado passou a desenvolver ações com o suposto objetivo de amenizar as diferenças regionais. Na década de 1970, com o ingresso da economia brasileira em uma nova fase de expansão que demandava novos setores para a aplicação de capitais excedentes, houve a necessidade de incorporar novas regiões "esquecidas e inexploradas". Não é por acaso que a expansão das fronteiras agrícolas no país se intensifica neste mesmo período. Foi neste processo que se inseriu a região do Vale do Jequitinhonha mineiro (GRAZIANO, 1986).

Segundo Botelho (1999), ainda na década de 1950, o Estado começou a criar as condições para a entrada do capital no Vale, com a abertura da rodovia MG-2 e, posteriormente, já na década de 1960, com a pavimentação da rodovia BR-116. Em 1964 é

criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) que, em 1967 publica o primeiro diagnóstico sobre a região "referente à economia regional, potencialidades dos recursos locais, deficiências da infraestrutura econômica e ausência de recursos sociais para a maioria da população. Este primeiro diagnóstico iria orientar as ações governamentais" (BOTELHO, 1999, p. 102) dali em diante. De fato, nos anos de 1970 a ação estatal assume um caráter de intervenção, desenvolvendo e ampliando projetos, sob a supervisão da CODEVALE, relacionados à estrutura viária, eletrificação e comunicação, além, é claro, de projetos de desenvolvimento social, tais como os incentivos da produção e comercialização do artesanato.

Além de criar as condições materiais para a entrada do capital na região, o Estado cumpriu também um importante papel na criação das condições simbólicas que serviram como justificativa para as intervenções propostas, ou *impostas*. Os relatórios feitos pelas agências oficiais, fossem elas estaduais, federais ou mesmo da FAO, referem-se sempre à necessidade de elevar o dinamismo econômico da região, atribuindo ao Vale do Jequitinhonha a alcunha de "Vale da Miséria" ou "Vale da Morte", configurando a região como um "bolsão de pobreza". Contudo, esta visão de "Vale da Pobreza" baseava-se na combinação de números e na valorização de determinados parâmetros de avaliação. Segundo Moura (1988, p. 05):

> (...) a insistência com a questão social do Vale do Jequitinhonha é centralizada na elevação dos níveis de renda [e] evidencia como uma aliança entre rótulos e números quer imputar atributos negativos a uma sociedade, tais como ausência de atividade econômica significativa, fraco dinamismo dos atores envolvidos, tradicionalismo, de modo que a expansão de atividades fundadas no lucro capitalista se tornem o remédio *per excellence* para o desenvolvimento, trazendo, em fim, vida para onde supostamente existem apenas um povo moribundo e uma terra agonizante.

Portanto, a partir de tal combinação entre "rótulos e números" obtidos de determinados parâmetros, tais como PIB, renda *per capita*, entre outros, os relatórios dos órgãos oficiais apontavam para a necessidade de ocupar as terras abandonadas e improdutivas com projetos agropecuários capitalistas objetivando aumentar o volume de dinheiro em circulação na região, elevando assim o padrão de vida da sua população. E aqui é importante destacar a *necessidade urgente de ocupar as terras abandonadas e improdutivas com projetos agropecuários capitalistas*, pois trata-se de uma referência sobre as terras de chapada que legalmente eram consideradas terras devolutas e foram "reivindicadas" pelo Estado e vendidas para as empresas de eucalipto.

As condições de vida anteriores à década de 1970 no Vale do Jequitinhonha não podiam se caracterizar como uma "pobreza absoluta" de tal forma que comprometessem a reprodução

camponesa como afirmam os relatórios das agências oficiais. Afirmar isto não significa, por outro lado, desconsiderar que a região possuía (e possui ainda hoje) carências tanto em aspectos econômicos quanto sociais. Mas como afirma Graziano (1986), tais carências não justificam a intervenção autoritária feita pelo Estado na implantação de projetos agropecuários capitalistas e que esta solução estava longe das necessidades daquela população.

> Fica evidente, portanto, que estes relatórios governamentais, de uma forma ou de outra, preparavam as condições morais e estruturais para a intervenção estatal que promovesse a instalação de um projeto próprio de desenvolvimento econômico. A desconsideração da existência das comunidades camponesas no espaço físico considerado deixa evidente a visão tendenciosa e tecnocrática dos relatórios. (GRAZIANO, 1986, p.122)

O papel do Estado, na realidade, não era o de garantir melhores condições de vida para a população camponesa do Vale do Jequitinhonha, ainda que não se possa negar a melhoria em diversas dimensões da vida social com a ampliação da infraestrutura regional, tais como transporte, comunicação, saúde, eletrificação, etc. Mas o seu principal papel foi o de transformar as antigas relações sociais estabelecidas, a visão tradicional na relação com a terra e na organização da produção dos bens necessários à reprodução social. As disputas e os conflitos destas décadas, não se deram somente na dimensão material pelo controle do meio de produção fundamental, a terra, mas principalmente na dimensão simbólica: trata-se de um embate entre concepções de mundo diferentes, entre tempos sociais diferentes (o tempo da natureza estabelecido pelos camponeses e o tempo linear do capitalismo). Neste contexto foram implantados diversos programas, dentre os quais pode-se destacar: o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI, na região de Araçuaí; o Programa de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – PRODEVALE; o Programa de Desenvolvimento de Comunidades – PRODECOM; e o Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais – MG II. Destacam-se ainda, especialmente, os programas voltados para a produção de eucalipto e pinus, como o Programa Siderúrgico Nacional – PSN – e o Programa Nacional de Papel e Celulose – PNPC[18]. Todos estes programas, portanto, contribuíram, em maior ou menor grau, para a transformação das relações sociais presentes no Vale.

Com o Estado cumprindo este papel de preparar as condições materiais (infraestrutura e incentivos fiscais) e simbólicas (ao forjar as justificativas para as mudanças a serem

[18] Graziano (1986) discute em seu trabalho de forma mais detalhada alguns dos diversos programas governamentais. Aqui não irei aprofundar, pois o importante é destacar como o Estado atuou em diversas frentes na transformação das relações sociais. Portanto, dentre os programas citados, podemos encontrar programas voltados para o incentivo da modernização das grandes fazendas, aqueles voltados para os grandes empreendimentos capitalistas, outros voltados para a modernização dos pequenos agricultores e, é claro, programas de cunho social.

implementadas), o capital encontrou espaço para ir se consolidando. Antes mesmo da chegada das empresas que ocupariam as chapadas com plantações de eucalipto, as fazendas da região, já consolidadas, começaram um processo de modernização e especialização da produção, para terem acesso aos programas de financiamento. Além disto, com a atribuição de valor-mercadoria à terra, os fazendeiros encontraram uma justificativa para expandir suas posses, *anexando* as terras dos sitiantes vizinhos. Diversos autores (GRAZIANO, 1986; MOURA, 1988; BOTELHO, 1999; SILVA, 1999) também identificaram a criação de fazendas (não raro da noite para o dia) com a intenção de formar patrimônio fundiário, expandindo suas terras principalmente sobre os sitiantes extremantes com as chapadas, expulsando-os ou comprando suas terras por preços irrisórios.

Com a chegada das empresas, os camponeses, que já vinham sendo afetados nas áreas de grota, veem agora a restrição ao uso de parte importante dos seus meios de vida nas chapadas. Para Graziano (1986) a indefinição jurídica da posse das terras no Vale do Jequitinhonha, tanto dos camponeses quanto das grandes fazendas, constitui-se em um atrativo especial para as grandes empresas capitalistas. A ocupação tradicional da terra na região, constituinte do *complexo grota-chapada*, gerava a aparência de áreas não ocupadas, especialmente em relação às chapadas. Sendo oficialmente terras devolutas, o Estado passou a ter a possibilidade de repassar estas terras gratuitamente ou a baixos custos aos empresários interessados em ingressar nos planos e programas governamentais. Na realidade, o Estado, a partir da década de 1970, por meio da RURALMINAS[19], reorientou o uso e a posse das terras na região.

A atuação da RURALMINAS consistia em discriminar e titular as terras da região, sendo bastante relevante o fato de que a grande parte das terras de chapadas foram consideradas devolutas e que a maioria dos pedidos de reconhecimento que envolviam estas áreas foram negados, principalmente quando eram feitos pelos camponeses. Para Graziano (1986), pode-se inferir que a atuação da RURALMINAS estava direcionada a resguardar as terras de chapada para os futuros (à época) empreendimentos incentivados pelo Estado.

A transformação da terra em mercadoria levou à expropriação de parte das terras dos camponeses na grota, à expulsão daqueles que moravam no interior das fazendas, ou que tiveram suas terras anexadas por ela, e limitou o uso das terras das chapadas. A disputa pelo

[19] A Fundação Rural Mineira, a RURALMINAS, é uma entidade pública criada em 1966 com a finalidade de planejar, desenvolver, dirigir, coordenar, fiscalizar e executar projetos e logística de infraestrutura rural e de engenharia, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do meio rural no Estado de Minas Gerais, e está vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. Mais informações estão disponíveis em http://www.ruralminas.mg.gov.br/. Acessado em: 14/03/2014.

controle da terra reflete um embate entre a concepção de mundo tradicional do camponês e a concepção capitalista de propriedade e das relações sociais. A transformação do direito costumeiro pelo direito instituído pelo Estado foi o precursor das modificações engendradas no seio das populações camponesas e foi fundamental para a expropriação de suas terras (BOTETLHO, 1999). A mudança no direito que legitima o controle da terra e rege suas formas de ocupação e uso provocam reflexos nas relações sociais dos sujeitos sociais envolvidos.

> A realidade física da terra, transportada para a realidade histórica dos homens, gera, nos diferentes contextos em que se configura, fatos merecedores de análise. A formação ou a transformação da propriedade privada, que passa a dar novo sentido ao controle da terra e à substância das relações de trabalho, revolucionam o conteúdo político e simbólico das relações sociais, através da *praxis* social envolvida. (MOURA, 1988, p. 14)

Desta forma, a *chegada* do capital na região não significou simplesmente a expropriação das terras dos camponeses, mas também uma transformação nas próprias relações sociais. Moura (1988), analisando principalmente as relações entre os camponeses os fazendeiros, demonstra, por exemplo, como as relações de trabalho no interior da fazenda se transformaram. Se antes o vínculo era firmado pelo núcleo familiar, no qual todos os membros da família deviam prestar serviços ao fazendeiro, com maior ou menos frequência, agora passam por um processo de individualização ao serem transpostos para os litígios na justiça.

Para Moura (1988) a transformação das antigas relações de agregado e posseiro ao serem transpostas para a nova situação social a que estão submetidos os atores sociais ali envolvidos faz com que o foco do conflito seja transferido do debate sobre o direito ao acesso à terra para a esfera dos direitos trabalhistas. Sempre que possível, os fazendeiros tentavam caracterizar a relação como *morada de fovar* evitando a identificação de qualquer tipo de vínculo empregatício, negando as indenizações devidas, referentes a contratos de trabalho (tais como férias, 13º salário, horas extras, etc.), e mais ainda, evitando caracterizá-la como a antiga relação da agregação. Desta forma, a presença do lavrador e de sua família, muitas vezes por mais de uma geração, num determinado local no interior da fazenda era caracterizado como uma ação de bondade do fazendeiro que o acolhia junto à sua família, a pedido do próprio camponês, cedendo-lhe uma casa de morada. O lavrador e sua família eram, portanto, reduzidos à simples mendicantes e miseráveis que não tinham pra onde ir. E quando a situação não permitia que o fazendeiro conseguisse tal caracterização, a relação de agregação era transmutada para uma relação trabalhista, evitando assim os gastos com indenizações por benfeitorias realizadas pelos lavradores ao redor das casas de moradas,

denominados na região por *quintal*, e evitando também qualquer possibilidade do conflito tornar-se um litígio em torno da posse da terra.

É preciso destacar ainda o a conivência do judiciário com os embates ocorridos, sejam nos litígios relacionados à posse da terra, sejam naqueles que envolviam agregados e parceiros. A passagem a seguir, apesar de extensa, resume bem todo este processo que tentamos descrever até aqui:

> Os relatos [dos camponeses] traduzem a eficácia jurídica e muita violência no processo de acumulação primitiva nesta região. A perda das terras foi seguida da destruição do modo de vida amparado pelo direito costumeiro. O predomínio do valor de troca sobre o valor de uso, a introdução do dinheiro na troca de mercadorias – dentre elas, a terra –, e o aparecimento do dinheiro como relação social, provocou a destruição das relações temporais assentadas no tempo natural e a produção do tempo linear, capitalista. A violência dentro da lei e da ordem, patrocinada pelo Estado autoritário, traçou aos camponeses desta região o destino da migração definitiva ou da perpetuidade da migração temporária ou da exclusão social. Produziu-se uma multidão de eternos ausentes à procura de um tempo e de um lugar perdidos nas antigas veredas e chapadas. A despossessão objetiva foi acompanhada da intensificação da pobreza material e do mundo interior. As leis do Estado exerceram, sobretudo, uma coerção interna, na medida em que, além de arrancar-lhe as condições de vida, reduziu-os à condição de 'obrigados', isto é sujeitos. À ruína da economia camponesa seguiu-se o desmoronamento do *ethos* baseado na 'estrutura da consciência temporal'. Em outras palavras, desmoronou-se o significado simbólico da chapada 'daquela que foi Deus quem fez' e da terra de trabalho. A economia assentada nos valores de uso, em que o dinheiro era muito pouco utilizado, impedia qualquer tipo de indeterminação numa sociedade marcada por relações interpessoais de vizinhança e parentesco. Rompe-se a estrutura da solidariedade assentada nestes valores.
>
> A chegada do estranho (Martins, 1993), representou-lhes a chegada de um outro mundo, das trocas, do dinheiro, das leis jurídicas, das grandes companhias, do documento em substituição às palavras, das máquinas, do eucalipto, do advogado, do agrimensor, dos paulistas, do cálculo econômico voltado para a acumulação. Enfim, do desencadeamento do mundo definido pela racionalidade capitalista das grandes empresas estatais e privadas. O tempo cíclico marcado pelos momentos de plantar e de colher e definidor do tempo de trabalho foi substituído pelo tempo linear, capitalista das usinas e fazendas do Estado de São Paulo. O tempo, agora, é compreendido pelo tempo da migração forçada, especialmente a temporária, mediante a permanência nas fazendas e usinas durante quase nove meses ao ano. A vida passa a existir em dois espaços-tempo, definida pela presença-ausência. (SILVA, 1999, p.58)

O "outro mundo" que chega confronta o "mundo do camponês"; confronta seus valores e as regras que regem suas relações sociais, suas relações de produção e, principalmente a sua relação com a terra. A "chegada do estranho" provoca o rompimento do *complexo grota-chapada*, colocando em risco a sua própria sobrevivência, ao menos da forma como havia se estabelecido até aquele momento. Martins (1998, p. 19) afirma que "toda a dinâmica dessa sociedade [capitalista] se baseia em processos de *exclusão para incluir*". O autor associa isto ao termo *desenraizamento*. Para ele, o *desenraizamento* é o processo de transformação das relações sociais que não sejam relações capitalistas e a separação dos indivíduos e grupos sociais dos meios de produção da própria subsistência.

> O que é próprio e característico dessa sociedade, e do predomínio que há nela das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, é o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que elas estavam acostumadas a ser. (MARTINS, 1998, p. 20)

A ideia de que é preciso desenraizar as pessoas das relações sociais, separá-las de outras formas de estabelecerem relações sociais, apoia-se na necessidade que a sociedade capitalista tem de transformar todos os serem humanos em partes integrantes dela. Martins (1998) afirma que há duas formas de se integrar à esta sociedade: a primeira, e mais geral, é a transformação de todos em produtores ou vendedores de mercadorias, ou seja, trata-se da transformação de todos em vendedores ou compradores de mão de obra; a segunda, é a transformação de todos em consumidores dos produtos produzidos por essa mesma sociedade. "O que faz o capitalismo, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietárias de uma única coisa: a sua força de trabalho" (MARTINS, 1998, p. 21). Neste sentido, não se pode falar em *exclusão* absoluta, mas em inclusões marginais. O problema, portanto, passa pelas formas de inclusão que vem sendo apresentadas aos grupos sociais considerados marginais. O autor cita o exemplo de um trabalho feito com prostitutas que eram vistas como *excluídas*; contudo, diz Martins (1998), elas são meretrizes justamente para ganharem o dinheiro necessário que viabiliza a inclusão delas e de suas famílias na economia de mercado. É este dinheiro que lhes permite integrarem-se como consumidoras de mercadorias. A este tipo de inclusão o autor chama de *formas perversas de inclusão*, que degradam a pessoa e desvalorizam o trabalho como meio de inserção digna na sociedade.

Este conceito de *desenraizamento* nos ajuda a olhar para os processos históricos descritos aqui para o Vale do Jequitinhonha e entendê-los dentro de um processo mais amplo, que, embora guarde singularidades próprias das especificidades locais, compõe o movimento de consolidação e expansão do capital e da sociedade capitalistas. As transformações nas relações sociais dos camponeses entre si ou com os fazendeiros e a classe dominante local e a expropriação da terra, mesmo que parcial, podem ser vistos agora como processos inerentes ao desenraizamento necessário para a inclusão daquela região e daqueles grupos sociais à sociedade capitalista.

No Vale do Jequitinhonha, o desenraizamento pode ser entendido como a quebra do *complexo grota-chapada*. Quando não foram expulsos e foram obrigados a deixar definitivamente a terra, os camponeses foram impedidos de utilizar parte importante dos recursos necessários à reprodução social. Como afirma Botelho (1999, p. 114-115):

> A diminuição da utilização do complexo grota-chapada, onde os camponeses estabeleceram uma forma de organização de produção agrícola e não-agrícola destinadas à autossustentação, coloca em risco a própria sobrevivência do grupo,

> entendida tanto em seu aspecto físico quanto no aspecto simbólico. (...) As modificações das relações sociais imanentes das atividades capitalistas, a partir dos anos sessenta, irão comprometer as possibilidades de manutenção da dinâmica camponesa, pautada por laços culturais, econômicos e sociais, que garantem a preservação do equilíbrio natural.

Portanto,

> A expropriação da terra não significou, para o camponês, apenas a perda do componente principal de produção da vida. Quando ele reclama a sua terra perdida, está reclamando outros ingredientes fundantes da sua existência, que são sua cultura, sua religião, sua etnia ou raça, e sua visão de mundo. (BOTELHO, 1999, p. 133)

A "chegada do estranho", o processo de desenraizamento e a inclusão na sociedade capitalista provocaram mudanças estruturais naquela sociedade ao romperem o *complexo grota-chapada* e imputaram-lhes novas relações e regras sociais que não encontravam ressonância em sua visão de mundo, inviabilizando a forma como aquele grupo social organizava-se em todas as dimensões da vida social. O que significa dizer que os camponeses do Vale viram seus meios de vida serem modificados: algumas estratégias perderam a importância que tinha, quase ao ponto de desaparecerem; outras ganharam importância por estarem mais "adequadas" à inserção nesta "nova" sociedade; ou mesmo o surgimento de novos elementos que passaram a compor o portfólio de atividades e a integrar as necessidades de consumo socialmente estabelecidas.

2.4 Meios de Vida atuais

> O modo como os homens produzem os seus meios de subsistência depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizar a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX e ENGELS, 2009, p. 24-25)

Partindo da ideia de Marx e Engels no excerto acima, retirado da obra *A ideologia Alemã*, pode-se entender que os meios de vida de um determinado grupo social estão vinculados ao que produzem, à forma como produzem e à forma como organizam a produção. Estamos dando ao termo produção um sentido mais amplo, entendendo-o como um termo que abarca as diferentes estratégias para garantir a reprodução social. As condições encontradas para o desenvolvimento de determinados meios de vida estão relacionadas tanto pelo meio que os cerca, quanto pelo contexto histórico que envolve determinado grupo social. Ao adotarmos a perspectiva de Hebink (2007), entendendo que os meios de vida também incorporam a percepção do mundo ao redor e os significados que os atores atribuem aos

recursos a que tem acesso, podemos entender, portanto, que os meios de vida de determinado grupo social são uma forma de exteriorização da vida refletindo, assim, aquilo que são. Com a mudança nas condições de produção da vida, que demonstramos anteriormente, entendido aqui como o processo de desenraizamento, significando a quebra do *complexo grota-chapada*, transformam-se as estratégias dos meios de vida, transformando as relações sociais e transformando os meios de vida em si.

Mesmo com uma grande diversidade de estudos constatando em seus resultados diferentes aspectos das transformações nas relações sociais e nas relações de produção e reprodução, vários autores ressaltam que estas transformações não ocorrem de forma absoluta. O que podemos afirmar é que os novos elementos e as transformações decorrentes de suas chegadas vão se misturando pouco a pouco ao antigo jeito de viver, às antigas relações, transformando-as ao longo dos anos. Os próprios camponeses vão criando e demonstrando formas de resistência para manterem seus valores, sua cultura, sua visão de mundo e sua organização na unidade social e na comunidade frente ao "novo mundo" que se lhes impõe. Desta forma, aquele indivíduo que mesmo residindo há vários anos em São Paulo, mas que todo ano retorna para cumprir sua função na festa de Nossa Senhora do Rosário (BOTELHO, 1999), ou a recriação das folias de reis na região do ABC Paulista (MARTINS 1998), são exemplos de que os *velhos* costumes, ou melhor, os valores do *mundo de antes* ainda permanecem presentes. Da mesma forma, a recusa a determinadas denominações nos litígios judiciais, como demonstra Moura (1988), por representarem no entendimento camponês ora uma condição de mendicância, ora uma condição de sujeição, também são exemplos dessa resistência. No limite, até mesmo a *opção*, daqueles que continuaram no Vale, pela migração sazonal em detrimento da migração definitiva, submetendo-se à contradição de se *proletarizarem* por um período do ano para continuarem mantendo a condição de camponês, pode ser vista por essa ótica da resistência a esse *novo* mundo transformado que obedece a outras normas sociais alheias às suas.

Além disto, o próprio capital se apropria das relações sociais não capitalistas para aumentar ainda mais a exploração e, portanto, a sua reprodução. Como afirma Moura (1998, p. 4), ao analisar as transformações ocorridas nas relações entre os camponeses e os fazendeiros neste processo de chegada do capital ao Vale:

> As formas de capital, que ora se expandem no Vale do Jequitinhonha, valem-se de relação não especificamente capitalistas para se reproduzirem. Se existem formas históricas de sociedade agrária que se decalcam predominantemente no proletariado rural, na região em apreço trata-se do movimento do capital que captura o sobretrabalho do agregado, do sitiante e do posseiro, expropriando-os sucessivamente.

A apropriação das relações não especificamente capitalistas também ocorre na migração sazonal. No caso do camponês-migrante, parte da sua reprodução como trabalhador para o capital é garantida enquanto na condição de camponês. Se por um lado, o salário ganho na migração viabiliza a reprodução como camponês, por outro, os recursos conseguidos na propriedade, ou seja, como camponês, compõe os recursos necessários para a reprodução da mão de obra para a migração; desta forma, na migração sazonal, o capital não paga pela reprodução total da mão de obra, pois se apropria do trabalho da família do camponês despendido na propriedade (MARTINS, 1988).

Mas mesmo tendo em mente estas considerações, as mudanças ocorridas nas décadas de 1960/1970 aconteceram no sentido de ampliar a reprodução do capital, mas também de integrar, ou incluir aquela população camponesa na sociedade capitalista. A mercantilização da terra, a expropriação dos camponeses, a chegada de novos produtos e mercadorias aos supermercados das pequenas cidades da região e os programas de assistência técnica vão pouco a pouco levando à necessidade cada vez maior de uma monetarização da vida. Isto irá refletir diretamente nas estratégias dos meios de vida. Além de se verem privados de parte dos meios de vida a que estavam acostumados (como os recursos obtidos a partir das chapadas, por exemplo), os camponeses agora são levados cada vez mais a adotarem estratégias que lhes rendam valor na forma *dinheiro*. Enquanto algumas estratégias irão perder importância, como ocorreu com a indústria doméstica, outras ganharão relevância cada vez maior, especialmente a migração. E outras, ainda, surgiram ao longo dos anos, desde as décadas mencionadas até os dias atuais, assumindo um papel importante no portfólio das estratégias, como as políticas públicas de transferência de renda e as políticas públicas de apoio à chamada agricultura familiar. A análise destas três estratégias podem nos ajudar a aprofundar um pouco mais a discussão acerca das transformações e da reconfiguração dos meios de vida dos camponeses.

Como vimos anteriormente, a indústria doméstica cumpria um importante papel no fornecimento de bens necessários para as atividades do dia a dia, tanto materiais quanto simbólicas, ao fornecerem utensílios necessários para armazenamento de recursos, peças e objetos de mobília, ferramentas de trabalho e de infraestrutura para outras atividades e peças decorativas de expressão da simbologia e cultura popular. Com as mudanças ocorridas, esta atividade vai perdendo sua importância, sendo os bens por ela produzidos substituídos por objetos feitos com outros materiais fornecidos agora pelo mercado; objetos estes que assumem a forma mercadoria.

Além disto, a própria atividade da indústria doméstica vai se transformando em artesanato. Muito mais do que um jogo de palavras, trata-se de uma transformação dos objetos produzidos sob diversos aspectos, tais como finalidade da produção, significado das peças produzidas, ou mesmo uma transformações destes objetos em mercadorias. É um processo carregado de contradições. Botelho (1999, p. 151), ao analisar esta transformação, da indústria doméstica em artesanato, faz o seguinte questionamento:

> Como se dá a passagem da produção de bens de uso corrente, por dada população, de finalidades variadas, como se viu, que dentro do seu lugar principal de atuação social tem o cuidado de produzir coisas belas, para a produção de objetos de arte com o *status* de artesanato, de arte popular, no bojo das camadas urbanas, redefinindo a sua forma de apresentação, mas ao mesmo tempo recuperando no imaginário, individual e coletivo, suas características originais?

Depois de discorrer acerca da arte e do fazer artístico, a autora acaba chegando a uma distinção entre arte popular e arte erudita. No caso dos objetos de barro feitos no Vale, trata-se, portanto, de arte popular, já que esta é artesanal, reproduzindo as mesmas técnicas de produção realizadas há séculos. Segundo a autora, o principal elemento que contribuiu para a atribuição dos objetos de barro à condição de artesanato foi a intervenção orientada pela CODEVALE, a partir dos anos 1960. Com recursos do Estado, começaram a ser oferecidos cursos de artesanato, seja para aperfeiçoamento das peças já produzidas, seja para a introdução de novas matérias-primas e novas técnicas. Em todos os casos, importa destacar que a visão por trás de tal intervenção era a de geração de renda através dos objetos produzidos. Neste momento, segundo Botelho (1999, p. 157)

> Ao mesmo tempo que a expropriação camponesa ocorria, expulsando da terra as famílias e obrigando-as a garantir a sua reprodução através do assalariamento (...) acontecia a transfiguração da indústria doméstica local, mediante a produção de um artesanato voltado, basicamente, para outros centros consumidores, agora urbanos.

Esta mudança do espaço de troca local para os grandes centros consumidores, quando analisada mais de perto, coloca questões importantes que interferem na organização social que extrapola o âmbito da organização familiar. O principal espaço onde os camponeses realizam suas trocas era a feira semanal, local onde

> (...) vendiam suas peças e obtinham parte dos bens necessários e não produzidos em suas terras. As trocas em produto eram bastante frequentes, e aqueles que levavam cerâmica levavam também outros produtos da terra, como frutas, mandioca, farinha de milho e de mandioca, rapadura, broas, queijo, galinhas, ovos , arroz, feijão, milho, enfim, produtos de época. Ao final da feira, as trocas entre os feirantes tornavam possível a aquisição de parte do consumo das famílias; assim, o que uma família trazia era trocado com a outra, que, por sua vez, tinham outros produtos diferentes para serem permutados. A complementação mútua era parte da coletividade camponesa. Partilhavam os seus respectivos excedentes, assim como se igualavam através de um ritual repetido semanalmente. (BOTELHO, 1999, p. 159)

Além disso, a feira representava, para essas populações, uma das poucas oportunidades de contato com a vida da cidade. Aquilo que não era obtido na feira, por meio de outros

feirantes, podia ser adquirido no comércio local. Para as mulheres, essas saídas semanais representavam o restrito contato com outras famílias e parentes, moradores de outras grotas, os quais também se dirigiam de suas comunidades à feira municipal. "O reencontro tornava-se possível nesse momento, ocasião em que trocavam produtos e experiências" (BOTELHO, 1999, p. 160). Dentre os assuntos levantados pela autora, encontram-se notícias de parentes que moram em outras grotas, dos parentes que estão na migração sazonal, doenças de membros das famílias, do excesso ou falta de chuva, das condições de trabalho na propriedade, enfim, fatos do cotidiano que envolviam suas vidas e seus afazeres.

Portanto, a feira constituía-se num lugar de troca e de realização da sociabilidade camponesa. Era o local onde se trocavam informações, experiências e notícias, tanto do mundo ao redor, quanto do mundo desconhecido e distante de "São Paulo". E era o local onde a produção isolada de cada família tornava-se a produção social de todo um grupo, quando a partir das trocas de produtos a produção de cada um complementava a produção de todos. A produção de cada família podia se tornar uma produção social principalmente porque o que se trocava não eram mercadorias, mas produtos, como nos mostra Botelho (1999, p. 161-162):

> Nos tempos atuais, as feiras permanecem como os locais preciosos de encontro das pessoas, porém adquire uma nova faceta nunca dantes revelada. Agora, ao mesmo tempo que alguns bens são trocados enquanto valores-de-uso, pois são utilidades que provêm as necessidades humanas, e os equivalentes constitutivos das trocas são instáveis e apenas representam a necessidade do outro, trocam-se também valores. Isto ocorre à medida que se pode trocar, em uma feira, farinha por panela e, noutra, rapadura por feijão, ou farinha por panela de barro. O que irá determinar a troca é a necessidade. A quantidade de trabalho impressa em cada produto e tempo de trabalho gasto para produzi-lo não estabelecem a natureza da troca. Todos sabem que os produtos ali expostos são resultado de esforços físicos e, portanto, de trabalho humano. Mas o ingrediente que engendra a troca é a necessidade do outro, também um camponês, e a sua possível escassez. Ninguém se preocupa em elaborar uma tabela de conversão com a identificação dos produtos e seus equivalentes de troca. Dessa forma, os produtos não se transformam em mercadorias. Mas, na mesma feira, os mesmo produtos são as mercadorias trocadas por dinheiro e que irão satisfazer a utilidade do consumidor no preenchimento dos caprichos decorativos da sociedade urbana. Apesar de adquirirem valor, estipulado muitas vezes pelos compradores, os produtos têm, para os produtores, seu tempo gasto de produção fora de mensuração, assim como toda sua atividade campesina. Ainda que submetidos à qualidade de mercadoria, pois se destinam ao mercado, onde se estabelecem porções quantitativas definidas a serem trocadas por uma quantidade de dinheiro, também uma mercadoria, e, assim, instituem os seus preços. Os produtos com valores estipulados por outrem passam a ser trocados sem contar com a decisão efetiva do produtor durante o processo de troca. Algo externo, alheio ao mundo camponês, passa, agora, a determinar as regras da troca de mercadorias. Rompe-se a relação social entre os produtores, base das outras trocas, e os valores-de-uso, e a nova relação, que é concretizada, é a relação social entre os produtos do trabalho. (BOTELHO, 1999, p. 161-162)

Botelho (1999) mostra, assim, como os produtos da indústria doméstica transformam-se em mercadorias ao transformarem-se em artesanato. Essa transformação ocorre justamente no momento em que a relação entre o produtor e o consumidor passa a ser a relação entre o

produto e o consumidor. Se antes os produtos da indústria doméstica eram trocados no interior da comunidade e nas feiras urbanas locais, estabelecendo uma relação direta entre produtor e consumidor e na qual os consumidores escolhiam seus produtos pelas habilidades individuais do produtor, agora, ao terem como destino os grandes centros urbanos, são os produtos, transformados em mercadorias, coisas sociais, que estabelecem a relação com o consumidor, ocultando em si o trabalho individual gasto em sua produção. Como afirma Botelho (1999, p. 163), "(...) não se tem mais necessidade de reconhecer especificidades de produção, com relação à qualidade do trabalho envolvido para produzir os bens e aos homens e mulheres que os produziram". Trata-se da transformação dos objetos úteis em mercadorias. De fato,

> A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho do homem, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. (MARX, 2011, p.94)

É interessante notar que as relações sociais estabelecidas no interior da comunidade pautadas na reciprocidade e no parentesco também são notadas na indústria doméstica. As famílias que não possuíam todos os elementos necessários para a produção de bens recorriam aos vizinhos e parentes para produzirem, de forma coletiva ou individual, os produtos necessários. Dessa forma, era comum a utilização de estruturas e instrumentos tais como fornos, no caso dos produtos do barro, ou da roda de tear para a tecelagem. Os arranjos eram variados, mas no geral envolviam o fornecimento de matéria-prima ou parte da produção em troca da utilização das estruturas e instrumentos. Além disso, nos momentos de grande demanda, era comum a troca de dias entre as paneleiras, seguindo os mesmos padrões da troca de dia utilizado na produção agropecuária. Portanto, mais uma vez vemos como havia a complementação de trabalho e de instrumentos de trabalho entre as famílias como estratégia de reprodução social (BOTELHO, 1999).

Com a transformação da indústria doméstica em artesanato, ocorre também uma mudança na organização do tempo e das tarefas cotidianas, especialmente das mulheres. Se antes a produção da cerâmica partia de uma demanda interna da família, agora as ceramistas precisam atender a demandas externas, dos grandes centros urbanos, cujos pedidos já chegam detalhados, desde cores de roupas e cabelos das bonecas ao tamanho dos vasos. Além disso, agora elas precisam manter sempre um estoque para poderem participar das feiras de artesanato realizadas tanto no Vale quanto fora. Botelho (1999) mostra como estas novas

demandas da produção ceramista interferem, por exemplo, no tempo que as mulheres dedicavam à fiação. Considerada como não-trabalho, inclusive pelas próprias mulheres, a fiação torna-se o momento em que elas se permitem o devaneio, um momento de desligamento do mundo ao redor. Por isso mesmo, também, essas atividades só são realizadas quando todas as outras obrigações já foram feitas. Contudo, "o trabalho da cerâmica não permite mais esses momentos de divagação. O ritmo impresso pelas artesãs, em razão das demandas externas, não possibilita interrupções ou mesmo esse desligamento" (BOTELHO, 1999, p. 170).

De certa forma, a transformação dos objetos de cerâmica em artesanato é possível com a transformação simbólica acerca das peças. Antes, os objetos traziam uma carga simbólica local, chegando mesmo às margens do sagrado, pelos seus usos, pelo reconhecimento das habilidades de quem as fabricou e, principalmente, por serem a materialização da experiência coletiva de todo o grupo social. Agora, como artesanato, os objetos possuem, para os consumidores, a simbologia do antigo, do primitivo, daquilo que a modernidade ainda não corrompeu. Antes, a simbologia das peças representava a condição de igualdade, que unia, que aproximava as pessoas, tanto aquele que fez a peça, quanto aqueles que consumiam (pois todo ou quase todo o consumo era local). Agora, a simbologia representa a desigualdade, o distanciamento geográfico e social, que estabelecem uma hierarquia entre os consumidores e os artesãos, que se veem na condição de dependência das demandas e dos gostos dos citadinos.

> Com a modernidade e com as frequentes saídas, definitivas ou sazonais, de parte da população local para lugares distantes, inicia-se um progressivo processo de ruptura dessa forma de vida. Os objetos que inicialmente eram produzidos como parte integrante da cultura simbólica regional, com sua maneira de manifestar os sentimentos e habilidades, e destinados a suprir necessidades diárias, passam a ser direcionados, mediante a venda, a outro setores sociais que, por sua vez, os incorporam como produto artesanal, onde a sua produção, imaginam, pressupõe a existência de um mundo "primitivo", inatingível pela modernidade. (BOTELHO, 1999, p. 191)

E aqui nos apresenta uma contradição interessante, pois as peças passam a representar o arcaico, o antigo, o mundo não corrompido pela modernidade justamente quando ganham o *status* de mercadoria, forma mais moderna que pode assumir um produto fruto do trabalho humano. As peças passam a representar um mundo inatingível pela modernidade justamente quando este mesmo mundo passa a integrar-se de forma mais intensa na sociedade capitalista, justamente quando vê suas relações sociais, relações de produção e de consumo serem transformadas. A indústria doméstica vê sua importância decair em termos de provimento dos bens necessários para a reprodução social e os objetos, as coisas, são substituídos por

mercadorias. Ao se transformar em artesanato, passa a compor umas das atividades para a obtenção de renda de um pequeno grupo de famílias camponesas. O produto da indústria doméstica deixa de circular na região, deixa de compor a "paisagem" das feiras, deixando, assim, de fazer parte da *complementação mútua que compõe a coletividade camponesa*.Parte da transformação das relações sociais necessárias para a consolidação da sociedade capitalista na região, ou parte do processo de *desenraizamento*, passa pela substituição dos objetos produzidos pela indústria doméstica por mercadorias: é a inserção daquela população na sociedade capitalista pela porta do consumo.

Por outro lado, a migração é um exemplo de uma estratégia que vem ganhando cada vez mais importância nesse contexto. Como já foi destacado, desde o início do século XX ela está presente naquela realidade social, como estratégia de reprodução. Contudo, como consequência dos processos de transformação aqui discutidos, podemos dizer que a migração se intensifica a partir das décadas de 1960/1970, ganhando um papel cada vez mais importante na garantia da reprodução social dos camponeses do Vale do Jequitinhonha.

Duas modalidades de migração marcam profundamente o contexto da região, desde as décadas mencionadas até os dias atuais. A primeira é a migração definitiva para os grandes centros urbanos, especialmente para cidades do estado de São Paulo. Diante da expropriação de suas terras (tanto nas grotas quanto na chapada), muitos camponeses não tiveram alternativa senão a migração e a busca de inserção nos mercados de trabalho em outros lugares. Em nosso trabalho de campo pudemos constatar na comunidade estudada que todas as famílias que participaram da pesquisa possuíam mais de um parente (irmãos, filhos, primos) que estabeleceram residência no Estado de São Paulo. A outra forma de migração é a migração sazonal. Trata-se daqueles camponeses que emigram por um tempo determinado para depois retornar para o Vale. A maioria dos migrantes sazonais deixa o Vale para trabalharem nas colheitas do café, da laranja e no corte da cana de açúcar, principalmente no interior de São Paulo e Sul de Minas Gerais. Em conversa com camponeses mais antigos, pudemos constatar uma grande variação de destinos ao longo dos anos. Mas chama a atenção, desde a década de 1960 a migração para o corte da cana de açúcar pela quantidade de camponeses do Vale envolvidos.

A migração é um fenômeno social que merece análise atenta em qualquer contexto, pois traz consequências tanto para o migrante, em si, quanto para o local de origem. No contexto do Vale do Jequitinhonha, por exemplo, podemos destacar a ausência daqueles que migram, a reorganização das tarefas familiares na propriedade, o contato do migrante com um mundo

que lhe é, ainda, estranho e a sua inserção em relações sociais e de trabalho com as quais não está acostumado; enfim, todos estas são abordagens que merecem análise mais atenciosa. Contudo, por hora, é importante destacar aqui que a migração, enquanto estratégia dos meios de vida, veio ganhando cada vez mais importância, especialmente por se tratar de uma atividade que o recebimento é percebido em dinheiro, agora necessário para as novas formas de troca nas quais estão sendo cada vez mais inseridos.

A migração é um fenômeno de difícil mensuração, o que explica a inexistência de dados oficiais em relação ao número de migrantes, principalmente sobre o número de camponeses inseridos no circuito da migração sazonal. Mas se a constatação a partir de dados oficiais é difícil, a constatação empírica é facilmente perceptível. Basta uma rápida conversa com algum morador das comunidades rurais para perceber como a ausência dos migrantes está marcadamente presente e como a quantidade de camponeses que migram é assustadora. Numa das entrevistas com uma camponesa cujo marido estava trabalhando no corta da cana, ao ser perguntada se na comunidade havia muitas pessoas que haviam migrado naquele ano (2013), ela pôde contar nos dedos os homens que estavam presentes na comunidade. Isto mostra como a migração sazonal, ainda nos dias atuais, mobiliza grande parte da população camponesa da região.

Seguindo o marco teórico aqui adotado para analisar as mudanças nos meios de vida ao longo dos últimos 50 anos, a migração permite a inserção dos camponeses na sociedade capitalista pelas duas portas: por um lado, transforma-os em vendedores de força de trabalho para os empreendimentos agrícolas capitalistas em outras regiões e, por outro, permite que estes mesmos camponeses obtenham renda em dinheiro para a inserção no mercado a partir do consumo de mercadorias.

A inserção como trabalhadores assalariados pode ser entendida como uma *inclusão perversa*. Nos locais de destino da migração, o camponeses que migram estão submetidos a situações de superexploração. Esta superexploração se expressa desde o momento de recrutamento da mão de obra ainda no Vale, até as condições de alojamento e alimentação, aos atrasos de pagamento, aos questionamentos referentes à forma de cálculo da produção individual, entre outras. Alves (2008) destaca ainda diversos fatores que ampliam a exploração do trabalho do camponês-migrante, como o estímulo à competitividade entre os cortadores, pagamento por produção, levando à exaustão e mesmo à morte, debilitação da saúde pelo esforço físico e pelo constante contato (direto e indireto) com agrotóxico e a fuligem provocada pela queima. As consequências na saúde vão desde doenças respiratórias e

alérgicas, passando por dores e hérnias na coluna, câimbras, até o uso de drogas lícitas e ilícitas (como álcool e crack) para anestesiar o corpo.

Outra face da superexploração no âmbito da sua própria identidade. Ao se inserirem em relações sociais que eram diversas do seu mundo, ao se inserirem nas relações de assalariamento, além de serem submetidos às formas de exploração do trabalho,

> (...) o migrante será percebido, por exemplo, enquanto trabalhador e enquanto "negro", "baiano", "mineirada", enfim, diferente do trabalhador do "lugar". O processo de expropriação que desnuda o trabalhador não é independente do processo de exploração-dominação gerado em seguida. Igualizados do ponto de vista da classe social, diferenciar-se-ão a partir das categorias de gênero e étinico-raciais. (SILVA, 1999, p. 19)

Silva (1999) demonstra em sua pesquisa como a exploração do trabalho junto com a discriminação de origem étnico-raciais e de gênero contribuíam para ampliar a superexploração daqueles trabalhadores e ao mesmo tempo à expropriação da identidade de camponeses.

É preciso destacar ainda que a superexploração, especialmente dos migrantes, apoiava-se também no fato de que parte da reprodução da força de trabalho é garantida na condição de camponês, ou seja, no tempo em que os migrantes retornam para seus locais de origem, como já discutimos anteriormente. Para Martins (1988), isto significa, que o camponês, ao garantir parte da sua reprodução como mão de obra para a empresa, contribui para o aumento da composição orgânica do capital, não pelo desenvolvimento das forças produtivas da empresa, mas pelo barateamento da mão de obra, que permite a superexploração com o rebaixamento dos salários a níveis extremamente baixos.

Ao mesmo tempo, a migração possibilita a inserção dos camponeses na sociedade capitalista via consumo, já que se constitui como uma das principais estratégias para a obtenção de renda em dinheiro. Um camponês-migrante nos contou, em um das entrevistas que realizamos, que um finado senhor da comunidade, ainda na década de 1980, "reclamava" que os jovens iam para São Paulo e voltavam com os "5 R's": roupa, revólver, relógio, rádio e radiola. De fato, o mesmo entrevistado diz que naquela mesma década era comentário comum de que nos ônibus que traziam os trabalhadores de volta ao Vale ao final das safras tinham mais revólveres do que pessoas. Estes relatos nos mostram como as mercadorias estavam já presentes no processo migratório. Nos dias atuais, embora as mercadorias sejam diferentes, o mesmo processo ocorre.

A migração, portanto, ao mesmo tempo que é uma estratégia que se intensifica devido às transformações ocorridas com a expansão capitalista e a inserção daquela população na sociedade capitalista, contribui para que as mesmas transformações ocorram, seja através da

inserção dos camponeses em relações sociais diferentes daqueles a que estavam acostumados em seu lugar de origem, seja através do contato com novas mercadorias que passam a integrar o seu mundo na condição de camponês. Mas fato é que trata-se de um dos traços marcantes e definidores daquela população camponesa.

Por fim, especialmente a partir dos anos 2000, vimos o surgimento de diversas políticas públicas que passaram cada vez mais a ganhar importância e a compor os meios de vida dos camponeses do Vale. Algumas destas políticas estão relacionadas com a produção agrícola, seja no financiamento do plantio ou de infraestruturas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, seja na garantia de espaços de comercialização da produção, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Outras estão relacionadas à infraestrutura regional, como o Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios – PROACESSO – do governo Estadual, que tem como objetivo garantir que os municípios tem ao menos um acesso pavimento com a malha viária principal do estado. Dentre os municípios beneficiados estão os de Francisco Badaró (local do nosso trabalho de campo) e seus vizinhos, Jenipapo de Minas e Berilo, que tiveram o acesso ao município de Araçuaí, cidade polo da região, asfaltados[20]. O Luz para Todos foi outro programa do governo federal amplamente acessado pelas comunidades rurais do Vale, que ainda não tinham acesso à rede elétrica.

Por fim, tem-se as políticas de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família. Pensando nas novas condições de vida daquela população e nas transformações dos meios de vida, tanto as provocadas pelos fatores descritos anteriormente nas décadas de 1960/1970, quanto os possíveis impactos das recentes políticas públicas e intervenções do Estado na região, o Bolsa Família é, com certeza o que mais chama a atenção. A inserção como consumidores e a necessidade de renda monetária podem ajudar a entender porque esta política, especificamente, assume grande importância, posto que ela é justamente uma garantia de renda mínima em dinheiro para as famílias. Além disso, ela é amplamente acessada no Vale do Jequitinhonha, principalmente nas áreas rurais. De acordo com o Censo 2010, o município de Francisco Badaró contava com um total de 2645 famílias. Segundo dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), em março de 2014, 1065 famílias receberam recursos do programa Bolsa Família. Embora devamos considerar a diferença dos anos em que foram levantados os dados, fica evidente a relevância dos recursos enviados ao município. Se considerarmos os valores, em 2013, ainda de acordo com o

[20] A pavimentação da estrada que dá acesso a estes três municípios só foi concluída em 2012. Até então, o acesso era por meio de estrada de terra.

SAGI[21], os recursos inseridos no município somente pelo programa Bolsa Família chegaram a quase R$ 1,5 milhões. Para se ter uma noção do significado deste valor para aquele município, o orçamento municipal para o ano de 2009[22] ficou pouco acima de R$ 11 milhões de reais. Não nos interessa aqui a exatidão da porcentagem que o repasse dos recursos provenientes dos programas de transferência de renda representam no montante que circula no município ou na região. Mas os dados demonstrados nos permitem perceber como tais recursos assumem grande importância, não somente para aquelas famílias beneficiárias, mas também para o município como um todo, em termos de movimentação do comércio local.

De fato, a importância do Bolsa Família para as famílias camponesas do Vale ficou evidente em nossa pesquisa de campo. Todas as famílias que participaram de nossa pesquisa recebiam o benefício. Numa das entrevistas, ao ser perguntada acerca da utilização dos recursos monetários do assalariamento na migração sazonal, a camponesa cita o Bolsa Família:

> **P:** E o plano com esse dinheiro é fazer o quê?
> **Neusa:** Ah... igual, essa casa aqui era da mãe dele [do marido], né. Da finada mãe dele. Ai, depois que ela adoeceu, trocou o telhado... trocou o cimento da cozinha, fez um banheiro e uma "arinha" "pequeninha"... E esse ano a gente queria... dá um reboque nas parede... Mas não sei se é isso mesmo... A [parede] de dentro... Se esse é o plano dele e cimentar o chão. Não sei se ainda tá na... cabeça dele isso ainda não. *E eu ajudo também: tem o Bolsa Família. Ajuda também. Conta de luz, chinelo, remédio... tudo... eu ajudo*. (D. Neusa, 27 anos, esposa de migrante)

Deste depoimento podemos perceber como o recurso recebido do programa social ajuda nas despesas do dia a dia, enquanto o marido está trabalhando fora. As remessas de dinheiro que antes eram enviadas pelos camponeses-migrantes durante o ano para acertar as contas agora são minimizadas já que as próprias mulheres conseguem suprir boa parte do custo de vida por meio do Bolsa Família.

Cabe destacar ainda, na fala da camponesa, a percepção do recurso como uma fonte de renda dela, da mulher. Embora não seja objeto direto de análise desta pesquisa os impactos do programa Bolsa Família e das demais políticas públicas nas vidas daquelas pessoas, ficou claro para nós, em todas as entrevistas, como este é um recurso que pertence à mulher, com o qual ela "ajuda também" nas despesas da casa e da família. Recurso que a mulher se apropria e entende como sendo um recurso seu. O aprofundamento dos desdobramentos das políticas públicas no cotidiano dos camponeses justificaria outra pesquisa. Mas nos interessa destacar neste momento é a importância que as políticas públicas de transferência de renda vêm

[21] Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php Acessado em: 20/03/2014.
[22] Disponível em http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=312650&idtema=71&search=minas-gerais|francisco-badaro|financas-publicas-2009 Acessado em: 20/03/2014.

ganhando no portfólio dos meios de vida daquela população, especialmente após os anos 2000.

A partir deste novo contexto, os meios de vida ganham, portanto uma nova configuração. Se não podemos dizer que as transformações iniciadas nos anos 1960 e descritas anteriormente foram absolutas, ou abruptas, podemos afirmar que o processo de *desenraizamento* foi transformando, ao longo de todos esses anos, a vida e os meios de vida dos camponeses do Vale, a partir da transformação das condições materiais de reprodução e do embate simbólico entre concepções de mundo diferentes.

A grande presença de mercadorias e objetos externos demonstram uma plena inserção na economia de mercado, embora nunca seja demais relembrar que é uma inserção, na maioria das vezes marginal. Os móveis e eletrodomésticos, computadores e celulares estão presentes em todas as casas que visitamos. As motocicletas, objetos preferidos de consumo por aqueles que migram, especialmente os jovens, que em princípio aparece como um objeto fora de lugar, que combinaria mais com a paisagem urbana, está cada vez mais presente naquela realidade. A presença destas mercadorias refletem um novo padrão das necessidades de consumo socialmente estabelecidas por aquele grupo social. E, consequentemente, refletem uma transformação na própria percepção do mundo ao redor e na dimensão simbólica dos meios de vida.

Em nosso trabalho de campo, pudemos constatar uma mudança nos projetos de vida e de investimento dos grupos familiares que podem nos dar indício das transformações referidas. Como podemos observar no trecho de uma entrevista transcrito abaixo:

> **P:** E os planos agora são o que?
> **Leonice:** Oxe...
> **P:** A casa agora tá pronta, né?
> **Leonice:** Graças a Deus!
> **P:** Os móveis já tão ai (risos)... televisão, DVD, antena parabólica...
> **Leonice:** E ainda não tem o meu plano? Não tem a cozinha que quero? Né!? (risos) Um lote na cidade, né...
> **P:** Ah, o pessoal também vai [trabalhar na migração] e compra um lote na cidade?
> **Leonice:** Antes não comprava não, agora tá comprando.
> **P:** Mas é em Badaró ou Araçuaí?
> **Leonice:** É em Badaró, Jenipapo... Aquela mesmo [fazendo referência a uma moradora vizinha], o marido dela comprou em Jenipapo. É. Com o dinheiro da usina, também, juntando, graças a Deus, nós conseguimos comprar um pequeno em Badaró, né. (D. Leonice, 34 anos, esposa de migrante)

Na continuação da conversa, a camponesa afirmou que a intenção é, futuramente, construir uma casa no lote urbano adquirido, em princípio, para facilitar o estudo dos filhos, já que eles precisam ir todos os dias até a sede do município para frequentarem a escola. Mas o que chama a atenção é que, se nos estudos clássicos sobre migração, especialmente na pesquisa feita por Garcia Jr. (1989), os recursos conseguidos na migração eram empregados

na aquisição de terra, ou investidos em infraestrutura na propriedade, enfim, a compra de lotes nas áreas urbanas da região constitui-se um destino inusitado e surpreendente para investir os recursos da família.

2.5 Considerações Finais

Para facilitar o entendimento e tentar deixar o texto mais didático é muito comum o estabelecimento de datas e acontecimentos que se tornam marcos históricos dos processos sociais. Mas desta forma, há o risco de transmitir a ideia que estes mesmo processo acontecem em etapas lineares e sucessivas. Os processos descritos neste capítulo devem ser entendidos como componentes de um mesmo processo, transformações que aconteceram de forma contínua. Ou seja, os elementos levantados e discutidos até aqui fazem parte do mesmo processo de transformação das condições de vida da população camponesa do Vale que vem acontecem pelo menos nos últimos 50 anos.

Foi neste sentido que tentamos mostrar como os processos de transformação ocorridos a partir da expansão capitalista e da intervenção do Estado no Vale do Jequitinhonha, a partir das décadas de 1960/1970, não significaram somente uma transformação material dos meios de vida, através da limitação do acesso às terras da chapada e, consequentemente, da limitação aos recursos e atividades que delas dependiam, e da expropriação das terras das grotas. Mais do que isto, significaram também transformações simbólicas dos meios de vida, ou seja, na própria concepção e percepção do mundo ao redor. Ao mesmo tempo que mudam as condições de acesso direto aos meios de produção e reprodução da vida, novas relações sociais e novos valores são inseridos no bojo das relações sociais ali existentes.

Ao adotarmos a abordagem de *meios de vida*, pudemos perceber as transformações que ali aconteceram como um processo de continuidade, inseridas em transformações que extrapolam os grupos sociais locais e os limites geográficos regionais. Permitiu-nos ver as mudanças dos camponeses como continuidade, não mais como uma ruptura com um suposto "antigo modo de viver" que deixou, ou estaria deixando, de existir. Assim, à medida que novos elementos foram se apresentando naquele contexto social e histórico, recursos e estratégias, materiais e simbólicos, foram perdendo importância dentro das necessidades para a reprodução social devido a fatores materiais e simbólicos, também. O que tentamos exemplificar com a indústria doméstica. Por outro lado, outros recursos e estratégias surgiram ou ganharam maior relevância, como as políticas públicas e a migração.

A ideia de *desenraizamento*, descrita por Martins (1998), nos permite entender os movimentos de expropriação do campesinato e a inserção daquela população na sociedade capitalista, como fornecedores de mão de obra e como consumidores. Aqui está uma das chaves para compreender as transformações ocorridas e a constituições dos novos meios de vida dos camponeses do Vale do Jequitinhonha. A migração sazonal, como forma de inserção na sociedade capitalista através da venda da força de trabalho e como um elemento constituinte da sociabilidade, as novas necessidades de consumo socialmente estabelecidas na forma de novas mercadorias, como forma de inserção através do consumo, e a *ausência-presente* provocada pela migração constante de membros da família são agora alguns elementos que fazem parte dos meios de vida daqueles camponeses e que merecem uma análise mais atenta.

3 A MIGRAÇÃO: MEIOS DE VIDA, REDES E FLUXOS DE INFORMAÇÃO E DE MERCADORIAS

3.1 Introdução

> É, na verdade... a minha casa foi feita disso... a minha não, né, as casas aqui... quem não é tá mentindo. As casas da região aqui é tudo tirada de corte de cana, né. Às vezes, é... de um tempo pra cá, de uns anos pra cá, que eles descobriram ir mais para o café, né. Então, aí já é quanto mais que eles reformam a casa, alguém tinha reformado que é tirado do café. Mas tudo é corte de cana. Então, cada centímetro dessa aqui tem gota de suor do corte de cana. É juntado desde quando começou a ir a... ele juntou pra poder conseguir fazer. (D. Leonice, 34 anos, camponesa esposa de migrante)

A migração, especialmente em sua modalidade sazonal, ou temporária, é um movimento de difícil mensuração. Dados oficiais, tais como levantamentos a partir de Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outros órgãos estatais, não conseguem captar e quantificar o número de pessoas que estão envolvidas nas migrações. Esta dificuldade decorre tanto dos critérios que são adotados para definir o que é migração quanto à velocidade e dinâmica deste fenômeno, que tornam a tarefa de sua quantificação um tanto ingrata.

No Vale do Jequitinhonha, mais especificamente na região do Médio Jequitinhonha, se a mensuração estatística é tarefa difícil, a constatação empírica da importância do fenômeno "migração" é facilmente perceptível. Basta uma visita às comunidades rurais e uma breve conversa com seus moradores durante as safras de cana de açúcar e do café, principalmente, para perceber a ausência de grande parte dos homens (maridos, irmãos e filhos), ou mesmo de famílias inteiras (principalmente quando a migração é para a colheita do café). E um olhar um pouco mais atento irá revelar ao observador que a importância deste fato social para a região não está apenas na quantidade de camponeses envolvidos na migração, mas também reside no grande volume de recursos, na forma de renda em dinheiro, que são inseridos na região a partir dele. Estes recursos representam, cada vez mais, uma garantia para a reprodução social do grupo familiar, bem como também movimentam e dinamizam os comércios locais. A importância, portanto, do fenômeno social "migração", especialmente em sua modalidade sazonal, naquela região, extrapola a dimensão da família e ganha importância social e econômica para toda a região.

Mesmo com as considerações feitas acima em relação à dificuldade de se obter dados precisos sobre o volume de pessoas envolvidas na migração sazonal, podemos ter uma noção aproximada da realidade a partir do cruzamento de dados do IBGE e do Serviço Pastoral do Migrante (SPM), pastoral social ligada à Igreja Católica, presente em diversas regiões do país e que presta serviços de apoio a migrantes tanto nas regiões de origem quanto nos destinos. O

SPM-Araçuaí, vinculado à diocese de Araçuaí-MG, encontrou[23] grande registro de migrantes sazonais em dezessete municípios do Vale do Jequitinhonha[24]. De acordo com o levantamento realizado junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e lideranças comunitárias, a pastoral estimou que em toda esta "área de migração" quase 78 mil pessoas estavam envolvidas com a migração sazonal na safra de 2008. Na Tabela 1 (ver página 21 desta dissertação) podemos comparar esta estimativa com os dados obtidos pelo Censo 2010, para o município de Francisco Badaró (local da nossa pesquisa de campo). Mesmo considerando que o número de migrantes é uma estimativa e a diferença no tempo entre estes dados e aqueles obtidos pelo Censo de 2010 acerca da população total e populações urbanas e rurais, tal comparação nos permite perceber a relevância do fato social "migração" para o município e para toda a região.

Podemos observar ainda na mesma Tabela 1 que no município de Francisco Badaró tanto a população rural quanto o número de migrantes, em termos relativos, estão acima da média da região. De fato, em nossa incursão a campo, pudemos perceber a grande ausência principalmente dos homens das comunidades rurais. No excerto acima, a partir da fala de uma camponesa, esposa de migrante, fica clara a percepção dela não somente acerca de sua própria família, mas sobre toda a comunidade, em relação à importância da migração como umas das principais estratégias dos meios de vida para garantir a reprodução social daquele grupo.

A migração é uma estratégia que compõe os meios de vida dos camponeses. Diversos trabalhos já consagrados na literatura da Sociologia Rural brasileira mostraram como a migração está presente entre os grupos camponeses, exercendo múltiplas funções, dependendo de cada contexto social e histórico (i. e. GARCIA JR, 1989; WOORTMANN, 1990b). Por vezes, ela pode significar a garantia da reprodução do grupo social camponês com a migração definitiva de alguns membros da família, evitando-se assim um excessivo fracionamento da terra, recurso já limitado. Em outras, as famílias recorrem à migração temporária, na qual membros da família migram por um período de tempo, retornando para as unidades agrícolas familiares. Assim, seja através de remessas regulares de recursos, ou com o recurso "juntado" que trazem no momento do retorno, conseguem cobrir os custos de vida e fazer investimentos que possibilitem a reprodução do grupo doméstico. É claro que a realidade demonstra uma grande variedade de situações em ambos os casos, tanto na

[23] SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE - SPM. Vozes do Eito. In: **Coletânea de depoimentos sobre a vivência cotidiana de migrantes temporários rurais.** Guarabira: eco.das.letras, 2009.

[24] Estes municípios são: Araçuaí, Berilo, Caraí, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, Itaobim, Itinga, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Novo Cruzeiro, Turmalina, Veredinha e Virgem da Lapa. A maioria pertence à microrregião do Médio Jequitinhonha, sendo que Minas Novas, Turmalina e Veredinha pertence ao Alto Jequitinhonha.

migração definitiva quanto na migração temporária. Contudo, grosso modo, o que há de comum em todos eles é que, nos casos em que recorrem à migração, os camponeses tornam-se "proletários" (no sentido mais genérico do termo) para continuarem camponeses (MARTINS, 1988). No caso da migração definitiva, esta "proletarização" ocorre com alguns membros da família, permitindo que outros continuem "camponeses". Na migração temporária, é o individuo camponês que se "proletariza" por um período determinado de tempo para que ele mesmo e sua família continuem sendo "camponeses". Visto desta forma, podemos entender que ocorre uma "proletarização parcial", seja no tempo, para os casos de migração temporária, seja na família, para os casos de migração definitiva de alguns membros.

Pensar e discutir a correlação dos temas "migração" e "campesinato" significa enfrentar algumas questões que nos propomos transpor neste trabalho. Primeiro, é preciso ficar claro que a migração não é uma estratégia nova para o grupo social em discussão. Depoimentos colhidos em nosso trabalho de campo, por exemplo, referem-se à presença da migração como estratégia de reprodução desde o início da década de 1930. Segundo, e em decorrência do primeiro, procuramos não ver a migração como algo que rompe com uma sociabilidade camponesa, mas, ao contrário, tentamos percebê-la como algo constituinte desta mesma sociabilidade, ou seja, como um componente que está presente na história e nas relações sociais que são estabelecidas no interior das famílias e das comunidades rurais camponesas. Por fim, procuramos em nosso trabalho tentar perceber como a migração – por meio das idas e vindas e da ligação que permanece entre aqueles que foram e os que ficaram – cria, além do fluxo de pessoas, um fluxo de informações e coisas; mais ainda, como estes fluxos se relacionam mutuamente.

Tentamos romper também com a visão sobre a migração como uma ruptura dos laços familiares e da sociabilidade camponesa. A contradição existente entre o ser proletário e o ser camponeses, ao contrário de se desdobrar na sobreposição de um sobre o outro, é o que define a identidade daquele grupo. Não é camponês nem proletário, mas um camponês-migrante, um camponês que se forma e forma a sociabilidade do local de origem no espaço social da migração. Neste sentido é importante tentar perceber como a migração, a partir dos fluxos e das experiências incorporados pelos próprios migrantes, vai pouco a pouco provocando transformações no cotidiano e na sociabilidade camponesa. O destaque intencional acima para uma certa "proletarização parcial" nos remete para a inserção do camponês, que migra, em relações sociais, econômicas e (por que não?) políticas diferentes daquelas que ele estabelecia em seu local de origem. Esta inserção, somada ao fluxo de informações (do local de origem

para o local de destino, mas, principalmente, do local de destino para o local de origem) e os fluxos de mercadorias (mesmo que elas de fato sejam adquiridas no local de origem, mas em decorrência das novas experiências vividas no espaço da migração), proporcionam uma série de novas experiências que contribuem para as transformações na sociabilidade camponesa e que, na maioria das vezes, aproxima-os ao que poderíamos entender como uma sociabilidade tipicamente urbana, ou mesmo, no limite, capitalista.

3.2 Migração e migração sazonal

> Porque assim, a gente começa, como diz, falando da história da migração. Mas, tem hora que é bom a gente relembrar como é que o tempo passou mesmo, né... (D. Leonice, esposa de migrante).

Existe uma grande diversidade de teorias sobre migração. E as divergências entre elas são também igualmente diversas. Santos *et al.* (2010) aponta quatro dimensões básicas nas quais se encontram estas divergências. A primeira seria em relação à forma de estudo, sincrônica ou diacrônica. A segunda está relacionada à questão do *lócus* da ação de migrar, na qual as divergências estariam no foco para compreender a migração, se a partir de uma análise estrutural ou no âmbito do indivíduo. A terceira diverge em relação ao nível de análise – indivíduo, domicílio, comunidade, região, etc. Por fim, se a ênfase da análise deve ser colocada nas causas ou nos efeitos da migração.

Todas estas divergências são compreensíveis, quando consideramos que a migração é um fenômeno social complexo, multidisciplinar e que possui diversas dimensões que precisam ser analisadas para que sua compreensão possa fornecer bases mais sólidas para pesquisas e políticas públicas. Torna-se cada vez mais imperativo que as análises sobre fluxos migratórios e sobre migração em geral considerem todos os componentes da trajetória do migrante, considerando os mais diversos aspectos que influenciam cada um, desde o local de origem até o local de destino e, inclusive, o "local de retorno". As aspas aqui se justificam pois consideramos, como veremos mais adiante, que a migração, por si mesma, modifica os migrantes, os não migrantes e os locais de destino e de origem.

A migração é um fenômeno que abrange determinantes nos âmbitos dos indivíduos, das famílias e das comunidades, por meio de escolhas individuais ou estratégias familiares, mas que dialogam com determinantes no âmbito estrutural, relacionados a aspectos históricos, sociais e econômicos das regiões de origem e de destino.

Tentando romper com a fragmentação em torno dos estudos e teorias sobre migração, Sayad (1998) trouxe grande contribuição a partir dos seus estudos sobre os imigrantes

argelinos na França. Apesar de óbvio, o autor destaca veementemente que toda a *imigração* começa com a *emigração*. É importante destacar, segundo ele, porque a maior parte dos estudos sobre migração aborda somente o ponto de vista do local de imigração. Assim, o imigrante e, consequentemente, a imigração são normalmente percebidos a partir de sua associação com outros problemas sociais. O autor busca perceber a imigração como um "fato social completo", sendo, portanto, necessário uma reflexão sobre todo o itinerário do movimento migratório, desde seu local de origem ao local de destino. Ver a imigração como um "fato social completo" significa observar, primeiro, que a própria natureza do fenômeno o coloca no cruzamento das ciências sociais, como ponto de encontra de diversas disciplinas (história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia, psicologia social, antropologia, ciências políticas, etc.).

Migração é, em primeiro lugar, um deslocamento no espaço físico. Contudo, este espaço é também um espaço qualificado: socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente. Portanto, reduzir as explicações e as análises sobre a migração somente ao plano econômico é separar as duas partes integrantes do fenômeno: só existe o imigrante na sociedade de destino porque existe o emigrante na sociedade de origem. Para Sayad (1998, p. 16),

> Esta divisão [entre imigração e emigração] participa, ao que parece, da mesma relação de dominação, da mesma dissimetria e desigualdade nas relações de força que se encontram na origem e são constitutivas do fenômeno migratório; e é, sem dúvida, nesse desequilíbrio de aparência científica – desequilíbrio ao qual não se dedica toda a atenção necessária – que se mostra de forma mais clara a relação de forças que se encontra na fonte do fenômeno da emigração e da imigração.

Em segundo lugar, perceber a imigração como "fato social completo" significa falar da sociedade como um todo, desde sua dimensão diacrônica, observando-a a partir de uma perspectiva histórica (história política da formação da população), e também em sua dimensão sincrônica, observando as estruturas sociais, econômicas e políticas presentes na sociedade (em ambas, na sociedade de emigração e na sociedade de imigração). Por fim, ainda é preciso considerar que o movimento migratório possui duas dimensões em si mesmo, ou seja, uma dimensão coletiva, pois é experimentada por todo um grupo social (para os que migram, para os que ficam e para aqueles que são do local de destino), e sua dimensão individual, relativa às trajetórias e experiências singulares de cada emigrante e imigrante.

Desta forma, considerando a imigração como um "fato social completo", Sayad (1998) afirma que os estudos sobre migração devem considerar três dimensões: a emigração, a imigração e o emigrante/imigrante. No local de origem, na emigração, é necessário o estudo das condições sociais que a engendraram, das transformações destas mesmas condições e das

transformações na emigração, propriamente dita. Na segunda dimensão, é importante o estudo das condições de existência na imigração, ou seja, especialmente, das condições de vida e condições de trabalho. E, segundo o autor, a inclusão do migrante, o estudo do contato do migrante com a sociedade de destino, contribui para ampliar em extensão e complexidade o tratamento científico acerca do tema (SAYAD, 1998).

Para Sayad (1998), esse caminho permite, à medida que a definição e a representação da migração se afasta da visão ortodoxa[25], descobrir os "paradoxos que a constituem e as ilusões que são a própria condição do advento e da perpetuação da migração" (SAYAD, 1998). Para o autor, estas ilusões são compartilhadas pelos três parceiros que são a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e os próprios migrantes, sendo elas: a ilusão de uma presença necessariamente provisória; a ilusão de que essa presença é totalmente justificável pelo trabalho ao qual ela está, ou deveria estar, totalmente subordinada; e a ilusão da neutralidade política, tanto da neutralidade exigida do migrante, quanto em relação ao próprio fenômeno da migração, "cuja a natureza intrinsecamente política é mascarada, quando não é negada, em proveito de sua única função econômica" (SAYAD, 1998, p. 19).

Estas ilusões compartilhadas estão imbricadas umas nas outras e colocam uma questão interessante para refletirmos sobre a migração. Sayad (1998) afirma que uma das características fundamentais para o fenômeno da imigração é que ele contribui para dissimular a si mesma uma de suas próprias verdades e que a coloca sob uma dupla contradição: "não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente, ou, ao contrário, se se trata de uma estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade" (SAYAD, 1998, p. 45). No cerne do embate entre a situação provisória (de direito) e da condição duradoura (de fato), a imigração e o imigrante passam a situarem entre perspectivas de uma dupla interpretação, que ora se nega a si mesmo a realidade de uma estadia duradoura, reforçando a ideia de provisoriedade, ora reivindica a situação de fato duradoura, desmentindo a visão provisória que lhe é imposta. De uma forma ou de outra, ao que parece, a migração precisa negar-se a si mesma para continuar se perpetuando e se reproduzindo. Nega-se a si mesma já que se situa entre duas representações contraditórias: entre a representação de direito, na sua ilusão provisória, e a representação de

[25] Com o termo "visão ortodoxa" sobre a migração, Sayad (1998) está se referindo àquelas teorias e estudos sobre migração fragmentados que nos referíamos anteriormente, que viam a migração ora somente do ponto de vista econômico, ora com as causas ou com as consequências, ou ainda como um problema social gerada através da inserção dos imigrantes na sociedade de destino.

fato, quando o provisório, torna-se (salvo algumas exceções), de fato, duradouro, ou definitivo.

> Da mesma forma como que se impõe a todos – aos imigrantes, é claro, mas também à sociedade que os recebe, bem como à sociedade da qual provém –, essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do imigrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse "provisório" possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse "definitivo" jamais seja enunciado como tal. (SAYAD, 1998, p. 46)

De fato, a ilusão da provisoriedade da condição de imigrante é compartilhada pelas três partes constitutivas do fenômeno da migração. Para o imigrante, esta ilusão lhe interessa na medida em que ele se encontra numa sociedade na qual se sente hostilizado; a situação provisória de imigrante (como ele tenta se convencer a si mesmo) dá-lhe condições de viver e conviver numa sociedade em que faz parte (de fato) sendo considerado "de fora" (de direito). Para a sociedade de origem, esta ilusão aparece quando esta insiste em tratar os que estão fora como simples *ausentes*; e independente da dimensão desta *ausência* (em termos de tempo), quando a sociedade de origem reclama o retorno dos emigrados, reclama-os idênticos ao que eram quando partiram, o que, obviamente, é impossível. Por fim, a sociedade de destino que atribui o adjetivo de "estrangeiro" ao imigrante, reforçando a percepção provisória de uma presença que é apenas tolerada enquanto tal, e somente desta forma consentindo em tratá-lo como um provisório que pode se prolongar indefinidamente.

Na realidade, enquanto a força de trabalho imigrante é necessária, a manutenção da ilusão pelas partes envolvidas, ou seja, o compartilhamento desta ilusão, não enfrenta problemas ou questionamentos; a dupla contradição não é revelada, ou ao menos não aparece como problema para nenhuma das partes. Contudo, à medida que a realidade vai demonstrando o caráter duradouro (ou, no limite, definitivo) da imigração e da permanência do imigrante, começa a surgir, no próprio imigrante, a necessidade de reivindicar direitos de uma "existência plena", não mais somente o direito de trabalhador imigrante. Partindo da premissa de que a migração está primordialmente vinculada ao trabalho, Sayad (1998) traz a ideia de que a imigração depende sempre de um cálculo (a partir da sociedade de destino) das "vantagens" (principalmente econômicas) e "custos" (especialmente sociais, culturais e políticos) da mão de obra imigrante[26]. Portanto, ao mudarem as condições que se encontravam

[26] Sayad (1998), apesar de utilizar estes termos e esta metodologia bastante comum, especialmente em análises do ponto de vista econômico sobre a imigração, traz uma série de considerações acerca das "vantagens" e "custos" da migração. A transposição mecânica destes termos contábeis para analisar os fenômenos migratórios, mesmo revelando aspectos importantes, carrega algumas dificuldades. Principalmente por se tratar de um fenômeno que transita por diversas áreas do conhecimento, aspectos qualitativos inerentes à imigração não possibilitam facilmente uma quantificação para que possam ser colocados nos cálculos das vantagens e custos.

na origem de determinado fluxo migratório, mudam-se as condições da própria imigração. À medida que o caráter supostamente provisório da imigração vai se revelando, ou as condições socioeconômicas da sociedade de destino mudem (de um período pós-guerra para uma crise econômica, por exemplo), aquele cálculo de "vantagens" e "custos" se materializa em um questionamento da presença do imigrante e na reafirmação de sua provisoriedade. Para Sayad (1998), o próprio questionamento comum que se faz a partir deste método de análise (cálculo comparativo das "vantagens" e "custos" da mão de obra imigrante), a saber, "como maximizar as 'vantagens' da imigração, reduzindo ao mesmo tempo ao mínimo possível os 'custos' que a presença do imigrante impõe?", revela, ou desmascara, a ilusão de que a imigração é um fenômeno referente unicamente a aspectos econômicos e técnicos, pois ao levantar a preocupação com os "custos", revela em si mesma os aspectos políticos, sociais e culturais inerentes à imigração.

Olaizola (2012), em seus estudos sobre a migração sazonal na cultura do morango, na região de Andaluzia, na Espanha, identificou elementos que ilustram as ideias de Sayad (1998) apontadas acima. Aquela autora propõe um debate em torno da "imigração ordenada", que busca atender aos interesses do mercado e do Estado. Segundo a autora, a mão de obra empregada na cultura do morango é majoritariamente feminina, composta em sua maioria por mulheres da Polônia e da Romênia. Por meio de relatos de representantes patronais, as justificativas para a contratação de mulheres giram em torno de supostas habilidades naturais normalmente atribuídas às mulheres, tais como a maior delicadeza no trato e no manejo das frutas (os homens, no inverso, causariam mais danos às frutas aumentando as frutas inviáveis para a comercialização), maior responsabilidade em relação aos horários e maior empenho no trabalho, além de causarem menos conflitos entre si e menos problemas com os patrões, o que está relacionado ao fato de as mulheres, segundo o relato dos próprios empresários, contestarem menos as ordens e as regras estabelecidas. Olaizola (2012) identificou ainda que a contratação das mulheres, no local de origem, é feita seguindo alguns critérios que estabelecem um perfil bem definido de trabalhadoras vistas como "adequadas": elas precisam ter condições físicas adequadas para o trabalho no campo; possuir experiência em trabalhos

Além disto, o autor ainda destaca que os próprios critérios que determinam quais aspectos são vantagens e quais são custos depende de uma avaliação que traz consigo determinado grau de juízo de valor, o que leva a divergências, ou seja, o que é considerado uma vantagem da imigração por uma determinada pessoa ou grupo pode ser considerado um custo para outros. Por fim, é preciso deixar claro que esta metodologia do cálculo das "vantagens" e "custos" da imigração parte principalmente das sociedades de destino e que sua transposição para as sociedades de origem torna-se tarefa bastante ingrata, quando, não, impossível, podendo resultar em graves erros de análise.

agrícolas; ter idade mediana (em torno de 30 anos); e que sejam casadas e tenham filhos, ou família constituída, nos locais de origem.

Atentando-se para estes dois últimos pontos, a autora afirma que, na visão dos empresários, as mulheres com idade mediana e que tenham família, principalmente filhos, são mais responsáveis e, devido à sua situação familiar, se empenhariam mais no trabalho e causariam menos problemas, já que precisam levar recursos que serão importantes para a reprodução social da família. Além disto, o fato de possuírem família nos locais de origem passa a ser uma garantia do retorno destas trabalhadoras ao final da safra aos seus países.

> A aposta pelo modelo de imigração sazonal que se ajuste às necessidades do mercado; a limitação da mobilidade geográfica e do trabalho da mão de obra, ao restringir ao marco da agricultura onubense sua permissão de residência e trabalho; a imposição do compromisso do retorno; a distinção estabelecida entre imigração "legal" e "ilegal", entre a "boa" e a "má" imigração, refletem essa convergência buscada entre os interesses do Estado e do mercado, e o modo como o sistema de contratação na origem tem permitido, em boa medida, juntar a orientação seguida pelas políticas de trabalho, de um lado, e pelas políticas de controle e gestão da imigração, de outro. (OLAIZOLA, 2012, p. 118-119 – Tradução nossa)[27]

A situação estudada por Olaizola (2012) descrita acima ilustra satisfatoriamente as ideias de Sayad (1998) acerca da imigração. Por um lado, demonstra as ilusões estabelecidas entre os envolvidos no processo da migração (as sociedades de emigração e imigração e das próprias migrantes) de provisoriedade, da submissão à dimensão econômica e da neutralidade política. Mas ao mesmo tempo, revela os aspectos que desmentem estas mesmas ilusões, ao revelar, nos próprios critérios de contratação, as dimensões políticas e socais deste fluxo migratório. A violência do processo fica clara a partir da divisão sexual e territorial do trabalho, da busca pelo trabalhador que se encontra numa condição social de fragilidade que o leva a uma maior submissão ao empregador, da discriminação de gênero e étnica e, por fim, da garantia do retorno daquelas trabalhadoras ao seu lugar de origem, evitando os "custos" sociais e políticos que poderiam gerar para a sociedade de destino (como demandas de serviços públicos e busca por direitos de cidadania).

Os estudos de Sayad contribuíram sobremaneira para que a migração pudesse ser compreendida em toda a sua complexidade. E, principalmente, contribuem para entender os fatores que atuam na perpetuação do fluxo migratório. Além disso, os estudos do autor

[27] La apuesta por el modelo de inmigración de temporada que se ajuste a las necesidades del mercado; la limitación de la movilidad geográfica y laboral de la mano de obra, al restringir al marco de la agricultura onubense su permiso de residencia y trabajo; la imposición del compromiso de retorno; la distinción establecida entre inmigración 'legal' e 'ilegal', entre la 'buena' y la 'mala' inmigración, reflejan esa convergencia buscada entre los intereses del Estado y del Mercado, y el modo en que el sistema de contratación en origen ha permitido, en buena medida, aunar la orientación seguida por las políticas laborales, de un lado, y por las políticas de control y gestión de la inmigración, de otro. (OLAIZOLA, 2012, p. 118-119)

lançam luz para as interações e transformações que ocorrem na sociabilidade do local de origem, quando trazem a dimensão do retorno para as análises (mesmo que este nunca aconteça). Pode-se atribuir a Sayad (1998) a possibilidade de compreensão do que Martins (1988) chama de universo social da migração, composto pela dualidade de locais e de tempos e pelas contradições colocadas por esta mesma dualidade, na qual, como veremos, os migrantes e a própria comunidade de origem constroem sua identidade e sua sociabilidade.

Nos casos em que o movimento de migração é caracterizado pela sazonalidade, ou pela temporalidade, alguns aspectos levantados por Sayad (1998) ganham maior evidência e fica ainda mais clara a interconexão entre os dois locais, o de origem e o de destino. Ao mesmo tempo, algumas das contradições inerentes a este mesmo processo às vezes aparecem mais veladas do que na migração definitiva. A provisoriedade, na migração temporária, está escancarada, mas ao mesmo tempo camufla a vulnerabilidade em que os migrantes estão postos. Da mesma forma, camufla a dupla contradição, já que o retorno é flagrante. Mas da mesma forma que o retorno para o local de origem ocorre ao final da safra, ocorre a saída para safra seguinte. Desta forma, torna-se um fenômeno provisório que se perpetua indefinidamente ao longo dos anos, ou décadas; ou, do outro lado, torna-se um fenômeno duradouro, de fato, que se disfarça de provisório com os retornos ao final de cada safra. Para Martins (1988, p. 45)

> Mais do que *trânsito* de um lugar para outro, há *transição* de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

O migrante temporário se reconstrói, e reconstrói a sociedade de origem, na contradição da afirmação e de sua negação simultaneamente; no estar e no não estar; no ser camponês e no não ser camponês (no ser operário), ou ainda no ser e no viver dois tempos distintos simultaneamente e no não ser nenhum dos dois.

> Sociologicamente falando, o migrante temporário, ao retornar, já não é o mesmo; e, por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. O que encontra quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo. Já não pode ver o mundo da mesma maneira que via antes. (MARTINS, 1988, p. 45-46)

É justamente no jogo entre a afirmação e sua negação que reside a chave para entender as transformações que ocorrem no migrante e na sociedade de emigração. O encontro entre os locais diferentes e entre os tempos históricos diferentes promovidos pelo migrante e pelo

processo de migração reflete no cotidiano e no fazer cotidiano das famílias e das comunidades no local de origem.

O termo *migração temporária* pode não levantar controvérsias à primeira vista. Mas, à luz das ideias de Sayad (1998) – mais especificamente à ideia do sentimento de provisoriedade, do perpétuo "ser estrangeiro" – quando analisamos mais de perto, o termo nos traz questões teóricas que levam à necessidade de delimitá-lo melhor. Portanto, o termo migração temporária, da forma como o compreendemos neste trabalho, abarca uma grande diversidade de situações e de deslocamentos. Dentro desta diversidade de situação, podemos identificar três modalidades de migrações temporárias: as migrações sazonais, aquelas com tempo determinado de saída e retorno e que normalmente estão relacionadas às safras de empreendimentos agrícolas do agronegócio; aquelas que são reguladas pelo calendário da lavoura do próprio migrante, no lugar de origem; e aquelas dominadas pelo ritmo irregular das grandes obras (construções de estradas e barragens, por exemplo) ou para a construção civil nos grandes centros urbanos. A migração temporária se difere da migração "definitiva" pelo retorno físico dos migrantes ao local de origem de tempos em tempos. Contudo, o *tempo* da ausência, a duração do deslocamento não é suficiente para definir a migração temporária, como pode parecer à primeira vista. Para Martins (1988), sociologicamente o que define a migração temporária é, justamente, a concepção de *ausência*:

> Se, em termos geográficos, a duração – o *temporário* – é essencial para os estudos das migrações temporárias, em termos sociológicos o essencial é a concepção de ausência. É temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo "fora de casa", "fora do lugar", *ausente*, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. É aquele que se considera fora do *seu* lugar, fora de "suas" relações sociais, e que, no limite, não se considera dentro mesmo quando está. (MARTINS, 1988, p. 49-50)

E complementa:

> Se a ausência é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois extremos e excludentes: a *dessocialização*, nas relações sociais de origem, e a *ressocialização*, nas relações sociais de "adoção". Ele se mantém, pois na duplicidade de duas socializações, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive na marginalidade das duas situações sociais. É sempre o outro, o objeto, e não o sujeito. É sempre o que *vai voltar a ser* e não o que *é*. A demora desse reencontro define a migração temporária. Pode-se, até mesmo, falar numa *cultura da ausência*, nostálgica (...). (MARTINS, 1988, p. 50)

Se, como vimos a partir de Sayad (1998), falar em *ressocialização* mesmo nas situações que envolvem a migração definitiva é algo complicado, na migração temporária é que este processo se mostra claramente incompleto, ou inconcluso. O que Martins (1988) está dizendo acima não pode ser entendido sob a mesma perspectiva com que olhavam para o

fenômeno da migração os estudos da chamada Escola de Chicago[28], cuja ênfase das pesquisas estava em compreender como e em quais condições ocorria a *assimilação cultural* dos imigrantes. O aspecto ao qual está aqui se referindo é o mesmo processo ao qual Martins irá chamar, posteriormente e em outro trabalho, de *desenraizamento* (MARTINS, 1998). Trata-se, pois das transformações sociais provocadas pelo capitalismo a partir da separação dos sujeitos sociais da produção direta dos seus meios de vida, com o objetivo de incluí-los nas relações sociais e na sociedade capitalista, sejam como consumidores, sejam como fornecedores ou compradores de força de trabalho. Martins (1998; 1988), portanto demonstra como a migração temporária está ligada ao desenvolvimento do capitalismo. Se por um lado, a migração temporária é um modo de desatar os laços familiares, quando alguns membros da família partem em busca de empregos e salários que serão necessários para a manutenção das condições de reprodução da família, por outro, a migração temporária é uma forma de atar o desenvolvimento do capital à exploração mais intensa da agricultura camponesa. Mesmo no caso dos camponeses-migrantes que combinam ciclos agrícolas distintos, como os do Vale do Jequitinhonha, é possível observar que os dois ciclos se sobrepõem. Com a migração tanto dos homens mais novos quanto dos chefes de família, ficam a cargo das mulheres e das crianças as atividades de manutenção e de pequenas produções agrícolas necessárias para a obtenção de parte dos recursos necessários à reprodução social do grupo familiar. Essa sobreposição dos ciclos, dos dois calendários agrícolas, é uma forma de invasão da agricultura camponesa pelo capital. Esta invasão fica ainda mais clara quando consideramos os migrantes do nordeste brasileiro para as safras da cana-de-açúcar em São Paulo. Neste caso, o período de colheita da cana coincide com o período das chuvas e, portanto, com o período das safras no nordeste. Assim, exclui-se a possibilidade de complementaridade entre as duas atividades, ao menos sem um grande prejuízo em uma ou outra.

Para Martins (1988), neste processo de expansão do capitalismo, a migração temporária cumpre duas funções contraditórias. Por um lado, permite ao camponês conseguir parte dos recursos necessários à reprodução das condições de vida da família. Os recursos conseguidos

[28] A Escola de Chicago desenvolveu diversos estudos sobre imigração na primeira metade do século XX, especialmente em relação à migração de europeus para os Estados Unidos. Estes autores estavam preocupados com os processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade americana. Eles partiam do pressuposto que ocorria uma plena assimilação estrutural e cultural. A partir dos anos 1950, este pressuposto começou a ser colocado em xeque, à medida que outros estudos começavam a demonstrar que, ao contrário da assimilação, muitas vezes ocorria uma valorização das distinções culturais e afirmação de grupos étnicos. Embora tenham sido alvo de diversas críticas posteriores, é preciso reconhecer que os estudos feitos pela Escola de Chicago contribuíram para transformar o tema da migração em um problema sociológico e se constituíram como o ponto de partir para os mais diversos estudos sobre este fenômeno social (SASAKI e ASSIS, 2000).

no trabalho assalariado, seja nas safras agrícolas ou na construção civil, servirão para a aquisição de produtos e bens necessários e que não são produzidos no interior das propriedades. Trata-se, portanto, de se tornar trabalhador assalariado para garantir a permanência como camponês. A necessidade cada vez maior de se utilizar estes recursos está, de acordo com Martins (1988), relacionada com as formas que o capital utiliza para expandir-se, impondo e determinando, de maneira relevante, as condições de reprodução camponesa.

Uma das principais formas é a partir da deterioração dos preços dos produtos produzidos na propriedade camponesa. A expansão do capital, além de significar a entrada de empreendimentos agrícolas na região, traz, junto, a chegada de produtos industrializados de regiões distantes que passam a concorrer, no preço, com os produtos locais, bem como também possibilita a entrada de novos produtos ou variedades. O milho e a mandioca, bem como seus derivados, são exemplos de concorrência entre produtos locais e importados de outras regiões. Amplamente consumidos na região, caracterizando a base da alimentação local, são produtos encontrados nos supermercados com preços mais competitivos, fazendo com que os camponeses sejam obrigados a reduzir seus preços, ou mesmo não mais produzí-los. O feijão é outro exemplo, principalmente da concorrência com novas variedades. O feijão rosinha e o feijão andu eram as variedades mais consumidas pela população local, tanto no campo quanto nas cidades, mas com a chegada do capital, chegaram também novas variedades de feijão, como o carioca, provocando, inclusive, uma mudança na alimentação daquela população. Hoje ainda se encontra as variedades locais, especialmente o andu, mas já não são mais consumidos na mesma quantidade, quando comparados com o consumo do feijão carioca. Ainda dentro desta perspectiva de concorrência e substituição dos produtos locais, tem-se o exemplo dos produtos oriundos da indústria doméstica, especialmente da cerâmica, no qual os potes, panelas e utensílios de barro são substituídos por vasilhames de alumínio. Além, claro, dos produtos advindos das atividades extrativistas, tais como remédios naturais, entre outros. E para citar mais um exemplo que chama bastante atenção, tem-se os produtos derivados da cana de açúcar, como a rapadura, utilizada amplamente como adoçante, agora substituída pelo açúcar branco industrializado. Não se trata aqui de uma substituição plena dos produtos locais pelos produtos industrializados importados de outras regiões. Muitos ainda são bastante utilizados. Contudo, fica claro que a entrada dos produtos de outras regiões interfere nas diversas estratégias que compõem os meios de vida da população camponesa do Vale, desvalorizando ou mesmo inviabilizando algumas e dando maior

relevância a outras, como a migração e a necessidade do trabalho assalariado, seja na região, ou por meio da migração.

Outra forma que o capital utiliza para pressionar os camponeses, empurrando-os para a migração, é através da valorização da terra enquanto valor-mercadoria e das transformações das relações sociais estabelecidas no interior das grandes propriedades. A substituição do antigo morador, ou agregado, e sua transformação em trabalhador assalariado faz com que o camponês perca a possibilidade de, mesmo em terras do grande proprietário, suprir, por ele mesmo a partir da produção agrícola, parte dos recursos necessários à sua reprodução. Ou, devido à valorização da terra, os grandes proprietários e os empreendimentos agrícolas capitalistas invadem e expropriam as terras camponesas. No caso do Vale do Jequitinhonha, a expropriação das terras ocorreu de forma parcial, sendo as chapadas ocupadas pelas empresas plantadoras de eucalipto para a produção de carvão vegetal, visando suprir a demanda da indústria siderúrgica mineira. Em ambos os casos, na transformação das relações sociais no interior das grandes propriedades e na expropriação das terras, os camponeses perdem parte das condições de complementação dos recursos para a reprodução com a criação de animais e as atividades de extrativismo (GRAZIANO, 1986; MOURA, 1988; SILVA, 1999; BOTELHO, 1999; MAIA, 2004). De um jeito ou de outro, dadas as condições impostas pela própria expansão do capital, a migração temporária e o trabalho assalariado passam, cada vez mais, a serem condições necessárias para a reprodução social como camponeses. Do lado dos camponeses-migrantes, portanto, a migração cumpre esta função: ao assalariar-se por um determinado período, garante-se a manutenção como camponês.

Por outro lado, a migração temporária cumpre a função de fornecer força de trabalho barata para as empresas capitalistas, no campo ou na cidade, posto que elas não precisam arcar com todo o capital necessário para a reprodução do trabalhador. No caso do camponês-migrante, parte da sua reprodução como trabalhador para o capital é garantida na condição de camponês. "É verdade que o salário recria, no operário, o camponês; que por sua vez recria o operário" (MARTINS, 1988, p. 53). O salário é um complemento da reprodução do camponês e da sua família. Por isso, o "Capital não paga (...) o preço da formação da mão de obra de que necessita. Quem paga esse preço é a família camponesa" (MARTINS, 1988, p. 54). Ao retirar os membros de maior capacidade de trabalho (principalmente os homens jovens e adultos) e forçar, com isto, a entrada das mulheres e, prematuramente, das crianças para suprirem as demandas de produção no interior da unidade produtiva camponesa, o capital invade o próprio núcleo familiar e da produção camponesa. É justamente esta produção que garantirá parte da

subsistência e da reprodução do migrante, como camponês e também como operário. Isto significa, para Martins (1988), que o camponês, ao garantir parte da sua reprodução como mão de obra para a empresa, contribui para o aumento da composição orgânica do capital, não pelo desenvolvimento das forças produtivas da empresa, mas pelo barateamento da mão de obra, que permite a superexploração com o rebaixamento dos salários a níveis extremamente baixos, como já mencionado anteriormente.

> Com esse tipo de desenvolvimento capitalista, a *produção e a reprodução do capital* estão *num lugar* e a *reprodução da força de trabalho* está fundamentalmente em *outro lugar*. A reprodução da força de trabalho está parcialmente *separada* da produção e reprodução do capital. A reprodução da força de trabalho não corresponde à recriação do capital variável e não se dá, em grande parte, no *mesmo processo de trabalho e de valorização* em que se reproduz o capital constante e se extrai a mais-valia. (MARTINS, 1988, p. 55)

Esta discussão proposta aqui por Martins (1988) também é corroborada pelos resultados encontrados por Olaizola (2012), já mencionados anteriormente, acerca da migração de mulheres romenas e polonesas para a cultura do morango na região de Andalucía, na Espanha. Ao possibilitar a exploração, mesmo que indireta, da produção camponesa, além da força de trabalho como operário, a migração sazonal cria uma ilusão, uma alienação:

> A destruição progressiva dos laços familiares, a incorporação crescente da criança ao trabalho produtivo, a doença, a pobreza, o analfabetismo, etc., não aparecem como resultados da exploração do trabalho pelo capital, mas como insuficiências do trabalho agrícola autônomo, como produto da própria condição camponesa. As coisas aparecem invertidas: o trabalho agrícola permite a mera subsistência, a mera reprodução; o assalariamento sazonal cria a possibilidade do supérfluo. (MARTINS, 1988, p. 58)

Mais do que "destruição" dos laços familiares, nos interessa neste trabalho observar como a migração temporária, ou sazonal, a partir de suas funções descritas acima (a saber, possibilitar a manutenção da condição camponesa e, ao mesmo tempo, fornecer mão de obra barata para o capital) influencia nas relações sociais estabelecidas no âmbito dos indivíduos, das famílias e das comunidades de origem. Durante nossa pesquisa de campo e da literatura selecionada para reflexão e discussão realidade estudada, podemos afirmar que o que melhor expressa o processo corrente a partir da migração seria a ideia de "transformação". Desta forma, poderíamos pensar em como a migração sazonal *transforma* as relações sociais, entendendo tal transformação como um processo contínuo (no sentido de que está sempre em transformação; de que não está parado, estagnado; ou ainda, de que não se dá por etapas) e longo (posto que é um processo que ocorre há quase um século, ou, se pegarmos o período de maior intensificação, temos ao menos 50 anos).

Esta reflexão acima faz sentido quando consideramos que nos diferentes momentos, como camponês e como assalariado, ou ainda na unidade dos dois, como migrante sazonal, aquele sujeito social insere-se em espaços e locais diversos e experimenta socializações

específicas e, até certo ponto, contraditórias. Sai de relações sociais baseadas na produção direta dos meios de vida, na reciprocidade e no parentesco e vizinhança, no local de origem, para as relações mediadas pelo dinheiro, no local de destino. Como afirma Martins (1988, p.59-60)

> A migração temporária, portanto, nesse contexto, mais do que trânsito de uma localidade a outra e, até, mais do que trânsito de uma situação a outra, é a transição inconclusa entre tempos históricos distintos. Na produção direta dos meios de vida, as relações sociais e as concepções do trabalhador estão dominadas pelo tempo cíclico e ritmado da natureza. No assalariamento, o trabalhador migrante está dominado pelo tempo linear do capital, contínuo (...). O movimento inconcluso da sua transição faz com que a cada momento da migração tenha que recuperar os respectivos padrões de sociabilidade. Essa recuperação é incompleta, porque justamente por ser migrante temporário não realiza completamente o ciclo de reprodução das relações sociais de cada uma dessas situações. O ciclo cósmico da vida camponesa, ritmado pelo trabalho e pela festa, só é vivido pela metade. Na construção civil ou no corte da cana, do mesmo modo, o migrante intensifica o seu trabalho, ocupa domingos e feriados para ganhar mais e economizar mais, impõe-se privações, rompe a barreira da recriação das condições do trabalho assalariado ao negar-se o descanso. Por isso, acaba vivendo a fantasia de estar em dois lugares ao mesmo tempo (...).

Pois é justamente nesta *transição inconclusa* que se constrói a identidade deste camponês que migra, deste camponês-migrante. Mais além, a migração passa a ser uma condição de permanência da identidade camponesa, agora transformada. A migração compõe, portanto, a sociabilidade camponesa. O migrante e a sociedade de emigração são marcados pelo estar em dois lugares ao mesmo tempo, pelas interconexões que são criadas, pela expansão das redes de sociabilidade e pela própria expansão das possibilidades de experiências. Estes fatores têm sido sintetizados a partir de uma perspectiva de *translocalidade*.

Para Greiner e Sakdapolrak (2013), translocalidade (*translocality*) descreve dinâmicas sócio-espaciais e processos de simultaneidade e formação de identidade que transcendem fronteiras. Este termo é usado normalmente para descrever fenômenos que envolvem mobilidade, migração, circulação e interconexões espaciais.

A perspectiva de translocalidade permite um olhar mais amplo e menos linear sobre o fenômeno da migração e sobre a produção e reprodução de espaços sociais, capturando a diversidade e as contradições que existem e são criadas na interconexão entre lugares, instituições e atores. Esta perspectiva também permite considerar a influência da migração e dos fluxos não somente nos que migram, mas também naqueles que ficam. Os laços que se mantém, e que estão subentendidos no debate de translocalidade, entre os migrantes e os que ficam e entre os migrantes e o local de origem, criam uma via de mão dupla, na qual um influencia o outro em suas ações, decisões, planos, etc., e que estão expressos nas práticas

cotidianos de ambos. Por fim, translocalidade também se refere à emergência de redes multidirecionais e sobrepostas que facilitam a circulação de pessoas, recursos, práticas e ideias (GREINER e SAKDAPOLRAK, 2013). Ou seja, evidencia-se, aqui, os espaços criados através da migração. Não é o "lá", nem o "cá", mas a migração como um espaço social em si mesma.

Para Greiner (2011), a perspectiva translocal permite olhar para a migração, e também para os meios de vida, como um espaço social que é composto por diferentes localidades, facilitando a circulação de pessoas, recursos e ideias. Portanto, ao olhar para os diferentes locais que compõem o espaço social da migração é possível observar a dinâmica interdependente existente entre eles.

Os fluxos criados a partir dos deslocamentos de pessoas ganham maior relevância nas análises da migração. Estes fluxos são materiais (remessas de dinheiro e mercadorias), simbólicos (estilos e modas, ideias, imagens, símbolos, etc.), além, é claro, do fluxo de informações (conhecimentos, comunicação, direitos, atividades políticas, culturais e econômicas, etc.). Ao olharmos para a circulação de coisas que existem dentro destes fluxos, é possível começar a perceber as transformações e as adaptações que vão ocorrendo na sociabilidade no interior das famílias e das comunidades e a importância das redes que vão se formando nos diversos locais do espaço social da migração.

3.3 Histórico da migração em Francisco Badaró

De acordo com relatos duas lideranças do município, Seu Cido e Dema[29], o início da migração no município de Francisco Badaró é atribuído ao final da década de 1930, mais precisamente a um grande período de seca que teria ocorrido entre os anos de 1937 e 1939.

[29] Para traçar o histórico de migração de Francisco Badaró, recorremos à metodologia de História Oral, tendo como base entrevistas feitas com dois personagens do município: Seu Cido e Dema. Seu Cido é morador da comunidade de Tabuleiro Grande, sendo reconhecido como uma liderança comunitária e também é membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Badaró, onde atuava, na época da pesquisa como um dos diretores. Além disso, desenvolveu diversas ações e contribuições com o Serviço Pastoral do Migrante de Araçuaí, participando ativamente de missões, debates, seminários, entre outras atividades, como representante dos camponeses-migrantes. Dema, por sua vez, reside na sede urbana do município e já atuou como membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no município e região e também é membro histórico do STR, além de contribuir também nas atividades do SPM-Araçuaí. Na época da pesquisa ele ocupava o cargo de Secretário Municipal da Água, secretaria especial responsável por questões relacionadas ao abastecimento de água, principalmente para as comunidades rurais. Ambos, pelo histórico de atuação junto aos camponeses e comunidades que estão inseridas no processo de migração, nos passaram informações valiosas e interessantes, dando-nos uma visão geral e prévia sobre a migração no município. Comparando os dados fornecidos por eles com dados obtidos por outros pesquisadores em outros municípios e comunidades da região, pudemos perceber certa coerência entre fatos e datas que nos deu garantia e confiança para utilizar as informações como fonte de dados para a presente pesquisa.

Em decorrência deste período de seca, a região passou por muita dificuldade, inclusive, muita fome, o que teria levado muitas pessoas a migrarem à procurar de outras fontes de renda. Os principais destinos dos primeiros migrantes foram o interior de São Paulo e o Mato Grosso, para trabalharem com a "abertura de mata no machado", ou seja, na derrubada da mata e abertura de novas fazendas naquelas regiões. De fato, durante nossa permanência no município, ouvimos diversos relatos que apontavam para este tipo de migração nas décadas subsequentes, 1950 e 1960, revelando outros destinos como o estado do Paraná e o Paraguai.

Cabe observar aqui que relatos trazidos por outros pesquisadores mostram que na "região de migração" do Vale do Jequitinhonha as migrações começaram antes mesmo do período apontado. Ribeiro, Galizoni e Assis (2004) remetem o início das migrações da região nordeste de Minas Gerais a meados do século XIX e início do século XX, que já nesta época era marcada por viagens sazonais, para colheitas de café na *mata* mineira (primeiro para a região de Ponte Nova, atual Zona da Mata Mineira, e depois para a região de Teófilo Otoni, atual Vale do Mucuri) e derrubadas de mata no interior de São Paulo e do Espírito Santo, além de partidas definitivas para estes mesmos destinos.

Contudo, foi a partir da década de 1970 que o movimento migratório começou a se intensificar, tendo como principal destino o corte da cana no interior de São Paulo. De acordo com os relatos, num primeiro momento os migrantes saiam por conta própria do Vale em busca de trabalho. Foi somente num segundo momento que apareceu a figura do "gato" (que posteriormente tornou-se o empreiteiro), que arregimentava as pessoas nas comunidades e era responsável pela formação das turmas de trabalho. Mesmo assim, alguns ainda preferiam ir "por fora", para não criar uma dívida com o gato antes mesmo de chegar aos canaviais. Nessa mesma época, retornou a migração para a colheita do café e surgiu a migração para o algodão, ambos no interior do estado de São Paulo, e, quando o último entrou em declínio, apareceu a migração para a laranja e para a colheita da banana, esta última na região de Santos-SP. Em Francisco Badaró, a migração atinge grande proporção, como um fenômeno social, na década de 1980. Neste período, segundo os relatos, havia comunidades em que não ficava quase ninguém, especialmente naquelas em que o destino era a colheita do café, para o qual migravam, muitas vezes, as famílias inteiras, incluindo as crianças pequenas. Foi neste período também que ocorreram muitas migrações definitivas para as capitais – como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – e também a migração temporária para trabalhos nas regiões urbanas, como a construção civil.

Já nos anos 2000 começou a haver uma grande diversificação dos destinos da migração. O que significa dizer também que começou a haver uma grande diversidade nos tipos de migração. Esta diversificação aparece em relação a novos locais – como cana no sul de Minas Gerais, no Mato Grosso e em Campos dos Goytacases-RJ, ou café no sul de Minas e Espírito Santo – e a novas atividades – como o trabalho de vendedor ambulante nas praias em épocas de temporada, na Bahia e até mesmo em Santa Catarina, ou no setor de serviços, como garçons em restaurantes. É interessante destacar ainda que nos relatos existe a percepção de uma mudança qualitativa na migração, a partir dos anos 2000. Antes, ia a família inteira para a colheita do café, tirando as crianças da escola. Agora, isso já não vem ocorrendo tanto. É perceptível nos relatos a vontade de que os filhos fiquem na escola pelo menos até completarem o ensino médio. Mas, além disso, esta mudança qualitativa na migração está relacionada também com as políticas públicas de transferência de renda que vinculam a participação nos programas sociais do governo à frequência escolar dos filhos. Dada a grande importância relativa destes programas na renda total das famílias, como uma fonte de renda fixa e constante, representando assim maior segurança para a reprodução social, deixa-se de migrar a família inteira.

Mesmo com a diversificação na migração ocorrida nesta primeira década do século XXI, no município de Francisco Badaró (e, provavelmente, na maioria dos municípios desta região de migração) a maior parte da migração concentra-se nas atividades de colheita do café (Sul de Minas Gerais e interior de São Paulo), no corte da cana (região do Triângulo Mineiro, interior de São Paulo e para os estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e na construção civil em grandes centros urbanos (São Paulo, capital, e cidades maiores do interior daquele estado, Rio de Janeiro e Belo Horizonte).

Buscar uma visão geral sobre todo o município pode revelar aspectos interessantes para a análise do fenômeno da migração em suas mais diversas modalidades. As ocupações e atividades atuais e pregressas dos dois informantes, Seu Cido e Dema, que os coloca em contato com moradores das várias comunidades permite que eles tenham uma ideia geral do movimento migratório a partir do município. Desta forma, eles foram capazes de identificar, dentre aquelas três atividades principais, fluxos específicos entre determinadas comunidades em direção a determinados destinos. A associação feita por eles entre as comunidades e as atividades de destino está apresentada no Quadro 2.

Mesmo considerando que esta identificação dos fluxos ligando determinada comunidade com uma atividade como destino da migração foi feita a partir de dados não

sistematizados provenientes da percepção de duas pessoas que ocupam posições de liderança, estes dados nos mostram indícios interessantes para pensarmos a migração. É importante destacar ainda que os próprios informantes fizeram questão de afirmar que é possível encontrar os mais diversos destinos e atividades para a migração em todas as comunidades listadas, tratando-se, portanto, aqueles destinos, de serem os mais relevantes em relação ao número de pessoas envolvidas. Ou seja, as atividades listadas no Quadro 2 não devem ser vistas como único destino dos camponeses migrantes daquelas comunidades.

Quadro 1: Associação da atividade de destino com as comunidades de origem dos migrantes de Francisco Badaró

Atividades de destino da migração	Comunidades
Colheita do Café	Tocoiós, Mocó, Passagem, Serra, Barreiro.
Colheita da Cana	Cachoeira, Córrego do Mel, Lagoa do Melado, Macucos, Itapicurú, Cemitério de Adão, Barreiro, Zabelê.
Capitais: São Paulo e Belo Horizonte	São João da Ponte, São João de Cima, São João de Baixo, Empoeira, Zabelê, Pachecos, Lagoa do Melado.

Fonte: Dados próprios coletados em pesquisa de campo.

Feitas estas considerações, somente pelo fato de ser possível fazer esta associação, comunidade-atividade, demonstra a importância das redes que se formam em decorrência da migração, pois fica clara a tendência de as pessoas mais próximas, em decorrência das relações de parentesco e/ou de vizinhança, migrarem para as mesma atividades, ou, até mesmo, para os mesmos locais. De fato, é comum a concentração de migrantes oriundos da mesma família ou comunidade em uma determinada usina ou fazenda de café. O alcance destas redes pode ser ainda maior, quando nos atentamos para o fato de que as comunidades elencadas no Quadro 2 para cada atividade são, em sua maioria, vizinhas uma das outras. Isto nos leva a inferir que as redes extrapolam o âmbito da comunidade e que um trabalho de pesquisa para levantar esses dados poderia revelar uma relação de regiões do município com determinados destinos.

Os relatos também revelam dados interessantes para as capitais. Para este destino encontramos tanto a migração temporária para trabalharem, principalmente, na construção civil, quanto a migração definitiva. Embora estejamos dando maior ênfase, neste trabalho, para a migração temporária, ou sazonal, a saída definitiva também é bastante comum na

região. Os informantes chegaram mesmo a dizer, por exemplo, que na comunidade de Zabelê deve ter mais gente morando em São Paulo do que na comunidade de origem. A migração temporária para as capitais guarda ainda uma especificidade em relação àquelas para trabalhos agrícolas. Enquanto estas são marcadas pelo tempo das safras agrícolas, a migração para as capitais tem um tempo maior de retorno, fazendo com que os migrantes fiquem ausentes por dois ou três anos. Mesmo na migração definitiva, os laços de parentesco e vizinhança estão presentes e se mantém, constituindo as redes, o que leva à concentração das pessoas da mesma família ou comunidade em determinadas cidades, ou, mais específico ainda, em determinadas regiões ou bairros das cidades. Na cidade de São Paulo, por exemplo, os relatos apontam para uma grande concentração de badaroenses nos bairros do Brás e do Largo do Pari.

3.4 Migração Sazonal em Tabuleiro Grande

A partir do debate feito acerca da migração, migração sazonal e da perspectiva de translocalidade e dos relatos obtidos em campo, pudemos observar algumas características e perceber algumas transformações que foram ocorrendo ao longo das décadas de inserção na migração. A migração como deslocamento físico representa uma importante contribuição na renda das famílias, o que fica claro quando o motivo apontado para a saída é a busca por trabalho. Em relação à decisão de migrar, há uma distinção entre as motivações dos filhos para aquelas dos pais, ou seja, nas famílias que possuem filhos migrantes, a saída deles é apontada pelas mães como uma escolha individual. Mas como vimos, a migração é um deslocamento no espaço físico qualificado, social, político, cultura e economicamente, e os relatos trazem outros fatores que a perspectiva da translocalidade poderá nos ajudar a entender. Primeiro, as redes de sociabilidade que vão se formando ao longo de toda a trajetória migratória, em diversos níveis, desde o local de origem até o local de destino, contribuem para facilitar a migração e servem como uma base que sustenta os diversos fluxos (de pessoas, de informação e de bens). Por fim, outro elemento recorrente em todos os relatos vivenciados, em geral, de forma dramática, diz respeito ao distanciamento, ou à ausência daqueles que migram. Estes relatos acabam por revelar um conflito recorrente entre a ausência, o estar longe, e o retorno financeiro do trabalho na migração.

Na comunidade de Tabuleiro Grande, está presente toda a grande diversidade de situações acerca da migração. Todas as famílias entrevistadas, e mesmo aquelas que tivemos

somente a oportunidade de conversar de maneira mais livre, possuem parentes (no plural!) que se mudaram para grandes cidades (em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, ou cidades do interior do estado de São Paulo, como Campinas, Ribeirão Preto ou São Carlos). Pelas informações que conseguimos levantar, alguns conseguem empregos no setor de comércio, trabalhando em lojas como vendedores, ou como no caso de uma das famílias entrevistadas que tem um filho morando na cidade de São Carlos que trabalha como açougueiro. Contudo, a maior parte consegue trabalho na construção civil, através de empreiteiras. Esta forma de inserção no mercado de trabalho nos parece, de certa forma, como uma continuidade do trabalho por safra, ou, como é comum no meio rural, o trabalho por empreita. Isto justifica, inclusive, um grande número de migrantes temporários que buscam a construção civil. Como o retorno, ao contrário das migrações para os trabalhos agrícolas, não tem data específica, a duração da migração, da ausência, normalmente é maior, em torno de dois a três anos. Para os trabalhos agrícolas, existe uma predominância da migração para o corte de cana, mas encontramos muitos casos de camponeses que vão para a colheita do café.

Outros destinos e outras atividades também apareceram em nosso trabalho de campo, mas quase como casos isolados. Ouvimos, por exemplo, um relato de uma mulher que já migrou para trabalhar em casa de família, como doméstica, há quase duas décadas atrás, ou um jovem que trabalhou por mais de um ano como garçom em um restaurante em Curitiba. O destaque das três modalidades de migração – migração definitiva, migração para a construção civil e migração para as safras agrícolas – não representa a exclusividade destes tipos, nem tão pouco que estes mesmos tipos estejam separados uns dos outro. Em vários relatos pudemos constatar que muitas das pessoas que hoje moram nas capitais ou no interior de São Paulo começaram como migrantes temporários ou sazonais para depois se estabelecerem por lá. Assim como não foram raros os casos em que após as safras, de café ou da cana, os migrantes ingressaram na construção civil, só retornando ao Vale do Jequitinhonha após dois ou três anos.

Passaremos agora a discutir os elementos apontados acima que aparecem de forma geral nos diversos relatos e que abarcam o debate em torno de toda, ou quase toda, a diversidade da migração. Estes elementos se interconectam uns aos outros, como ficará claro nas discussões a seguir.

3.5 A busca por “ganhame”: entre o retorno financeiro e a ausência

Como afirmou Sayad (1998), discutido anteriormente, toda migração é, em primeiro lugar, um deslocamento no espaço físico. Além disto, a migração começa com a premissa de estar vinculada à busca por trabalho. Em nosso trabalho de campo, sempre que perguntados sobre o motivo que os levam a migrar, a primeira resposta é que ali, na comunidade, no município, ou mesmo na região não tem empregos e que a seca dificulta a produção agrícola. E quando produz, não existem espaços de comercialização para todos.

> **P:** Ele costuma ir assim, dona Vera... por que a senhora acha que ele vai?
> **Vera:** Acho que ele vai porque precisa, né? Porque aqui não tem como, não tem "ganhame" nenhum, não tem trabalho. Porque precisa mesmo, por isso que ele vai. (D. Vera Lúcia, 42 anos, esposa e mãe de migrante)

> **Leonice:** Também, eu penso assim: ah, não sei se; a gente vê investindo em fábrica, tudo quanto é coisa, em tudo quanto é lugar; a gente não vê falando que; por que que aqui, na região nossa, ninguém vê; ninguém arrisca numa coisa dessa também, né? Porque tem que ter um emprego; não tem emprego, né? Se tivesse era tão diferente! (D. Leonice, 34 anos, esposa de migrante)

A vinculação direta entre a necessidade da migração e a falta de emprego na região apareceu em todas as entrevistas e conversas. A busca pelo "ganhame" surgi, assim, como o primeiro determinante da migração, ou seja, a sua dimensão econômica é o primeiro aspecto a ser levantado por aqueles que estão envolvidos diretamente no processo. De fato, como vimos anteriormente, foi justamente com a expansão do capitalismo, que significou a perda de parte dos meios de vida, ou, como caracterizamos, a quebra do complexo grota-chapada, que a migração se intensificou em toda a região. A limitação do acesso à terra, tanto aquelas de chapada agora ocupadas pelas empresas plantadoras de eucalipto, ou a mudança nas relações de trabalho e de agregação nas grandes fazendas inviabilizam algumas estratégias, levando à necessidade de novas formas de complementação da renda.

Maia (2004) estudou três comunidades do município de Araçuaí-MG, relativamente próximas da comunidade de Tabuleiro Grande, onde realizamos nosso trabalho de campo. Em sua pesquisa, a autora, que buscava olhar para a migração com os recortes de gênero e de reciprocidade, destacou também a busca por trabalho como o fator impulsionador da migração.

> A formação de reserva monetária suficiente para suprir tais necessidades, ou seja, "ganhar dinheiro", manifesta-se como motivo básico para migrar, porque o "lugar fraco" e "não corre dinheiro". A entrada dos camponeses mais efetivamente na economia de mercado – em decorrência de rearranjos de relações tradicionais de trabalho e da destruição de sistemas costumeiros de apropriação da terra – aumentou a dependência do mercado de produtos que antes eram produzidos por eles próprios (...). (MAIA, 2004, p. 111)

A entrada destes camponeses mais efetivamente na economia de mercado se dá pela inserção como vendedores de força de trabalho, mas também como consumidores de mercadorias. E estas mercadorias não se limitam àquelas que substituem o que antes eram

produzidas na propriedade, mas vai além delas, pois novas mercadorias passam a fazer parte do cotidiano daquelas famílias, como veremos mais adiante. Por hora, interessa-nos pensar que esta inserção como vendedores de força de trabalho é viabilizada por meio do acesso aos postos de trabalho que exigem baixa qualificação, ou nas atividades agrícolas, com as quais, os camponeses já estão mais familiarizados.

É importante destacar ainda que a entrada na economia de mercado não representa somente uma entrada em novas relações de trabalho, mas representa a entrada em novas relações sociais que provocam mudanças na própria concepção de mundo daqueles camponeses. A necessidade do dinheiro passa a ser um elemento fundamental no cotidiano das famílias, até mesmo para manterem a produção agrícola em suas propriedades. Esta necessidade coloca um dilema que também surgiu em todas as entrevistas: o conflito existente entre a ausência daquele que migra e o recurso financeiro adquirido com a migração. Ora a migração surge como algo bom, quando a melhor situação atual da família é atribuída ao trabalho fora, e ora como ruim, devido à ausência e ao distanciamento. Este conflito aparece, por exemplo, quando perguntamos às esposas e mães o que elas achavam da migração, ou se elas achavam melhor a migração para a cana (cuja safra dura cerca de oito meses) ou para o café (com duração de três ou quatro meses).

> **P:** E como você vê a migração?
> **Mariana:** Pois é. O ruim é que tem que sair todo ano, ficar longe dos filhos, né? E assim, o bom é que ele tá trabalhando, né? Aqui não tem como trabalhar, não tem serviço. Aí, tem que sair sempre pra fora.
> (...)
> **P:** E para você, qual você acha que é melhor, o café ou a cana?
> **Mariana:** Vixe. Não... Porque, assim, o café é menos tempo, né?; o café é menos tempo, mas ganha menos. Na cana, fica mais tempo... mas no café é pouco tempo. É bom que chega mais cedo, né?, não fica tão longe. (D. Mariana, 29 anos, esposa de migrante)

> **Vera Lúcia:** Ah, isso [a migração] é uma tristeza... ah, o pessoal tá saindo para fora, ficando esse tanto de mês, isso é muito ruim, é triste demais. Pessoal viver fora, nossa... da família... é ruim.Tem o retorno financeiro, mas também do lado pessoal é ruim, né?
> **P:** E se botar na balança... O que você acha melhor, seria estar aqui "apertado", junto, ou...
> **Vera Lúcia:** "Apertado" demais também não, né!... às vezes passa necessidade, passa fome, deixar os meninos passando... precisando das coisas, Deus o livre!, também é ruim. É difícil, isso aí é uma coisa meio complicada. (Vera Lúcia, 42 anos, esposa e mãe de migrante)

A entrada no processo migratório ocorre de maneira diferente para os jovens e para os mais velhos. Para estes, o que determina a saída é a necessidade de garantir as condições de reprodução social do grupo familiar; e para aqueles, sobressai os interesses individuais. Essa diferença é expressa na forma de investimento dos recursos: enquanto para os mais velhos o

dinheiro é empregado na manutenção da casa, reformas, pagamento de contas, ou investimento em patrimônio, para os mais novos o dinheiro é investido principalmente em bens individuais, como moto, roupas, aparelhos de sons e em festas e outras formas de lazer. Contudo, como já mencionamos anteriormente, mesmo voltados para o uso individual, estes recursos que os jovens trazem compõem as estratégias de reprodução familiar, diminuindo os custos de reprodução da família para os pais. Possibilitam, assim, a manutenção dos membros da família na unidade produtiva camponesa.

É preciso considerar ainda que após o longo período de migração sazonal, existe certa naturalização do processo migratório. Ao crescer vendo os pais, tios, primos e irmãos saírem todos os anos para trabalhar, as crianças, desde muito cedo, já manifestam a vontade de migrar também. O caso da D. Vera Lúcia é exemplar. Seu marido, Seu Valdino, migra por mais de 20 anos. O casal tem quatro filhos. Todos nasceram depois que o pai já havia se tornado migrante. O mais velho, ao completar 18 anos em 2012, abandonou a escola e foi, junto com um tio e um primo, para a colheita do café. De lá, outro primo que trabalhava numa empreiteira na região de Campinas o chamou e ele ficou mais um ano trabalhando na construção civil. E os mais novos, de 13, 11 e 5 anos, também já falam em migrar.

> **P:** Aí teve uma hora que ele [o filho] chegou para a senhora e disse: "Oh, mãe, vou sair"?
> **Vera Lúcia:** É, falou que ia para o café, que ia sair da escola. Aí eu falei com ele que não, depois que ele terminar os estudos primeiro. Mas não teve jeito não, pôs na cabeça que ia para o café, então foi.
> **P:** E o pai?
> **Vera Lúcia:** Também deu ele conselho que não saísse, terminar os estudos primeiro, depois tem muito tempo para trabalhar... (Vera Lúcia, 42 anos, esposa e mãe de migrantes)

Entre os jovens é comum sair da escola antes de completar o segundo grau para entrarem na migração. No caso do filho de D. Vera Lúcia, ele cursou até o primeiro ano, mas segundo ela, depois de ser reprovado uma vez, desanimou dos estudos e foi trabalhar. Este não foi o único caso que encontramos assim. Deixar os estudos para se inserirem na migração parece ser uma prática bastante recorrente.

A individualização da escolha pela migração oculta a dimensão coletiva que envolve o próprio processo. Se por um lado a decisão de migrar não é tomada a partir de um cálculo racional de vantagens e custos, por outro, tão pouco é fruto da simples vontade daquele que migra. Ela é, sim, fruto de processos sociais, culturais, econômicos e políticos, constituindo-se no que Sayad (1998) chamou de "fato social total". Em sua base encontram-se fatores estruturais que a condicionam como uma estratégia de reprodução social da família e a

manutenção da família num determinado patamar socialmente estabelecido de consumo e bem estar.

Isto nos remete ao debate acerca das ilusões necessárias para a manutenção dos fluxos migratórios. Apesar de os elementos condicionantes para além da dimensão econômica e das consequências sociais e culturais não passarem desapercebidos pelos migrantes, o fator econômico é posto em evidência para justificar as ausências. Mas nos próprios relatos trazidos até aqui e a reafirmação acima dos condicionantes das outras dimensões da vida, já discutidos neste trabalho, nos ajudam a desconstruir a ilusão da submissão única e exclusivamente econômica.

O caso de D. Vera Lúcia, relatado acima, também serve como exemplo para discutir a ilusão da provisoriedade. Como já foi discutido, mesmo o retorno, na maioria dos casos, acontecendo sempre ao final de cada safra, as recorrentes saídas prolongam o processo provisório indefinidamente.

> **P:** Tem muito tempo, dona Vera, que o marido da senhora migra?
> **Vera Lúcia:** Ah, que ele tá indo... desde o começo [do casamento], tem mais de 20 anos. 20 ou mais. Tem mais de 20 anos, porque meu filho tem 20, ele foi antes. É tem mais de 20 anos que ele vai pro corte de cana. (D. Vera Lúcia, 42 anos, camponesa esposa e mãe de migrante)

3.6 As Redes de sociabilidade e ajuda mútua

Partindo-se da perspectiva da translocalidade, as redes que se formam ao longo da trajetória da migração assumem um importante papel na manutenção e intensificação dos fluxos que surgem, sendo o de pessoas apenas um dentre eles. Mais do que isso, as redes podem se tornar uma condição de possibilidade da migração, ou seja, numa inexistência dessas redes vários fluxos não teriam condições concretas e objetivas para acontecerem. As redes, portanto, estão na base, na origem de muitos fluxos, como também sustentam esses fluxos ao longo do tempo.

É possível identificar diversas redes que vão se formando. A primeira é aquela que viabiliza uma determinada vaga de emprego. O migrante, quando sai, raramente o faz sem um conhecimento prévio de pessoas ou de indicações de postos de trabalho. Quem passa estas informações são justamente parentes, amigos e vizinhos que já estão inseridos no processo.

> É, a tendência é um puxar o outro. Nessa firma mesmo... Lá, foi o primo dele que puxou ele para lá. Um vai, fala para o outro que tá bom: "Vem, vem". Igual os meninos que foram para Curitiba, mesmo... Pensa na ligação de família. (Seu Cido, camponês-migrante e pai de migrante)

Nos dois exemplos citados por Seu Cido, ele se refere a seus sobrinhos. No caso do primeiro, que estava trabalhando na "firma", uma empreiteira ligada ao setor da construção civil na região de Campinas, ele foi trabalhar na colheita do café, no interior de São Paulo. Quando a safra acabou, o primo informou sobre a oportunidade desse emprego, oportunidade que o migrante aproveitou, estendendo, assim, o tempo de retorno, ficando cerca de um ano e meio sem retornar. Em relação aos meninos que foram para Curitiba, o primo que é garçom em um restaurante chamou outros dois para irem trabalhar no mesmo local. Tivemos a oportunidade de conversar com um desses que foram depois. Após ter largado a escola sem completar o ensino médio, ele ficou fora quase dois anos, retornando no início de janeiro de 2013. Este último caso apresenta ainda uma particularidade, pois o "menino" que voltou retomou os estudos e voltou a frequentar a escola.

Em muitos casos, o que pode viabilizar a migração é a ajuda inicial recebida de parentes que já migraram e residem nos locais de destino. Assim que conseguem certa estabilidade, os parentes que migraram primeiro "mandam buscar" irmãos, pais, mães para irem morar juntos no destino. As redes funcionam, portanto, como um suporte inicial necessário para a adaptação ao "novo" lugar. Este suporte aparece na disponibilidade de um lugar para ficar, ou mesmo com a indicação de um emprego.

O migrar junto com parentes e vizinhos, ou mesmo o migrar para os mesmos locais de destino constituem-se em outro tipo de rede, que contribuem para diminuir o estranhamento em relação ao lugar desconhecido do destino. Existe a tendência da migração, especialmente definitiva, ir se consolidando em locais específicos, nos quais os migrantes estabelecem residência o mais próximo possível dos seus conhecidos.

Por fim, é preciso destacar a rede que se forma no local de origem que dá suporte principalmente no cuidado com os filhos pequenos. D. Leonice, por exemplo, deixou o filho de 11 anos aos cuidados da irmã para que, em 2012, pudesse ter migrado para a colheita do café junto com o marido. Mesmo para as mulheres que ficam no local, esta rede de "cuidados" exerce um papel importante. Com a saída dos maridos, ficam a carga das mulheres todas as demandas do dia a dia, o que inclui diversas idas à cidade, por exemplo, para fazer feira e compras nos supermercados, participar de atividades e eventos promovidos por instituições (STR, ONG's, etc.), por questões de saúde (consultas, tratamentos, etc.). As redes, neste caso, ajudam a aliviar a sobrecarga causada pela ausência dos maridos.

As redes, portanto, contribuem na criação e na continuidade dos fluxos migratórios, criam condições para que aqueles envolvidos possam sair e servem de esteira para que os

demais fluxos aconteçam, destacadamente os fluxos de informações e os fluxos de bens e mercadorias.

3.7 Das cartas ao celular: os fluxos de informação

Durante a entrevista com D. Zenaide, o telefone tocou. Era Juninho, seu filho do meio, de 21 anos. Juninho, como a própria D. Zenaide faz questão de enfatizar, é seu xodó. Ele começou a migrar para o corte da cana em São Paulo com 17 anos. Depois de quatro anos indo e voltando, trabalhando no corte manual, ele conseguiu uma vaga como operador de colheitadeira mecânica de cana. Atualmente mora em São Carlos-SP, onde também moram seu irmão caçula e a irmã mais velha, além de quase todos os seus parentes mais próximos por parte de mãe (tios e tias e a avó). Quando o telefone tocou, D. Zenaide atendeu e espontaneamente ligou o viva-voz para que a conversa pudesse ser captada pelo gravador.

O primeiro assunto foi sobre as pessoas. D. Zenaide perguntou sobre a filha e o netinho. Juninho perguntou pelo pai e por outras pessoas do local. Depois, começaram a falar sobre o clima, o calor, a poeira. Perguntaram-se um ao outro o que estavam fazendo naquele momento. D. Zenaide então respondeu que estava fazendo almoço, enquanto Juninho estava se preparando para pegar seu turno no corte da cana. Depois começaram a conversar sobre as vacas, os pastos secos... Juninho querendo saber como as coisas estavam na comunidade. Nesse momento, o Sr. Paulo, marido da D. Zenaide e pai do Juninho, chegou. Alguns dos assuntos retornaram, trocaram informações e notícias cotidianas. Por fim, encerrou-se a ligação.

Esta cena do cotidiano que pudemos acompanhar ilustra como e que tipo de informações circulam entre os locais e entre aqueles que estão distante. O tempo, os animais e a saúde dos parentes figuram no diálogo como os principais temas presentes na troca de informações. O contato atualmente é facilitado pelo advento do celular que, em Tabuleiro Grande, é facilmente captado por antenas instaladas em cada casa.

> **P:** Juninho é o caçula?
> **Zenaide:** É o segundo. Nossa, mas ele me liga todos os dias, você acredita? Mas ele me liga todos os dias. Ontem mesmo eu saí, quando eu cheguei tinha 16 chamadas dele. Aí, eu fiquei preocupada, né. Aí, ele ligou e eu: "Quê que foi, Ju?". E ele: "Não, é pra saber como vocês estão". Assim, graças a Deus ele tá tão feliz, né, coitadinho, já sofreu tanto nesse corte de cana. Quatro anos cortando cana, né, moço. Desde novinho ele vai, né. (D. Zenaide, 42 anos, esposa e mãe de migrante)

O contato atualmente, como demonstrado no trecho da entrevista acima, é feito diariamente, ou de dois em dois dias. As notícias corriqueiras chegam instantaneamente. A

troca de notícias cotidianas é um elemento importante para a manutenção dos laços familiares e da ligação com o local de origem. Nos tempos de antigamente, quando a comunicação era feita por cartas, o distanciamento da família por aqueles que migravam era muito comum.

> **Leonice:** Inclusive tem gente que tem filho sumido, que não conhece mais, por causa que saiu novinho, de 13 anos, né, que saiu pra fora pra trabalhar. Minha sogra mesmo tem um filho. Ele saiu com 13 anos pra trabalhar. Saiu aqui pra Araçuaí; de caminhão?; de burro, né, de burro montado; era montado.
> **P:** E não tinha essa comunicação, né...
> **Leonice:** É não tinha nada! Então, se perdeu. Não sabia mais pra onde anda; deixa que ele também não sabe vir aqui mais. Eles fala que acha que ele não sabia que ia sozinho, com 13 anos. Ficou sozinho num lugar que ele não conhecia. Igual: ia de animal, né; a estrada mudou muito, não conhece. E é aquela história, num tem notícia, né, sem poder ajudar. Como vive no mundo ninguém nem sabe, né? (D. Leonice, 34 anos, esposa de migrante)

> Igual meu irmão mesmo: meu irmão eu não sei pra onde que ele anda não; nem sei nem notícia dele. Em 82 teve que levar todo mundo. Bastião, meu irmão. Meu irmão me deixou e sumiu no mundo, né. Os outros, mais ou menos, deixei tomando gosto. Tinha um que eu tinha contato com ele, sempre ia lá na casa dele em Americana, num sei onde que ele anda mais, né? Se tá em Americana ou se tá onde que é. Eu procurava entrar em contato com ele. Comunicar, né? Ele que mudava de endereço; o meu endereço é o mesmo. Sumiu; então deixa sumir, né; um dia ele vai ver que tem irmão. Porque pai não contava com ele mais não; porque quando pai tava vivo eu falei com ele: "pai tá assim, doente, né, precisando d'ocê. Vem cá visitar o véio..." Pois pai morreu e ele não veio ver pai, vai vir ver os irmãos? (Seu Cido, camponês-migrante e pai de migrante)

A comunicação feita através de cartas trazia algumas dificuldades para a manutenção dos laços. Primeiro, a comunicação por cartas pode se tornar difícil num local com baixos índices de escolarização e com grande número de analfabetos e semianalfabetos. Por isso havia, muitas vezes, a necessidade de se recorrer a "escribas". Segundo, o serviço de correio não alcança as comunidades. Assim, as cartas são endereçadas aos STR's, casas de parentes que moram na sede dos municípios, ou, ainda, como no caso de Francisco Badaró, as cartas são entregues num estabelecimento tradicional de comércio, sendo necessário que os moradores se desloquem até a sede do município para buscarem suas correspondências. Por fim, o tempo de circulação da informação, da carta enviada até a chegada da resposta, era muito longo. Em vários relatos apareceu a situação na qual algum parente do migrante havia falecido, mas quando a notícia chegava até ele, já tinha sido enterrado o corpo. Também era comum, dizem, o migrante chegar antes da carta enviada.

> Tinha vez que escrevia a carta, né, às vezes chegava primeiro que a carta. (D. Leonice, 34 anos, esposa de migrante)

Com a instalação de postos telefônicos em algumas comunidades, a comunicação tornou-se mais frequente, embora não tenha eliminado as cartas como principal forma de comunicação, como constatou Maia (2004). Segundo a autora, estes telefonemas eram rápidos, ficando assim para as cartas a expressão dos sentimentos e o relato da experiência da

migração. Com a instalação dos postos telefônicos, a comunicação passou a acontecer de 15 em 15 dias ou até mesmo semanalmente.

> Mudou. Porque antes, quando ele... é... trabalhava, não sei se na usina ainda, a gente ia lá no Melado [comunidade vizinha] pra conversar, né. Porque antes era por carta, né. Aí demorava um mês pra chegar lá, um mês pra chegar aqui. Aí, depois desse telefone lá no Melado, aí, nós, de quinze em quinze dias, ou de oito em oito dias, nós tava lá. E pagava dois reais... Se caísse a ligação, era mais dois, né. Quando tinha vez que caía a gente ficava caladinha e batia lá de novo (risos). (D. Neusa, 27 anos, esposa de migrante)

Geralmente aos domingos, as mulheres das comunidades vizinhas se dirigiam para a comunidade que tinha o posto telefônico e ficavam ali, próximo, esperando os maridos ligarem. Quando o telefone tocava, um responsável atendia e chamava as mulheres pelo nome. Como eram muitas mulheres e a espera pelo telefonema do marido durava horas, muitas desistiam depois de um tempo, o que podia gerar um conflito caso o marido ligasse e recebesse a notícia de que a esposa tinha ido embora, ou não estava presente. Outros conflitos surgiam quando alguma mulher demorava um pouco mais ao telefone, causando o protesto das demais, que ainda aguardavam. Do outro lado, muitos maridos não conseguiam ligar, devido à grande demanda, por causo do telefone sempre ocupado.

A chegada do celular na comunidade de Tabuleiro Grande, portanto, representou uma nova dinâmica na comunicação entre as localidades, de origem e destino, e entre os que ficam e os que migram. A facilidade em manter o contato e em obter notícias de forma mais rápida fez com que a comunicação passasse de um intervalo mensal para uma comunicação quase diária. Mas é preciso considerar que a mudança na circulação da informação não se restringe apenas à velocidade ou frequência dos contatos. Ao mudar o meio de comunicação, muda-se qualitativamente as próprias informações que são passadas.

Além desta troca de informações relacionadas aos fatos cotidianos, notícias de parentes e amigos e as formas de realização dessas informações, é preciso considerar que o fluxo de informações abarca uma série de conhecimentos, direitos, atividades políticas, culturais e econômicas que são experimentados por aqueles que migram e, direta ou indiretamente, por aqueles que não migram. A inserção em realidades distintas gera uma série de novos conhecimentos que passam a compor a própria percepção do mundo. Por isso, quando voltam, os migrantes já não são os mesmos, como afirmou Martins (1988). A importância do conhecimento sobre a legislação trabalhista pelos camponeses do nordeste na transformação das relações com os engenhos de cana, apontada por Garcia Jr. (1989) é outro exemplo de como a circulação da informação influencia nas transformações que ocorrem na sociabilidade do local de origem. A interconexão entre os fluxos acaba facilitando também o

estabelecimento de novos fluxos de informação. É o caso do celular que facilita a comunicação entre os parentes distantes, e também a televisão, que apresenta novas perspectivas e gera novos conhecimentos, ampliando as possibilidades, os sonhos e os projetos individuais e coletivos.

3.8 Os fluxos de mercadorias

Uma caminhada pela comunidade de Tabuleiro Grande revela ao observador pelo menos dois aspectos. O primeiro são as casas que, em sua maioria, percebe-se, foram reformadas recentemente. Algumas ainda sem reboco, talvez esperando novas remessas da migração. Mas quase todas hoje em dia são feitas de alvenaria, com telhados novos. À primeira vista, causa um contraste com aquela imagem comumente associada à pobreza rural e a lugares como o Vale do Jequitinhonha: as casas de "enchimento", feitas com tijolos de adobe[30] e telhas de "coxa"[31]. Num segundo momento, o olhar mais atento para as casas revelam a presença de duas antenas – a parabólica e a de celular – que já dão algum indício de que aquela visão romantizada, que concebe uma forma de vida rústica, numa economia de subsistência, voltada para o autoconsumo e isolada, não corresponde à realidade. Como já discutimos anteriormente, a inserção daquela população na sociedade capitalista e as transformações ocorridas nas condições de produção e reprodução da vida levaram a uma maior interação com a economia de mercado, como vendedores de força de trabalho e como consumidores. Um certo isolamento da região – isolamento este devido às próprias condições de transporte precárias e à distância para os grandes centros urbanos e industriais do país – foi sendo, pouco a pouco rompido pela expansão capitalista, primeiro, e intensificado pela migração, ao longo de todos esses anos.

As redes que foram se consolidando a partir dos movimentos migratórios e os fluxos de informações possibilitaram a consolidação dos fluxos de coisas e mercadorias e ampliaram as possibilidades e as necessidades socialmente estabelecidas de consumo e de promoção do bem estar das famílias.

> **P:** Essas coisas todos vocês conseguiram por causa da migração?
> **Leonice:** Tudo, tudo, tudo. Não tem... como diz, não é daqui... não tem uma parede aqui que eu não posso falar que não é. Porque tudo, tudo, é. É, que antes deles irem... até 1998, aqui nesse lugar aqui a gente passava muita fome, né? Não tem esse

[30] Tijolos de adobe eram muito comuns em diversas regiões do Brasil rural, e em certa medida ainda são bastante encontrados. Trata-se de tijolos feitos de barro, secados ao sol e empregados crus nas construções.
[31] Telha de "coxa" é o nome dado às telhas feitas por camponeses no próprio local. O nome é uma referência ao molde utilizado para dar o formata à telha, que é a própria perna, ou a coxa, daquele que a faz.

> pra falar que não passava: passava. Teve um ano passado... sei lá... se bem lembrado por todo mundo, antes era assim, como se diz, até esqueci, antes do real, né: que a gente trabalhava cedo pra comprar de tarde; quando chegava lá o dinheiro não dava, né? Então... ninguém... é... quando a gente via uma casa melhor, não aqui no lugar, mas em outro lugar, em cidade ou o que, a gente, às vezes, sentava sonhando; que minha irmã mesmo dizia assim: "Eh, diabo, um dia vou comprar uma geladeira pra mim". Aí, o outro ia e dizia pro outro assim: "Cê tá pensando que você ganhou na mega-sena? Tá pensando que você ficou rico?". Tá entendendo? E hoje quando você olha que você fala assim: "Meu Deus, eu consegui isso!". E eu, pra mim, em vista de antes, se for olhar hoje, né, e graças a Deus com a migração, assim, é ruim e bom. Mas é... junta isso, tem seu lado ruim, mas tem o seu lado bom: que o que já tem hoje a gente já pode considerar rico. (D. Leonice, 34 anos, esposa de migrante)

Neste depoimento, D. Leonice demonstra como as remessas são importantes para conseguir os bens que antes pareciam impossíveis. A data que ela aponta coincide com a chegada de energia elétrica na comunidade, 1998. Com a migração e com a energia elétrica, as coisas que estavam fora do horizonte de possibilidades passam a estar ao alcance. Com a migração do marido, que, aliás, começou a migrar antes de se casarem, conseguiram construir a casa em que mora a família (ela, o marido e o filho único do casal de 12 anos). Depois, mobiliaram a casa com a aquisição de móveis e eletrodomésticos. O investimento nas casas é feito aos poucos; a cada ano, a cada nova remessa, faz-se um cômodo, ou uma parte da casa. E a cada nova aquisição vai se abrindo novas possibilidades, ou, melhor ainda, vão sendo colocadas novas possibilidades no horizonte. O relato de D. Leonice sobre a instalação da energia elétrica ilustra como as coisas que vão sendo adquiridas ampliam essas possibilidades.

> Pra dizer a verdade, na época que a gente colocou energia, é, todo mundo lembrou de colocar o tocador [interruptor], mas ninguém andava pondo tomada, né? Aí, depois que comprou os "trem" que ia lá e instalava as tomadas. Tinha nem esperança de ter isso não, bobo! (D. Leonice, 34 anos, esposa de migrante)

Hoje, ela possui uma cozinha completa, equipada com os mais diversos eletrodomésticos. Não somente ela, mas em todas as cozinhas que tivemos acessos pudemos observar a presença de fornos micro-ondas, batedeiras, sanduicheiras, liquidificadores, etc.

> **P:** Mas por que o micro-ondas era o seu sonho de consumo?
> **Leonice:** Eu não sei. (risos). Assim, sempre quando passava essas casas [em programas de televisão que reformam casas para família pobres]; eu gosto de assistir isso tudo, né? E eu não tenho interesse de ficar olhando quarto, nada não. Aí, às vezes eu tô fazendo comida aqui, eu já grito: "Filho, quando passar a cozinha cê fala comigo". Aí, eu saio correndo pra modo de olhar a cozinha; que eu achava bonito, né? Aí, eu tô assim: eu tô fazendo de tudo. Aí, uai, trabalhar; a primeira coisa, se Deus quiser, eu comprei, foi isso. Aí, eu comprei, graças a Deus. Pequininho, mas comprei: um forno micro-ondas.
> **P:** E faz o que nele?
> **Leonice:** Uai, pois isso não é bom não, quando acaba o gás? Que nós aqui não tem esses trem; gás, esses trem não. Acabou ali na venda, acabou pra nós também, né? Aí, quando não tem: pra esquentar comida. Só não uso direto pra economizar energia. Olha pr'ocê vê: onde tá ele ali, nem tomada não tem. Mas ocê agora, cê entendeu por quê, né? Eu só; ó, aqui quando fez; aí o homem falou assim: "Onde é que eu vou por a tomada?". Eu falei: "Põe uma ali, como diz, se Deus quiser um dia eu compro um liquidificador." (risos). Aí não tem mais nenhuma lá, falando sério; é verdade, ficou lá, ó, no canto, pra um dia ter um liquidificador. Aí ele falou assim: "Uai, gente, mas não vai por uma tomada pra geladeira?". Aí, ele foi e colocou a

> tomada dali, ó. Mas na hora não lembrei de falar com ele que: naquele tempo não sabia que um dia ia poder comprar. (D. Leonice, 34 anos, esposa de migrante)

A importância das remessas, ou dos recursos financeiros e materiais, conseguidos através da migração vem ganhando destaque especialmente nos estudos que adotam a perspectiva da translocalidade. Greiner (2011), por exemplo, constatou que a casa, ou a habitação, é um componente central para o investimento dos recursos. Para o autor, o dinheiro conseguido através da migração é investido, primeiramente, no melhoramento da casa da família. Long (2008), estudando a migração internacional a partir do Peru para a Itália, afirma que muitos estudos sobre migração vêm dando ênfase na necessidade de ampliar a noção de "remessas" para abarcar os componentes sociais e culturais inerentes às transferências de dinheiro, capital, ou mercadorias, feitos pelos migrantes para seus parentes que ficaram no local de origem. O papel destacado pela perspectiva da translocalidade às "remessas" e aos impactos destas nos locais de origem, no âmbito da família ou mesmo da comunidade, tem como objetivo tentar perceber justamente como ocorrem as transformações nos meios de vida e na sociabilidade nas comunidades de origem a partir da migração. Neste mesmo sentido, olhar para as coisas em si mesmas pode contribuir para a compreensão destas transformações a partir da perspectiva da vida social das coisas. "Para isto, temos que seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias" (APPADURAI, 2008, p.17). O que o autor propõe é que se do ponto de vista teórico são os atores humanos que dão significado às coisas, do ponto de vista metodológico, são as coisas em movimento que elucidam seu contexto social. Na perspectiva da vida social das coisas as mercadorias são construídas culturalmente. A demanda está em função das práticas e das classificações sociais. O desejo por bens é visto como algo fundamentado e dependente da cultura. Existe, portanto, uma regulamentação social da demanda (e, consequentemente, do consumo), "mesmo quando as condições técnicas e logísticas para uma revolução do consumo foram atendidas" (APPADURAI, 2008, p.47).

A televisão é uma mercadoria interessante para esta reflexão. Mais do que uma coisa material, mais do que um objeto, ela carrega consigo, ou em seu uso, os valores simbólicos, sociais e culturais, ao apresentar um "novo" modelo de vida, de organização da casa, de móveis e eletrodomésticos, enfim, novas possibilidades de comportamentos e de consumo. Como na região, principalmente nas comunidades rurais, o sinal de televisão chega somente via antena parabólica, a programação que as pessoas acompanham é, na maioria dos canais, de São Paulo. Dessa forma, a televisão acaba aproximando também as pessoas que ficam na

comunidade com o local de destino para o qual seus parentes migraram, através das notícias dos telejornais ou programas locais daquele estado.

A ideia de atribuir vida social às coisas nos remete a conceber as próprias coisas como portadoras de conhecimentos e de relações sociais, na medida em que demandam daquele grupo que as consome novos conhecimentos e novos comportamentos. Como afirma Appadurai (2008, p. 67), "[...] a história social das coisas, mesmo das mais comuns como tecido, reflete alterações extremamente complicadas na organização do conhecimento e dos modos de produção". Contudo, se por um lado estamos entendendo que as mercadorias e seus usos/consumos provocam novos comportamentos e novos conhecimentos, ou mesmo ressignificam os "antigos", as próprias mercadorias também são ressignificadas em diferentes contextos sociais justamente em seus usos e nas formas de consumo.

Um exemplo que nos chamou a atenção neste sentido foi a própria televisão. Se por um lado ela apresenta novos comportamentos, novas possibilidades de consumo e novos valores, por outro ela permite a expressão da religiosidade, aspecto muito importante para aquela população, através das missas televisionadas. Como as missas são realizadas na igreja das comunidades rurais uma vez por mês (e não raro este intervalo é ainda maior), a televisão coloca a possibilidade de acompanhá-las diariamente. Mas, além disto, chamou-nos a atenção em várias casas que entramos para fazer nossas entrevistas a presença de copos cheios d'água dispostos diante da televisão, enquanto estava sintonizada na transmissão da missa. Ao perguntarmos sobre a presença do copo, descobrimos que aquela água estava ali para ser benta. E, após a benção do padre, via televisão, a água é bebida e compartilhada por todos os presentes no momento.

No caso da migração dos mais jovens e ainda solteiros, os recursos conseguidos na migração são investidos em coisas e mercadorias que atendam demandas mais individuais; diferentemente da migração daqueles que já têm família, cujo investimento prioritário está voltado para a melhoria da casa e do bem estar da família. Esta diferença não é novidade, no sentido de ser uma expressão do comportamento da juventude atual. No relato dos mais velhos, os jovens que migravam ainda na década de 1980 já apresentava este padrão.

> A juventude ia porque naquele tempo tinha vontade de comprar um cavalo bom, cela boa. No tempo dele é o que a gente falava "no tempo do 'R'", né?, os 5 R's: roupa, relógio, revólver, rádio e radiola. Antigamente era só isso, depois o pessoal passou... acaba que tinha que sair e tinha que comprar roupa mesmo, roupa boa, tinha que sair... conseguia um cavalo arriado, né... Agora é a moto, né; hoje já é a moto. (Seu Cido, migrante e pai de migrantes)

Ou seja, a diferença na migração dos jovens daquela época para a dos jovens atuais está nos tipos de mercadorias compradas. Atualmente, as mercadorias giram em torno das roupas,

dos celulares e, principalmente, da moto. Também destinam parte dos recursos para gastarem nas festas da região. Numa roda de conversa sobre a migração com três jovens, um deles, de 21 anos, que migrou por dois anos para trabalhar como garçom em Curitiba, nos contou que ao chegar no Vale (mais ou menos seis meses antes da entrevista) a primeira coisa que fez foi comprar a moto. E que a segunda coisa foi comprar um guarda-roupa. Ele contou que chegou a gastar mais de mil e quatrocentos reias somente em roupas. Por fim, disse que boa parte do dinheiro que conseguiu trabalhando em Curitiba foi gasto em festas. A migração, nestes casos, ganha a qualidade de *status* social que é adquirida por aquele que migra. As mercadorias trazidas, ou adquiridas, pelos jovens trazem consigo o signo do moderno, como também foi identificado por Botelho (1999). Este *status*, do moderno, do estar na moda, que de certa forma pode ser relacionado com os padrões acessados através das experiências nos locais de destino da migração, bem como com os valores apresentados pelas novelas e programas de televisão, aparece na fala dos jovens quando dizem que o retorno da migração desperta o interessa das meninas, facilitando, para eles, a paquera e o namoro. Nas palavras deles, "mesmo os mais feios conseguem namoradas depois de retornarem da migração".

A moto, como principal objeto de consumo dos jovens, também é interessante para demonstrar como as mercadorias demandam novos comportamentos e novos conhecimentos. O primeiro aspecto a destacar é a facilidade que ela proporciona no deslocamento, alterando tanto a percepção do tempo quanto das distâncias. Ela dinamiza tanto o contato dentro da própria comunidade, como as visitas uns aos outros, os recados e as rodas de conversa nos fins de tarde, quanto para fora da comunidade, no acesso à sede do município, por exemplo. Por outro lado, ao substituir o cavalo como meio de transporte, agora é preciso entender como a moto funciona, os procedimentos necessários para sua manutenção e até mesmo para pequenos reparos, o preço da gasolina, os modelos e as potências dos motores de cada um, enfim, conhecimentos que não faziam parte daquele cotidiano.

3. 9 Considerações Finais

> **P:** Ali do lado é o que? Batedeira?
> **Leonice:** É. Aquilo ali, como diz, a gente tem que ter um pouco de paciência com as coisas, não pode ir comprando não, né? Aí eu falei assim: "Eu compro meus "trem" também!". Cê tá olhando esses "trem" que eu tô falando co'cê. E aí, eu fui e anotei; e eu vi passando uma promoção das Casas Bahia na televisão, né? Uma irmã minha mora em São Paulo. Aí o Romeu tava trabalhando lá na usina. Aí, eu peguei, liguei para ela e falei com ela que tava de promoção os "trem" tudo. Só que ela olhasse pra mim se tava de promoção, de verdade. Aí, ela olhou e falou comigo que tava. Aí, eu falei assim: "Fala com Romeu, que se ele tiver com dinheiro aí, ele dá ocê.

> Aproveitar que tá na promoção pra poder comprar". (D. Leonice, 34 anos, esposa de migrante)

Os diversos fluxos que buscamos demonstrar até aqui, que surgem e são mantidos a partir das redes e do espaço social da migração, se interconectam e se relacionam o tempo todo. Até mesmo o fato de separá-los para organizar a exposição dos resultados do trabalho de campo e da coleta de dados para a pesquisa é uma tarefa difícil. Quando perguntada como havia adquirido os diversos eletrodomésticos que estavam presentes em sua cozinha, D. Leonice sintetiza, na sua resposta, toda a complexidade destas interconexões. Como podemos perceber na citação acima, ela viu através de uma propaganda na televisão – o fluxo da informação possibilitado pelo fluxo da mercadoria – que os eletrodomésticos estavam em promoção e acionou, pelo telefone, uma irmã que mora em São Paulo – a continuidade do fluxo da informação através do fluxo de pessoas – para que entrasse em contato com o marido que estava no corte da cana – aqui, a interconexão entre as duas modalidades da migração, a definitiva e a sazonal – e lhe falasse para comprar as mercadorias em promoção e as trouxesse no momento do seu retorno – novamente, o fluxo de pessoas e de mercadorias.

O espaço social da migração, a qualidade de translocalidade, de não estar "lá nem "cá", e estar nos dois locais ao mesmo tempo, possibilitam que D. Leonice possa ter acesso a mercadorias por meio de uma grande rede varejista, mesmo quando a loja mais próxima esteja a pelo menos 500 km de distância da comunidade. O cotidiano das famílias, como vimos, está marcado por comportamentos e informações, costumes, modas, valores e mercadorias que, a princípio, poderiam ser entendidos como alheios ao mundo ou à sociabilidade camponesa; a televisão, o suco de "saquinho" industrializado, os móveis e eletrodomésticos que não se diferenciam mais de uma casa urbana comum, o celular dos jovens em idade escolar (que só o usam praticamente quando estão na sede do município), os videogames das crianças, as contas nas redes sociais virtuais e computadores. Pudemos observar todas essas coisas que agora compõem aquele ambiente rural e fazem parte do dia a dia da comunidade. Ao mesmo tempo, a visão da família como uma unidade social e a importância dos laços familiares, inclusive, como condição de reprodução social e como um componente importante para os meios de vida nos remetem, novamente, à condição de camponeses.

Como afirmou Woortmann (1990b), o campesinato, por meio da sua história de migrações dissolve a dicotomia rural-urbano e unifica em sua experiência de vida as experiências da cidade e do campo. O espaço social criado pela migração é o *locus* onde ocorre essa dissolução, ao mesmo tempo em que se molda a identidade do camponês-migrante e sua sociabilidade, expressos nas ações do cotidiano. Por meio dos depoimentos e dos casos

relatados, tentamos demonstrar alguns elementos que influenciam no processo contínuo de transformação e de formação da identidade e da sociabilidade camponesa; contínuo porque está sempre submetido às influências dos diversos fluxos e do constante contato com outras sociabilidades, outras relações sociais.

EPÍLOGO

Ao final da entrevista com D. Leonice, à qual estávamos acompanhados por Seu Cido, nosso contato na comunidade, os dois começaram um diálogo, deixando o entrevistador no lugar de expectador. Neste momento da entrevista, os dois começaram um diálogo, levantando possíveis alternativas para evitar a necessidade da migração. D. Leonice perguntou-se, primeiro, o por quê de não abrirem, ou investirem,em fábricas ali na região para, assim, vagas de emprego serem criadas. Seu Cido levantou possibilidades que poderiam viabilizar a produção das famílias, tentando contornar a questão da seca e disponibilizar água para as lavouras. E, em seguida, levantou o problema da comercialização. O principal entrave levantado por ele é a dificuldade de conseguir o selo da vigilância sanitária para a comercialização dentro e fora do município. Daí em diante, seguiu uma reflexão de ambos acerca das transformações pelas quais eles tem passado ao longo dos anos. Segue parte do diálogo:

> **Cido:** (...). Algum produto que você podia vender, como exemplo a carne de porco, você não pode vender; a galinha caipira... Aconteceu com nós aqui, que eu falo com você. Nós tínhamos a safrinha de farinha, tinha a safrinha da rapadura que ia até; porque era uma grande renda pra gente, né. Não precisava nem de migrar, quando tempo, né; e dava pra fazer rapadura pra passar o ano, aí; você levava pra feira, vendendo; comprava as coisas que necessitava comprar, que era pouca coisa naquele tempo, né; e foi com a tecnologia que chegou, tirou tudo isso da mão da gente. Não é fácil não. Todo ano tinha ao menos...; ninguém comprava carne de boi não; ninguém gostava de carne de boi aqui na região não. Era carne de porco; a carne nossa era carne de porco. Porque passava, aí, um mês, sessenta dias, você tinha um porco pra você matar. Porco caipira é o porco de, né.
> **Leonice:** Mas é que, às vezes com as mudanças, o povo também faz isso acontecer, tem hora, né.
> **P: Como assim?**
> **Cido:** Eles "disola", né! Com a própria migração o pessoal deixa de evitar a mudança: o pessoal não quer mais mexer com; prefere comprar de fora, que já vem pronto.
> **Leonice:** Mas, porque, eu penso assim, Cido, aquele tempo a gente pensava, assim: era mais fácil. Mas hoje, se você for somar o preço que tá as coisas também, já não compensa mais fazer.
> **Cido:** Mas naquele tempo cê fazia porque cê colhia natural. Tudo: cê colhia um milho pra tratar do seu porco...
> **Leonice:** E também, cê achava um tanto de gente pra poder ajudar, né. Nem que seja em troca de um pouco, mas cê achava, né. Como se diz, em troca, assim, porque precisava também.
> **Cido:** Precisava. A pessoa ia, muitas vezes, ajudar a pessoa a descascar mandioca e levava a casca da mandioca pra tratar das galinhas. Não trabalhava por dinheiro não. Ali ele fez por investimento, né. Fulano tá fazendo farinha de mandioca, né, vamos lá, ajudar. Chegava, assim, aquele tanto de gente; num instantinho descascava aquele tanto de mandioca. Ia os tocadores pra aprender a tocar. A gente tinha aquela vontade; aquele prazer de aprender a trabalhar. Ia tocar a roda; que era tocada na mão; naquele tempo, né. Pra moer: a mesma coisa; ia gente pra tomar garapa. Então, pegava ali, tomava da gente um pouco; punha cana no engenho. Por prazer mesmo.

> Agora, hoje não, se você falar pra um: "Me ajuda a fazer isso?", "Quanto você me dá?". Tem a ideia do preço, né.
> **Leonice:** Também, nem tá tendo gente aqui no lugar pra poder fazer isso, né. Porque esses meninos mais novinhos, Cido, não sabe nem o que que é isso, também. Não devia ter acabado.
> **Cido:** Eu falo assim: se tivesse esses investimentos do governo igual tem hoje, igual o crédito rural, 50 anos atrás, ninguém tinha migrado não. Porque o pessoal, naquele tempo, tinha união pra trabalhar; porque tinha força; não tinha conhecimento da migração; quando conheceu a migração, é claro que eles preferem ir pra migração, porque o dinheiro é mais rápido, né. É a alternativa mais rápida, né. Aí, prefere. E também a crise, né. Hoje, você sabe, né, se plantar a cana na beira d'água, do rio aí, ela morre, uai. Antigamente, em qualquer lugar que plantava cana ela saía. A mandioca; essa terra aqui era coisa fácil colher mandioca. E hoje se planta e ela morre.

Neste diálogo, os atores percebem que estão passando por transformações nos seus meios de vida. Desde os fatores estruturais e objetivos que impõe dificuldades para a manutenção da vida como costumava ser, de antigamente, até àqueles subjetivos provocados pela inserção na sociedade capitalista, como vendedores de mão de obra na migração ou como consumidores, tanto de bens que eram produzidos no local quanto dos industrializados que preenchem o interior das casas. Formam-se vários ciclos nos quais o determinante se torna determinado por aquilo mesmo que determinava. Assim, migra-se porque a terra não produz mais; ao mesmo tempo que não se produz mais porque não tem mais gente no lugar. Ou ainda, não compensa produzir porque comprar o produto pronto que vem de fora é mais fácil e mais barato; mas se não tivessem que comprar, não precisariam migrar para conseguir os recursos necessários para a aquisição daqueles mesmos produtos.

O que está por trás deste diálogo é a experiência de quem vive as transformações no seu cotidiano, na sua forma de organização da produção e da reprodução da vida, da sua visão de mundo, enfim, dos seus meios de vida. É a carne de porco que passa a ser substituída pela carne de boi que não se comia, a qual "ninguém gostava". A mudança que vem de "fora", sem pedir licença, está representada entre a mitificação e as possibilidades concretas do passado e os costumes e hábitos atuais. O mesmo passado que foi representado por essa entrevistada como um passado pobre, no qual se passava fome, é lembrado com nostalgia, o tempo que os mais jovens "nem sabem o que que é", um tempo que "não devia ter acabado". Aquele tempo que é lembrado pelos trabalhos coletivos baseados em relações de reciprocidade, em que se trocava o dia de trabalho pelas cascas de mandioca para as galinhas, contrasta, agora, com os valores, em dinheiro, do dia de serviço.

Como pudemos perceber ao longo deste trabalho de pesquisa, as mudanças pelas quais os atores acima passaram, e ainda estão passando, rementem ao que Martins (1998) chamou de *desenraizamento*. Com a expansão do capitalismo nas décadas de 1960 e 1970, a região do Vale do Jequitinhonha e a sua população passou a "integrar" a sociedade capitalista. Para que

esta inserção se efetivasse, foi preciso romper o complexo grota-chapada em todas as suas dimensões. Na dimensão material, representada tanto pela expropriação parcial quanto na mudança das condições de acesso à terra. E na dimensão simbólica, representada pelas mudanças nas relações sociais – de relações pautadas pelo direito costumeiro para relações pautadas no direito institucional – e nas novas necessidades de consumo e bem estar da família. A quebra do complexo grota-chapada representou uma transformação na própria compreensão de mundo, na forma de organização da produção e reprodução da vida, material e simbolicamente.

O "novo mundo" que agora permeia o cotidiano daqueles camponeses coloca a necessidade do dinheiro. E esta mudança não passa desapercebida no trecho citado acima. Pouco a pouco, as relações sociais dentro da própria comunidade vai refletindo esta necessidade. As novas mercadorias que vão sendo inseridos no contexto começam a fazer parte das necessidades socialmente estabelecidas de bem estar da família. É, no mínimo, intrigante que uma entrevistada associa o marco entre o passado, no qual havia fome, e o presente, no qual se encontram em situação melhor, à mesma época em que a energia elétrica foi instalada nas casas da comunidade. Estas mercadorias vão, por sua vez, também modificando as relações sociais e o cotidiano, na medida em que demandam novos conhecimentos e novas práticas.

Estas transformações encontram um catalisador no fenômeno da migração com a inserção direta em novas relações de trabalho e novos locais onde as relações sociais são qualitativamente diferentes daqueles do local de origem. Os fluxos de mercadorias e informações que vão se consolidando ao longo da trajetória migratória apresentam novas possibilidades através de novas mercadorias e, também, através de novos comportamentos e novos padrões de vida e de consumo. Estes fluxos, ao mesmo tempo que contribuem para as transformações, também são imprescindíveis para a manutenção dos laços familiares e para a ligação com o local de origem.

Estas contradições, bem como a contradição do próprio camponês-migrante inserido em dois espaços-tempo, que está em dois locais ao mesmo tempo e não está em nenhum, ganham unidade no espaço social criado pela migração. Mais importante do que olhar para a migração e tentar enxergar se ou quando a sociabilidade vai sucumbir diante de uma sociabilidade capitalista que avança através do processo chamado de urbanização do campo, é tentar perceber como os camponeses, através da sua experiência e carreira migratória, vem construindo, constantemente, sua sociabilidade a partir da existência em dois lugares

diferentes. Portanto, é no espaço social da migração, formado por locais diferentes, relações sociais diferentes, pelos fluxos, que os camponeses-migrantes do Vale do Jequitinhonha constroem e reconstroem sua identidade e sua sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. J. C. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. **Revista InterfacEHS**, (Ed. português), v.3, pp. 21-27, 2008.

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. *In*: _____. **A vida social das coisas:** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da UFF, 2008. p. 15-88

BOTELHO, Maria Izabel Vieira. **O eterno reencontro entre o passado e o presente:** um estudo de caso sobre as práticas culturais no Vale do Jequitinhonha. 1999. 325 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, SP, 1999.

BRZOZOWSKI, J. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, Aug. 2012 . Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200009. Acessado em: 02 nov. 2012.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. Sustainable rural livelihoods: pratical concepts for the 21st century. IDS discussion paper, 296. Brighton: IDS, 1992.

ELLIS, Frank. **Rural Livelihood and Diversity in Developing Coutries**. New York: Oxford University Press, 2000.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009. 164p. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

GALIZONI, F. M. **A terra construída:** família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989. – (Coleção Pensamento Antropológico)

GOZA, E. e RIOS-NETO. O contraste da experiência migratória em quatro municípios do Vale do Jequitinhonha. **Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Porto Alegre, 1988, p. 503-536. v. 2.

GRAZIANO, E. & GRAZIANO NETO, F.As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Perspectivas**, São Paulo, n. 6, p. 85-100, 1983.

GRAZIANO, Eduardo. **A Arte de Viver na Terra –** as condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado) – UFRRJ, Itaguaí, 1986.

GREINER, C. e SAKDAPOLRAK, P. Translocality: Concepts, Applications and Emerging Research Perspectives. **Geography Compass**, 7, 2013. pp. 373–384

GREINER, Clemens. Migration, translocal networks and socio-economic stratification in Namibia. **Africa**, 81, 2011, pp. 606-627

HEBINCK, Paul. Investigating rural livelihoods and landscapes in Guquka and Koloni**:** an introduction. *In*: HEBINCK, Paul; LENT, Peter. Livelihoods and Landscapes. **The people of Guquka and Koloni and their resources.** Leiden: Brill, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. http://www.ibge.gov.br.

LONG, Norman. Translocal Livelihoods, Networks of Family and Community, and Remittances in Central Peru. *In*: **Migration and Development Within and Across Borders: Research and Policy Perspectives on Internal and International Migration.** Ed. Josh DeWind & Jennifer Holdaway. Geneva and New York: International Organization for Migration and The Social Science Research Council, 2008. pp. 39-70.

MAIA, C. de. J**. "Lugar" e "Trecho":** migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Montes Claros, MG: Editora UNIMONTES, 2004.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA, Presidente Prudente: Ano 11, nº. 12, pp. 57-67, Jan.-jun./2008.

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. *In*: SPM, *et al* (Org.). **O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.19-34

_____. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. *In*: _____. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. p.43-61

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. 128 p.

_____. O fetichismo da mercadoria: seu segredo. *In:* _____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 92-105.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Família, Juventude e Migrações. **Revista ANT*H*ROPOLÓGICAS**, ano 16, volume 23(1), 2012. p. 113-136

MOURA, Maria Margarida. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 250p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

NORTH, Douglas C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

PEIXOTO, J. **As Teorias Explicativas das Migrações:** Teorias Micro e Macro-Sociológicas. Lisboa: SOCIUS/ISEG, 2004.

PEREIRA, Márcio de Araújo; SOUZA, Marcelino e SCHNEIDER, Sergio. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDeAS**, v. 4, n. 1, p. 203-224, jun./jul. 2010.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar.** 2007. 237f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDS). www.mds.gov.br/sagi

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, 378p.

SANTOS, Mauro Augusto dos; *et al*. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2010. 18p. (Textos para discussão; 398)

SASAKI, Elisa Massea; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Teorias das Migrações Internacionais.** XII Encontro Nacional da ABEP 2000. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf Acesso em: 01 nov. 2012.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração.** São Paulo: EdUSP, 1998.

SCOONES, I. ***Sustainable rural livelihoods***: a framework for analysis. Working Paper 72. Brighton: Institute for Development Studies, *1998.*

SEN, Amartya K. Capability and Well-being. *In* Nussbaum and Amartya k. Sen (eds). **The Quality of Life**. Oxford: Clarendon Press, 1993, pp.30-53.

_____. Editorial: Human Capital and Human Capability. Word Development, 1997, 25(12), 1959-61.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE – SPM. Vozes do Eito. In: **Coletânea de depoimentos sobra a vivência cotidiana de migrantes temporários rurais.** Guarabira: eco.das.letras, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim de século.** São Paulo: UNESP, 1999, 370p.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 22,n. 44, 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 26 May 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1987.

VAINER, Carlos B. **Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório**. Caxambu: ABEP, XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998. p. 819-835.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negoceia. **Anuário Antropológico/87.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990, pp. 11-73.a

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População.** Jan/Jun 1990. p.35-53.b